



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

CARLA FERNANDES DA CONCEIÇÃO

**CONFIGURAÇÃO DAS ELITES POLÍTICA E ECONÔMICA EM SÃO
CARLOS/SP – 1873 a 1904**

**SÃO CARLOS
2015**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

CARLA FERNANDES DA CONCEIÇÃO

**CONFIGURAÇÃO DAS ELITES POLÍTICA E ECONÔMICA EM SÃO
CARLOS/SP – 1873 a 1904**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Federal de
São Carlos.

Orientação: Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi

SÃO CARLOS
2015

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C744c Conceição, Carla Fernandes da
Configuração das elites política e econômica em São
Carlos/SP - 1873 a 1904 / Carla Fernandes da
Conceição. -- São Carlos : UFSCar, 2015.
159 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de
São Carlos, 2015.

1. São Carlos. 2. Elites. 3. Parentesco. 4.
Fazendeiros de café. 5. Configuração. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Carla Fernandes da Conceição, realizada em 11/05/2015:

Prof. Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi
UFSCar

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda
UFSCar

Prof. Dr. Fransérgio Follis
UNICEP

Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira
UNESP

Aos meus pais, fonte de dedicação e perseverança.

Ao meu filho, fonte de amor e luz.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela minha vida e oportunidade de poder voltar aos estudos. Força que me garantiu viver e sobreviver às decepções que ora a vida nos impõe.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi, por seu apoio, pela sua confiança em meu trabalho, pela compreensão, pela paciência e pelo incentivo.

Ao meu filho, que com pouca idade, me apresenta um horizonte de perseverança e determinação.

Ao meu pai, *in memoriam*, que sempre me ensinou que a honestidade e o caráter são valores fundamentais para se alcançar qualquer título.

À minha mãe, que me passou o valor do amor e da dedicação.

Aos professores, Dra. Vera Alves Cepêda e Dr. Fransérgio Follis, pelas importantes sugestões atribuídas ao trabalho, no momento do exame de qualificação.

A Fundação Pró-Memória, pelo auxílio nas buscas incansáveis aos inventários dos fazendeiros pesquisados.

Aos funcionários do Acervo Histórico da Casa do Pinhal, pelo apoio e pela assistência aos registros e documentos da família Arruda Botelho e da cidade de São Carlos.

À Gina Salles Picchi, pela solicitude e colaboração no conhecimento da família Salles.

Ao meu amigo Eder Carlos Zuccolotto, por ter me incentivado e colaborado para a minha volta ao mundo acadêmico.

Aos docentes e funcionários do PPGS/UFSCar, que contribuíram direta ou indiretamente para a minha formação e para o presente trabalho.

RESUMO

No período compreendido entre a passagem do Império para a República, os fazendeiros de café paulistas compunham a elite econômica e política nas esferas municipal, estadual e federal. Partindo de uma perspectiva da Sociologia Histórica e baseando-se nos autores clássicos do estudo das elites – Mosca, Pareto e Michels, esta pesquisa teve por objetivo entender a presença dos fazendeiros de café nas transformações ocorridas no município de São Carlos. Para tanto, estudar a configuração destes fazendeiros mostrou-se relevante para a compreensão das relações mantidas e criadas entre os membros desta elite, especificamente, no período entre 1873 a 1904.

Palavras-chave: São Carlos. Elites. Parentesco. Fazendeiros de café. Configuração

ABSTRACT

Through the transition from Empire to Republic in Brazil, coffee farmers constituted the economic and political elite on the municipal, state and federal levels. Starting from a Historical Sociology perspective and based on classical authors – Mosca, Pareto and Michels – the present research aimed to investigate the coffee farmers presence within the elite of São Carlos city, in São Paulo state, Brazil. With this respect, studying the configuration of those farmers was shown to be relevant to comprehend the bonds created and maintained between elite members, specifically between the years 1873 and 1904.

Key-Words: São Carlos, elites, kinship network, coffee farmers, configuration

QUADROS

Quadro 1	Comércio Interprovincial de escravos no município de São Carlos (1870 – 1886)	57
Quadro 2	População escrava em São Carlos do Pinhal	58
	2.a Apenas o município	58
	2.b Comparativo da população escrava em relação à população geral do município de São Carlos	58
	2.c Comparando com a província	59
Quadro 3	Lista Estatístico – Nominativa de Fazendeiros de Café de 1873 em São Carlos	75
Quadro 4	Lista Estatístico – Nominativa de Fazendeiros de Café de 1896 em São Carlos	77
Quadro 5	Lista Estatístico – Nominativa de Fazendeiros de Café de 1904 em São Carlos do Pinhal	79
	5.a Lista ordenada por produção de café	79
	5.b Dados gerais para os principais produtores de café	80
	5.c Dados gerais para os principais proprietários de terras	81
Quadro 6	Resumo das origens de 30 fazendeiros do ano de 1873	84
Quadro 7	Principais regiões de origem dos fazendeiros do ano de 1873	85
Quadro 8	Fazendeiros de café e os laços de consanguinidade	92
Quadro 9	Laços de Afinidade entre diferentes famílias da elite do município de São Carlos	93
Quadro 10	Famílias agrupadas, produção de café e quantidade de terras, para o ano de 1904	111
Quadro 11	Elite econômica de 1873: vereadores em São Carlos	118
Quadro 12	Fazendeiros de 1873: cargos políticos, patentes e títulos nobiliárquicos	120
Quadro 13	Elite econômica de 1896: vereadores em São Carlos	121
Quadro 14	Fazendeiros de 1896: cargos políticos e patentes	122
Quadro 15	Elite econômica de 1904: vereadores em São Carlos	123
Quadro 16	Fazendeiros de 1904: cargos políticos e patentes	124

Quadro 17	Principais das famílias da elite agrupadas, produção e quantidade de terras para o ano de 1904.....	127
------------------	---	-----

FIGURAS

Figura 1	Heredograma da família Arruda Botelho	141
	1.a Filhos do casal 17-18 da III geração (João Carlos de Arruda Botelho – Maria Amália Ferraz Coelho)	141
	1.b Filhos do casal 23-24 da III geração (Paulino Carlos de Arruda Botelho – Anna Flora Leme Ferraz)	141
	1.c Filhos do casal 25-26 da III geração (Bento Carlos de Arruda Botelho – Maria Izabel Borges)	141
Figura 2	Heredograma da família de Francisco da Cunha Bueno	147
Figura 3	Heredograma da família Salles.....	155

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	01
2	TEORIA CLÁSSICA DAS ELITES APLICADA A UM CONTEXTO HISTÓRICO	06
2.1	Sociologia Histórica.....	06
2.2	Teoria das Elites.....	09
2.2.1	O Conceito de Elite segundo Mosca.....	12
2.2.2	O Conceito de Elite segundo Pareto.....	17
2.2.3	O Conceito de Elite segundo Michels.....	23
2.2.4	Conceito de Elite Aplicado no Presente Estudo.....	27
3	SÃO CARLOS: HISTÓRIA, FORMAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DAS FAMÍLIAS DE ELITE	29
3.1	Laços de Parentesco.....	29
3.1.1	Famílias Patriarcais.....	29
3.1.2	Análise dos laços de parentesco por consanguinidade e afinidade.....	32
3.2	O Município de São Carlos até o Final do Século XIX.....	38
3.2.1	Formação do Município de São Carlos.....	38
3.2.2	Economia do Município de São Carlos no Século XIX.....	43
3.2.3	Transformações em Meados do Século XIX: Extinção do Tráfico Negreiro e Lei de Terras.....	47
3.2.4	A Vinda de Imigrantes para São Carlos.....	55
3.2.5	Influência Política e Econômica dos Cafeicultores: Os Coronéis do Oeste Paulista.....	59
4	CONFIGURAÇÃO DA ELITE NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	74
4.1	Localidade de Origem dos Fazendeiros de 1873.....	83
4.2	Laços de Parentesco das Famílias da Elite de São Carlos.....	90
4.3	Análise Detalhada das Famílias com Maior Relevância Econômica.....	104
4.3.1	Principais Fazendeiros Segundo a Área de suas Propriedades.....	104
4.3.2	Fazendeiros Agrupados em Famílias.....	110
4.4	Fazendeiros de café de São Carlos nos anos de 1873 e 1896: cargos políticos, patentes e títulos nobiliárquicos.....	117
4.5	Comparativo Geral dos Anos de 1873, 1896 e 1904.....	125
4.6	Mudanças Esperadas Após 1900.....	128
5	CONCLUSÕES	131
	REFERÊNCIAS	133
	APÊNDICE	138
	APÊNDICE A: Família Arruda Botelho.....	139
	APÊNDICE B: Francisco da Cunha Bueno (& Ellis Netto): Traços de Família Patriarcal e Laços de Parentesco.....	144
	APÊNDICE C: A Genealogia da Família Salles.....	152
	ANEXO 1	158

1. INTRODUÇÃO

O período compreendido entre meados e final do século XIX é permeado por várias mudanças econômicas, sociais e políticas ocorridas no Brasil. Primeiramente, tomando o aspecto econômico, o café substituiu a cana-de-açúcar como produto base da economia do país. Durante o século XIX, a Europa e a América do Norte passaram por um período de industrialização e os centros urbanos se expandiram. Como consequência, ocorreu a expansão de grupos de renda média e a melhoria de vida dos trabalhadores. Estes acontecimentos ampliaram os padrões de consumo da massa, levando a uma crescente demanda de café, produto, até então, consumido por um pequeno grupo de pessoas ricas e cosmopolitas (Holloway:1984). Este cenário, portanto, foi fundamental para a expansão das lavouras de café, principalmente para o planalto do Oeste de São Paulo, onde se inclui o município de São Carlos, pois esta vasta região apresentava condições topográficas, pluviométricas e térmicas, bem como, disponibilidade de terras ideais para o cultivo do café.

A mão de obra utilizada na lavoura do café também sofre grandes alterações neste período, com a substituição do trabalho escravo pelo livre. Primeiramente, observa-se um avanço das leis abolicionistas (Lei do fim do tráfico – 1850, Lei do Ventre Livre – 1871, Lei do Sexagenário – 1885). Pouco a pouco, elas alavancaram o processo de libertação dos escravos e ocasionaram a Abolição da Escravatura em 1888. Deste modo, os grandes cafeicultores foram pressionados a substituírem a utilização da mão de obra escrava por outra.

É neste momento que os imigrantes entram em cena, vistos com uma possibilidade de suprir a necessidade da mão de obra tão necessária no período de expansão do café (Fausto, 2003; Holloway, 1984). Em São Carlos, os primeiros imigrantes foram trazidos por Antonio Carlos de Arruda Botelho – o Conde do Pinhal, em 1876. Porém, as levas mais significativas de imigrantes chegaram durante os

primeiros anos da década de 1880. Sobre o local de procedência destes imigrantes, Truzzi (2007:64), observa que “[...] Durante mais de 20 anos, até 1904, a enorme maioria dos imigrantes chegados em São Carlos eram provenientes da Itália, sobretudo de suas regiões setentrionais”.

No âmbito político, a grande alteração ocorre com a instituição do regime Republicano, por meio da Primeira República (1889-1930). A busca de ampliação na representatividade política e na descentralização era inviável dentro de um cenário monárquico. Deste modo, grupos, como a burguesia cafeeira e a classe média urbana, impulsionaram o movimento republicano e o advento da proclamação da República. Em 1873, foi criado o PRP – Partido Republicano Paulista. Era composto, principalmente, pela burguesia cafeeira e defendia um modelo de organização política baseado na federação, ou seja, na divisão política do Brasil em províncias. Houve, também, a criação do PRM – Partido Republicano Mineiro, PRR – Partido Republicano Rio-grandense, dentre outros. Deste modo, a República concretizou a autonomia estadual e um dos indicativos foi a formação destes partidos políticos republicanos em cada Estado (Fausto, 2003).

Em meio a todas essas mudanças, o município de São Carlos floresce e desabrocha. A data de fundação do município é de 1857. Voltado, inicialmente, a uma economia de subsistência e apenas para atender o comércio de tropeiros que passavam pela cidade, São Carlos tem o seu período de grande crescimento a partir das últimas décadas do século XIX. Este progresso foi impulsionado pelo cultivo de café, que proporcionou grandes colheitas e o destaque deste município do Oeste Paulista como um dos maiores produtores (Truzzi, 2007). A chegada da ferrovia, em 1884, enquadra São Carlos neste âmbito de grande produtor de café e promove, ainda mais, o crescimento da produção e da venda deste produto para o mercado externo (Dean, 1977). Os lucros advindos do café passaram a ser investidos não só nos maquinários utilizados para todo o processo de beneficiamento do café, como também, no desenvolvimento do município, gerando a melhoria das ruas, a construção de uma

rede de esgoto, a coleta do lixo, o encanamento da água, dentre outras melhorias (Junqueira, 2010).

Neste cenário, os fazendeiros de café compunham a elite local e exerciam influência econômica e política no município de São Carlos. No entanto, não são encontrados na literatura estudos específicos da configuração desta elite em São Carlos neste período. Sobre este tema foram apenas identificados estudos sobre a vinda de famílias de proprietários de terras de outros municípios, como de Araraquara, São Paulo, Piracicaba, Itu, Campinas (Love, 1982; Dean, 1977; Holloway, 1984) para o Oeste Paulista.

Analisando estudos realizados sobre as elites locais, foi possível encontrar vários exemplos de pesquisas feitas em diversas cidades do Estado de São Paulo, como descrito a seguir. A dissertação de mestrado “Elites Políticas em Caraguatatuba” (Souza, 2010) analisa o processo de recrutamento das elites políticas no município de Caraguatatuba no período de 1970 a 2000. O autor apresenta que as elites políticas locais se tornaram importantes principalmente após a Constituição de 1988, que promoveu a descentralização administrativa. Esta descentralização fez com que o nível local se tornasse fundamental na implementação de políticas públicas e na promoção do desenvolvimento econômico. Além disso, gerou o aumento da importância das elites locais, pois estas serão responsáveis pelas decisões políticas mais significativas e de impacto imediato na vida dos cidadãos. A tese de Doutorado “Da opulência à ganância: coronelismo e mudança social no Oeste Paulista (1889-1930) (Godoy, 2006) retrata a trajetória das principais lideranças da elite política durante a Primeira República, dando enfoque aos aspectos familiares, políticos e econômicos que envolvem as relações de reciprocidade próprias do sistema coronelista em face da conjuntura de formação e fortalecimento do Estado e da

construção do Capitalismo e das classes sociais em São Paulo. O foco de observação do autor parte da ação de alguns coronéis e empresários que mantiveram relações políticas e de negócios na região do Oeste Paulista em geral e de Ribeirão Preto em particular, reforçando o aspecto inovador e empreendedor da elite dirigente do complexo cafeeiro paulista. Outra dissertação de mestrado encontrada tem como título “Classe e elite dominante: um estudo localizado em Araraquara, 1974-1995” (Barnabé, 1997). Esta dissertação investiga a elite dominante de uma localidade específica (cidade de Araraquara), buscando analisar qual foi o grupo de pessoas que formaram, durante o período em questão (1974-1995), o que o autor chama de uma elite dominante e de como este grupo relacionava-se entre si. Para o autor, esta elite dominante não existe isoladamente em cada localidade, mas, pelo contrário, faz parte de uma estrutura maior: as classes sociais. Deste modo, o autor investiga quais os nexos que ligaram esta elite local com a classe dominante em geral. Outro estudo já realizado foi sobre “As elites políticas de Rio Claro: Um estudo sobre a formação dos setores dirigentes em um município paulista” (Bilac, 1995). Este trabalho tem por objetivo estudar as elites a partir de sua caracterização dentro do processo de desenvolvimento brasileiro e das relações que existem entre esse processo e seus agentes sociais, tendo por base um estudo de caso: as elites políticas de uma cidade média do interior paulista – Rio Claro – no período que compreende a transição do Império à República até o golpe militar de 1964.

Estes exemplos de análises sobre as elites locais indicam a importância de uma avaliação criteriosa das elites política e econômica regionais, uma vez que estas participaram, influenciaram e modificaram diversos processos históricos fundamentais em nível local, estadual e nacional. Neste sentido, uma lacuna a ser preenchida é assim identificada, pois a elite do município de São Carlos também

participou, influenciou e modificou uma série de elementos históricos, econômicos, políticos, culturais em nível local, municipal e estadual. Sendo assim, o estudo sobre a configuração da elite do município de São Carlos torna-se relevante. Para tanto, a análise das relações mantidas e criadas por membros desta elite, especialmente entre os anos de 1873 a 1904 – período histórico ao final do qual a cidade nasce e desponta como um dos municípios mais importantes do Estado de São Paulo, e o país passa por muitas transformações políticas e sociais, é pertinente ao entendimento da configuração da elite local.

Portanto, o objetivo principal desta pesquisa foi investigar a configuração dos fazendeiros de café do município de São Carlos a fim de compreender como esta elite local se reproduziu socialmente e se manteve nas últimas décadas do século XIX, período decisivo para a consolidação do município como um dos mais significativos da economia cafeeira paulista. Ao longo do estudo, foi observado que, apesar de todas as transformações entre meados do século XIX ao início do XX, a configuração da elite local não é alterada. Uma avaliação ampla é realizada neste sentido, começando pela escolha das famílias mais relevantes, com base em dados secundários e análises individuais dos registros destas famílias. Além disso, os laços de parentesco são considerados, visto que esta era uma maneira comum entre as famílias de elite de preservarem ou intensificarem sua influência econômica.

Em termos de objetivos específicos, primeiramente, define-se, claramente, o conceito de elite. E, uma vez delimitado o conceito de elite, o presente estudo voltou-se a: analisar a formação desta elite local em termos de suas origens; identificar a genealogia das principais famílias oligárquicas do município; analisar se esta elite

mantinha laços de parentesco entre si para sua perpetuação e reprodução social¹; e, por fim, investigar as ligações existentes entre elites políticas e econômicas.

O estudo das elites de São Carlos, no período de 1873 a 1904, permeia o paradigma da teoria das elites. Tendo como pano de fundo esta teoria, principalmente os conceitos de Mosca e Pareto, e utilizando os estudos empíricos desta pesquisa sobre o poder local em São Carlos, o presente estudo define, genericamente, elite como: um conjunto de indivíduos possuidores de poder econômico, político, ideológico, cultural que, unidos por interesses em comum e por meio de suas redes de parentesco, tentam formar um grupo coeso a fim de exercer o domínio, a hegemonia e a legitimação do poder local. A seguir, alguns elementos específicos presentes nesta definição são apresentados, para o período histórico em questão e para a economia baseada no café, aplicáveis à cidade de São Carlos.

De meados do século XIX ao início do XX, vários fatores foram responsáveis por identificar um “integrante da elite”. Para pertencer à elite, era necessário ter um título nobiliárquico (conde, visconde, barão), que lhe posicionaria política e economicamente perante os outros integrantes da elite, ter um cargo ou uma patente da Guarda Nacional ou civil (delegado, juiz de paz); ser um fazendeiro possuidor de grande quantidade de terras, pés de café e escravos²; ter um sobrenome que lhe garantisse obter certas influências e privilégios (Bacellar, 1997), além de uma rede de laços de parentesco que garantia a permanência dos membros da elite no poder. Esses indicativos garantiam a posição social (superior) de elite perante outros agentes sociais, bem como, suas influências, privilégios e um efetivo poder.

¹ Sobre reprodução social, consultar os autores Bouchard e Goy (1992), Scott (1999), Pedroza (2010).

² “A posse de escravos revelou-se imprescindível para a obtenção de um nível mais significativo de acumulação, não só porque o escravo representava um acréscimo de trabalho produtivo, mas, por serem, eles mesmos, provas de um capital acumulado” (Martins, 1996).

Tais fatores não são necessariamente cumulativos. Visto que, no Brasil, especialmente no período abordado por esta pesquisa, a terra era a principal fonte de riqueza e poder, a propriedade de terras torna-se é um indicativo fundamental para o pertencimento à elite. Os demais indicativos, tais como o cargo político exercido, a patente da Guarda Nacional nomeada, o título nobiliárquico adquirido, a produção de café de um fazendeiro também poderão ser considerados, mas em segunda relevância³. Ou seja, os demais indicativos proporcionarão uma análise mais aprofundada e detalhada das principais famílias e fazendeiros que pertenciam à elite. O plantel de escravos, apesar de ser um importante indicativo de pertencimento à elite, não será aqui considerado, uma vez que não há dados suficientes e completos para que uma análise apurada e detalhada fosse realizada.

Contudo, se um fazendeiro (que já possui uma propriedade de terra) tiver, também, um cargo político, este poderá ser considerado como sendo da elite, porém em uma posição mais influente. Os cargos políticos, bem como as patentes da Guarda Nacional e títulos nobiliárquicos serão considerados desde 1857, data de fundação de São Carlos, até o ano de 1904.

O primeiro ano a ser analisado foi 1873 por conter os primeiros dados dos fazendeiros da região de São Carlos (fundada em 1857), e por estar ainda no período de mão de obra escrava e no regime monárquico. Deste ano, há uma listagem com 55 nomes dos fazendeiros de café do município de São Carlos em ordem alfabética que

³ Aqui não considero que o cargo político seja menos qualificante de pertencimento de um indivíduo à elite. Quando digo “segunda relevância”, aponto que o principal fator de pertencimento à elite, aqui considerado, é a propriedade de terras e os demais indicativos, não menos importantes, também caracterizam o pertencimento à elite, porém irei analisá-los em uma ordem. Primeiro será analisada a propriedade de terras e, após, os demais indicativos.

foram colhidos no livro Fontes Estatísticas-Nominativas da Propriedade Rural em São Carlos (1873 -1940)⁴.

Transformações são esperadas após 1888 e 1889, devido aos eventos da Abolição da escravidão, da intensificação da imigração europeia, da Proclamação da República e a do início da política do café com leite pelos estados de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente. Assim, o segundo recorte considerado é o ano de 1896. Sobre este foi possível encontrar dados sobre a quantidade de produção de café em kg, bem como, os nomes das propriedades e dos proprietários.

Já o ano de 1904 foi escolhido por ainda estar próximo do início da República e, também, por abarcar características econômicas relacionadas à produção de café no município de São Carlos. Estas informações estão condensadas na Estatística Agrícola e Zootécnica realizada no Estado de São Paulo no ano agrícola de 1904-1905. Este levantamento permite se ter um panorama da situação dos municípios paulistas nas primeiras décadas do século XX. Foi organizado por Carlos José Botelho (o primeiro filho do Conde do Pinhal) que, neste período, era o titular da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Analisando este ano, é possível entender um conjunto de mudanças econômicas que antecederam e levaram à criação do Convênio de Taubaté, em 1906⁵.

A análise sobre a configuração nominativa, econômica, política, bem como, do local de origem das famílias dos fazendeiros que compunham a elite econômica e

⁴ TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (Org.) FONTES ESTATÍSTICO-NOMINATIVAS DA PROPRIEDADE RURAL EM SÃO CARLOS (1873-1940). São Carlos: EdUFSCar, 2004. (Coleção Nossa História). 212p.

⁵ O Convênio de Taubaté (1906, em Taubaté) foi um acordo realizado entre os governos dos três maiores produtores de café (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais). Este acordo definiu diretrizes para uma política de valorização do café a fim de manter os preços internacionais do café estáveis. Segundo este Convênio, o Governo Federal deveria comprar e estocar a produção excedente do café, esperando o momento oportuno para vendê-lo. Assim, controlando a oferta do produto no mercado, evitaria a queda brusca dos preços do café e o prejuízo (e até a falência) de muitos fazendeiros. Mas os fazendeiros não receberam o apoio do Governo Federal (Rodrigues Alves) e tiveram que recorrer a créditos externos a fim de manter esta política de valorização do café (Figueira 2003:303).

política do município de São Carlos nos anos de 1873, 1896 e 1904, se pauta, principalmente, em dados sistematizados e disponibilizados no livro Fontes Estatístico-Nominativas da Propriedade Rural em São Carlos (1873 – 1940)⁶, em uma listagem de vereadores dos referidos anos e, também, nos Almanques do município de São Carlos.

O livro Fontes Estatístico-Nominativas da Propriedade Rural em São Carlos (1873 – 1940) é uma fonte documental acessível e de fácil manuseio. Nele, há a sistematização e disponibilização de fontes originais relevantes para pesquisas sobre o município de São Carlos e, também, da região. A fim de melhor elucidação, no livro Fontes Estatístico-Nominativas da Propriedade Rural em São Carlos (1873-1940), conforme mostrado no Anexo 1, há dados nominativos (nomes) e estatísticos referentes à quantidade de alqueires, à quantidade de alqueires cultivados, à quantidade de pés de café, à área plantada, à produção de café, aos valores das maiores propriedades, à quantidade de trabalhadores empregados, em cada propriedade rural. Em relação aos dados nominativos, esta fonte de pesquisa descreve os nomes dos fazendeiros de café em relação aos dados estatísticos, sendo possível, por exemplo, analisar qual fazendeiro possuía mais propriedades de terras ou maior produção de café referentes aos anos que serão abordados nesta pesquisa.

Embora as Fontes Estatístico-Nominativas tragam uma ótima sistematização das fontes originais, o grande problema encontrado é que estas fontes originais não detalhavam as características nominativas e estatísticas de cada ano abordado. Por exemplo, para o ano de 1873, encontra-se somente a listagem nominativa dos fazendeiros de café. Os dados estatísticos relacionados à quantidade de terra e à

⁶ TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (Org.) FONTES ESTATÍSTICO-NOMINATIVAS DA PROPRIEDADE RURAL EM SÃO CARLOS (1873-1940). São Carlos: EdUFSCar, 2004. (Coleção Nossa História). 212p.

produção de café não são destacados porque não existem para esta data. Portanto, pesquisando o livro Fontes Estatístico-Nominativas da Propriedade Rural em São Carlos (1873-1940), para o ano de 1873, há somente a descrição dos nomes dos fazendeiros de café, não sendo possível identificar qual deles possuía maior produção. Estes nomes estão descritos em ordem alfabética, não permitindo qualquer classificação de ordem quantitativa. Para este ano, não foram encontrados outros documentos, ou seja, outras fontes que trouxessem estas informações. Na Fundação Pró Memória de São Carlos⁷, também não foram encontradas outras fontes de pesquisa.

É importante salientar que, embora estes anos selecionados tenham fontes documentais que proporcionam referenciais para esta pesquisa, elas não esgotam todo o processo de construção de conhecimento, uma vez que estas fontes documentais podem revelar o que vem antes e o que vem depois dos anos em pauta. O período abordado por esta pesquisa apresenta uma deficiência quanto aos documentos históricos – principalmente os inventários, pois muitos não foram encontrados. Deste modo, a busca de informações também se baseou na coleta de dados e informações nos almanaques da cidade, no site da genealogia paulistana, em livros e artigos diversos. A dificuldade em encontrar os documentos históricos é relevante no que tange a uma coleta de dados sistemática e integral.

Visto que o presente estudo considera a posse da terra como indicativo da condição de elite, uma listagem nominal dos fazendeiros de café do município (sendo 55 nomes dos maiores fazendeiros para o ano de 1873 e 54, para o ano de 1896) foi utilizada como principal fonte de análise. Este grupo era possuidor de numerosas

⁷ A Fundação Pró-Memória de São Carlos reúne, conserva e disponibiliza fontes diversas de pesquisa, como documentos originários do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, coleções particulares que apresentam um valor histórico e cultural para o município de São Carlos. Localiza-se na antiga estação ferroviária de São Carlos.

propriedades, sendo estas, neste período, produtoras de café em sua maioria. Sobre a posse de terras, Messias (2003:58) nos indica que os “fazendeiros de café de São Carlos procuravam expandir suas lavouras comprando lotes de diversos tamanhos em diferentes lugares”. Desta maneira, observa-se que o domínio de terras por parte dos fazendeiros são-carlenses abrangia vastas extensões e regiões de terra. Um exemplo deste contexto é o Comendador Luiz Antonio de Sousa Barros, que possuía terras em São Paulo, Piracicaba e São Carlos.

Além da propriedade da terra, o cargo político, bem como a patente da Guarda Nacional e o título nobiliárquico concedido e assumido por estes fazendeiros ou por familiares destes fazendeiros foram analisados e apontam o quão mais influente e participativo no setor político é um fazendeiro ou uma família da elite. Os integrantes da elite também foram investigados a fim delinear as regiões de origem que compuseram a elite de São Carlos em 1873. Os cargos políticos, as patentes da Guarda Nacional e os títulos nobiliárquicos foram encontrados, principalmente, em trechos diversos e dispersos nos vários almanaques⁸ publicados. Portanto, estes dados não estavam concentrados em um único almanaque. É importante salientar que outras fontes documentais, como livros publicados sobre a cidade de São Carlos e/ou livros específicos publicados sobre uma determinada família, ou sobre um fazendeiro de destaque da cidade, a Genealogia Paulistana, escrita pelo engenheiro ferroviário Luís Gonzaga da Silva Leme⁹, bem como alguns inventários também proporcionaram a coleta destas informações. Embora tenha havido um grande empenho em coletar estes

⁸ Os anos de publicação dos almanaques constam na nota de rodapé nr. 23.

⁹ A Genealogia Paulistana é uma obra histórica-genealógica escrita pelo engenheiro ferroviário Luís Gonzaga da Silva Leme no período de 1903 a 1905. Possui 9 volumes e cerca de duas mil páginas. Atualmente, a Genealogia Paulistana encontra-se *online*, o que facilita a pesquisa sobre as famílias mais relevantes no povoamento de São Paulo e do interior do Brasil. Para consulta *online*, acessar: <http://www.arvore.net.br/Paulistana/>.

dados, alguns não foram realmente encontrados nestas fontes e, por isso, não foram descritos nos quadros que serão apresentados a seguir.

O livro Fontes Estatístico-Nominativas traz uma listagem com 195 nomes dos contribuintes do imposto sobre o café do ano de 1896. Porém, foi feito um recorte abordando os fazendeiros cuja produção atingiu o total de mais de 90.000 kg de café no ano de 1896, pois considero que esta quantidade seja indicador de um porte médio a grande fazendeiro de café neste ano. Os fazendeiros que atingiram menor produção não foram abordados. Para este ano, além do indicativo de pertencimento à elite, propriedade de terra, os indicativos também considerados referem-se à produção de café em kg e ao cargo político assumido por estes fazendeiros e às patentes da Guarda Nacional e civis adquiridas por estes.

Para o ano de 1904, há uma listagem no Livro Fontes-Estatístico Nominativas que indica uma Estatística Agrícola e Zootécnica para o município de São Carlos. Assim, os registros referentes à lista nominativa dos principais proprietários de terra e de pés de café permitem apontar os fazendeiros que mais se destacaram quanto à produção de café e, também, à quantidade de terras que os fazendeiros possuíam. Nesta Estatística Agrícola, há a descrição de 313 nomes de proprietários rurais identificados, bem como sua produção de café, a quantidade de pés de café, o total de alqueires que esse possuía, dentre outros dados. Porém, foi feito um recorte tomando como relevância a produção de café em até 90.000 kg, assim como feito para 1896.

Para analisar os laços de parentesco mantidos ou adquiridos pelas principais famílias de elite do município de São Carlos, a Genealogia Paulistana foi utilizada exaustivamente. Além desta fonte, livros biográficos, artigos diversos sobre personalidades do município, o livro “Caminhos do Tempo” de Carlos Damiano, os almanaques e a entrevista com Gina Salles Picchi, foram utilizados para alavancar

dados e montar a árvore genealógica de três das principais famílias de elite, levantadas neste estudo.

Para sistematizar e organizar as informações colhidas nas fontes descritas acima, quadros-resumo contendo os dados levantados são apresentados no item a seguir, Quadros 3, 4 e 5. Os nomes dos fazendeiros, bem como de suas fazendas e a produção de café vêm das Fontes Estatístico-Nominativas da Propriedade Rural em São Carlos (1873 – 1940). Para o cargo político e para as patentes da Guarda Nacional, não há uma fonte única, sendo, então, utilizados os almanaques, a Genealogia Paulistana, a listagem de vereadores e prefeitos da cidade de São Carlos, bem como, livros diversos que auxiliaram no preenchimento desta coluna. Não foi possível fazer uma padronização destes dados, visto que as fontes não trazem sempre igualmente os mesmos dados. Por exemplo, em 1873, há uma lista nominativa dos fazendeiros de café e, já em 1896, além dos nomes, há, também, a produção de café em kg. O ano de 1896 não apresenta a quantidade de terras de cada fazendeiro, já o ano de 1904 apresenta estes dados.

2. TEORIA CLÁSSICA DAS ELITES APLICADA A UM CONTEXTO HISTÓRICO.

A revisão a seguir apresenta a inter-relação entre a Sociologia e a História, bem como, a importância destas para o tema das elites. Na sequência, a teoria das elites e dos principais sociólogos expoentes do tema é detalhadamente exposta. Dada a importância das relações de parentesco e das famílias patriarcais, estes conceitos também são revisados. Por fim, o município de São Carlos, local em que se aplica a presente pesquisa, é investigado, desde sua formação até as transformações ocorridas de meados do século XIX ao início do século XX.

2.1 Sociologia Histórica

O estudo sociológico acerca do tema *elites*, nesta pesquisa, fundamenta-se e orienta-se historicamente. Segundo as análises weberianas, há uma íntima relação entre a Sociologia e a História, uma vez que “grande parte do trabalho de conceituação e de tipificação nas Ciências Sociais pressupõe a contribuição da História” (Reis, 1998). Pode-se dizer que as duas disciplinas são próximas, porém não idênticas (Perissinotto, 1999), pois, “enquanto a causalidade sociológica busca leis gerais, a causalidade histórica privilegia a sequência singular de eventos que caracterizam um fenômeno histórico particular” (Reis, 1998).

Analisando a interdisciplinaridade entre Sociologia e História, Skocpol (1989), aponta que, atualmente, há o desenvolvimento de muitas pesquisas sociológicas orientadas historicamente. Nesta perspectiva, a autora exemplifica que, nos Estados

Unidos, muitos livros orientados historicamente estão sendo recentemente complementados por sociólogos. Deste modo, sociólogos históricos representam o crescimento de uma comunidade interdisciplinar de cientistas sociais que são orientados historicamente.

Abrams (1982), ao discorrer sobre a Sociologia Histórica, salienta que, ao fazermos questionamentos sobre a sociedade contemporânea, as respostas perpassarão pela História. Para o autor, o mundo social é essencialmente histórico, ou seja, há um processo temporal de ligação entre a ação e a estrutura no qual a História e a Sociologia se complementam e tornam-se capazes de responder perguntas sobre o mundo contemporâneo.

Em meados da década de 60 e 70, a Sociologia Histórica pensava a respeito dos grandes processos sociais geradores de mudanças sociais, tais como a formação do Estado, as grandes revoluções, o desenvolvimento capitalista. Theda Skocpol (2004:11), representante desta Sociologia Histórica, nos diz: “[...] No meu ponto de vista a sociologia histórica é melhor compreendida como uma tradição contínua de pesquisa, sempre renovada, devotada para a compreensão da natureza e dos efeitos de estruturas de larga escala e processos fundamentais de mudança”.

Segundo Skocpol (2004:8), os estudos sociológicos históricos evidenciam detalhes particulares e variáveis de formas específicas de estruturas sociais e padrões de mudança. Para esta autora, “o passado do mundo não é visto como uma história de desenvolvimento unificado ou um conjunto de sequências padronizadas”, mas sim como um processo situado no tempo e no espaço no qual é possível analisar e inter-relacionar “as ações significativas e contextos estruturais de forma a permitir a compreensão das consequências inesperadas e também das pretendidas nas vidas individuais e nas transformações sociais” (Skocpol, 2004:08).

A partir de 1980, a Sociologia Histórica diversifica-se e começa a abordar todos os objetos da Sociologia, como gênero, raça, etnia, desigualdade social. Desta maneira, a abordagem sociológica histórica passou a enfatizar os processos de mudança e reprodução sociais situados em um tempo e em um espaço da vida social.

Embasando-se neste panorama, o estudo sobre a configuração das elites no município de São Carlos, de meados do século XIX ao início do XX, perpassa a Sociologia Histórica dos anos 80, uma vez que estas elites fizeram parte de um fenômeno social específico e local que contribui para o entendimento e a compreensão da realidade social brasileira dos séculos XIX, XX e atual. Assim, o estudo das elites do município de São Carlos (podemos chamá-la de elite regional ou local) contextualiza-se, no período histórico determinado, com a história da região do município e do Brasil. Neste sentido, Bacellar (1997:17) define que “a história regional é particular e global a um só tempo”, ou seja, ao se tomar conhecimento de uma pequena fatia da história (no caso do município de São Carlos), bem como, de seu povoamento, de sua ocupação, de sua formação e de seu desenvolvimento, é presumível compreender e fazer ligações com a história geral brasileira.

2.2 Teoria das Elites

A fim de delimitar um conceito de elite aplicável ao município de São Carlos, as análises deste projeto abordam a teoria das elites. Em sua versão clássica, esta teoria foi elaborada e desenvolvida pelos italianos Vilfredo Pareto (1848-1923), Gaetano Mosca (1858-1941) e pelo escritor alemão Robert Michels (1876-1936). Estes autores escreveram suas principais obras entre o final do século XIX e início do século XX, ou seja, em um período histórico marcado pelo avanço da democracia, pela expansão da participação política das massas, e pelo progresso das ideias socialistas e marxistas. Neste contexto, as massas começaram a ser vistas como um sinal de ameaça à elite, pois estavam surgindo possibilidades de ascensão política para a multidão. É nesta conjuntura de ameaça das massas ao poder exercido pelas classes dirigentes que surge a Teoria das Elites.

Embora a teoria das elites tenha recebido muitas críticas, Perissinotto (2009:8) apresenta que:

“quando um cientista político ou um sociólogo decide fazer um estudo das elites, isso não quer dizer que ele esteja obrigado a adotar os preceitos normativos conservadores que os teóricos clássicos das elites defendiam. É muito importante, nesse sentido, não reduzir o aspecto científico de suas proposições às suas posições políticas. Somente assim, conseguiremos fazer uma avaliação justa do rendimento analítico que seus conceitos podem propiciar”.

O termo *elitismo*¹⁰, muitas vezes, tem sido utilizado como sinônimo de “teoria das elites ou elitista” (ALBERTONI, 1990). Segundo Albertoni (1990), atualmente, o termo é compreendido de uma maneira ambígua. De acordo com suas explanações, há uma abordagem intelectual dos fenômenos políticos que interpreta, em diferentes

¹⁰ “*Elitisme* é, de fato, a tradução francesa da palavra inglesa recentemente forjada *elitism*, por sua vez, derivada da palavra francesa *élite* que contém a raiz originária do verbo latino *eligere* (eleger, escolher) e constitui a chave para a interpretação do conceito contido no termo” (Albertoni, 1990:17).

contextos históricos e meios, a origem, a natureza e o papel dos grupos dirigentes (elites), mas, também, este termo constitui-se como um corpo doutrinário que procura definir as formas de poder a partir da ação político-prática.

É importante salientar que, embora estes autores, fundadores da teoria das elites, possuam diferenças quanto às suas teorias, esses também apresentam similaridades. A principal similaridade observada entre estes autores respalda-se na concepção de uma minoria que detém o poder efetivo. Ou seja, em toda sociedade, independente de sua forma de governo, sempre haverá uma camada dominante¹¹ formada por uma minoria. Decorrendo a respeito da similaridade, Albertoni (1990:30), assinala que:

“[...] tanto para Mosca quanto para Pareto, os componentes de cada uma das elites, ou classes dirigentes, certamente não são os melhores no sentido absoluto, mas para ambos trata-se dos mais hábeis, dos mais fortes e dos mais astuciosos no jogo do poder”.

Ou seja, a habilidade, a eficácia, as qualidades dos governantes ou, até mesmo, a apatia das massas são facilitadores à derrota dos governados e sobressalência dos governantes na disputa pelo poder. Deste modo, Albertoni (1990:32) afirma que “os grupos dominantes constituem um fato tanto para Pareto quanto para Mosca”.

Ainda no contexto das similaridades e diferenças entre Mosca e Pareto, Bobbio (2002:316) nos diz que a concordância entre ambos de que, em qualquer sociedade, existam governantes e governados, e os governantes sempre formam uma minoria, tem, nos dois autores, um “único objetivo polêmico: a confutação da teoria democrática do governo do povo ou da maioria, ou, em termos mais ardentes, o desmascaramento do mito do autogoverno”. Ou seja, ambos os autores afirmam que

¹¹ A utilização do termo “classe dominante”, para referir-se às elites, segundo Mills, é uma expressão imprópria, uma vez que utiliza um termo de natureza econômica – “classe” – ao lado de um termo puramente político – “dominante”. “A idéia de “classe dominante” supõe que a mesma classe que domina economicamente domina, também, politicamente. Na realidade, esse fato pode ou não ser verdadeiro, dependendo do caso considerado”. A autora defende a utilização do termo elite do poder (Perissinotto, 2009).

as decisões políticas que são fundamentais em um regime democrático são tomadas por um grupo restrito de pessoas. Como ponto divergente entre os dois autores, também podemos citar o fato de Mosca estudar, principalmente, a classe política, enquanto Pareto, as classes eleitas. Mosca tinha o interesse de conhecer as razões de domínio desta classe política, bem como, seus modos de exercê-lo. Pareto, por sua vez, interessado nas classes eleitas, empenhava-se pela identificação das qualidades necessárias para ser um membro eleito, bem como, pelos modos de desenvolvimento e decadência desta classe (Bobbio, 2002).

Além da teoria das elites, há novas vertentes teóricas que apontam para o estudo das elites. A primeira delas é o estruturalismo marxista para a qual “as decisões tomadas pela elite política não corresponderiam às intenções originais dos seus membros (...) ainda assim a natureza da elite (seus perfis sociais, atributos profissionais, valores mentais) pode vir a ser um fator importante para a explicação dos fenômenos políticos” Perissinotto, 2008:8). “Segundo o marxismo estruturalista, as elites agem em um contexto estrutural que restringe suas ações, opções e redefine o sentido de suas estratégias a despeito de suas intenções iniciais e dos seus projetos” (Perissinotto, 2009:9). Para esta perspectiva, os atributos das elites não são considerados legítimos para entender as decisões públicas.

Além desta perspectiva analítica, a segunda vertente trata-se do Institucionalismo de Escolha Racional. Esta análise empírica tenta explicar o desenvolvimento das ações dos atores sociais. Esta perspectiva não leva em consideração a história da origem de classe ou dos valores culturais dos atores políticos. Como apontado por Perissinotto (2009), os indivíduos são intercambiáveis, ou seja, independente de sua história social e ideológica, os indivíduos agiriam da mesma maneira em um determinado ambiente institucional porque são todos atores

que, por meio da razão, tentam potencializar seus objetivos. Ou seja, esta perspectiva analítica também não considera os atributos da elite para legitimar as decisões políticas.

Por fim, a terceira vertente teórica que aponta para o estudo das elites refere-se à Sociologia Relacional explanada por Bordieu. Este vertente analisa as estruturas de poder e de dominação em diferentes esferas sociais abordando que “não é o grupo nem são os indivíduos que constituem o objeto, mas os recursos e princípios de legitimação que estruturam suas práticas e, inclusive, suas relações com as demais categorias sociais, não necessariamente dominantes” (Coradini, 2008:14).

Dada a importância de Mosca, Pareto e Michels na conceituação de elite, estes autores são discutidos em detalhes nos itens a seguir. Ao final, o conceito utilizado para definição de elite para o presente estudo é também resumido.

2.2.1 O Conceito de Elite segundo Mosca

Gaetano Mosca, um dos fundadores da teoria das elites, como já dito, preocupava-se em fazer uma análise científica dos fenômenos políticos. Para tanto, valoriza o método histórico e comparativo para observar os fenômenos sociais (Perissinotto, 2009).

Possuidor desta perspectiva histórica-comparativa, Mosca estuda e analisa várias sociedades humanas, ao longo de sua vivência, o que lhe permitiu constatar que as sociedades estão divididas em dois grupos: os governantes e os governados. Mosca (1939:50) nos diz:

“Entre as tendências e os fatos constantes que se encontram em todos os organismos políticos, aparece um cuja evidência se impõe

facilmente a qualquer observador: em todas as sociedades, começando pelas medianamente desenvolvidas... até as mais cultas e fortes, existem duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados”.

Para o autor, os governantes são poucos, mas monopolizam o poder e impõem seu poder político, a sua vontade por meio de métodos legítimos ou arbitrários perante o restante da sociedade. Ainda nesta perspectiva, Albertoni (1990) interpreta que os governantes são aqueles que dispõem dos poderes públicos e que os exercem, sendo sempre uma minoria. Para Mosca, de acordo com algumas afinidades ou outros motivos, os membros da elite dirigente formam um grupo homogêneo e solidário entre si. A capacidade de organização do grupo dos governantes é fundamental para esclarecer como estes exercem o seu poder perante os governados. Os governantes são chamados por Mosca de “classe política” ou “classe dirigente¹²” (Hollanda, 2011). Nas palavras de Mosca, ele define que a classe dos governantes “é sempre menos numerosa, desempenha todas as funções políticas, monopoliza o poder e desfruta das vantagens a ele ligadas” (Mosca, 1939:50).

Tendo como base esta definição a respeito da classe dos governantes, é possível afirmarmos que a condição de minoritária e a capacidade de organização da classe dos dirigentes são fundamentais para a monopolização do poder, bem como a sua utilização em benefício próprio (Perissinotto, 2009). Neste contexto, Grynszpan (1996) aponta como importante fator de distinção e de poder entre minoria (governantes) e maioria (massa) a capacidade de organização e de coordenação que a minoria exerce sobre a maioria. Afirma também que, além desta capacidade de organizar-se, a minoria é possuidora de algum atributo altamente valorizado socialmente, como a riqueza, a força física, o contato direto com deuses, o saber e

¹² A referência à elite e às massas, no decorrer desta pesquisa, dá-se através de várias expressões, como governantes e governados, dominantes e dominados, classe política e classe governada, classe dirigente e dirigidos.

assim por diante. Por fim, Grynszpan (1996) explana que a hereditariedade é outro elemento fundamental para o acesso da classe dirigente ao poder. Este último elemento é relevante quanto à análise da formação da elite política e econômica no município de São Carlos, uma vez que, como afirma Love (1982), a homogeneidade da elite paulista respalda-se em um grande número de relações de parentesco, embasadas em laços de consanguinidade, que permitia o acesso e a permanência dos membros da minoria no poder.

Segundo Mosca, todas as sociedades humanas são dominadas por uma classe política e esta diferencia-se seguindo o critério dos tipos de recursos socialmente valorizados que elas controlam e que lhes permite impor sua dominação (Perissinotto, 2009). Sendo assim, Mosca (*apud* Perissinotto, 2009), identificou três tipos de classes políticas: a militar, a plutocrática (posse de riqueza) e a sacerdotal. Nesta pesquisa, portanto, o foco será sobre a classe política, via plutocracia, formada a partir da posse da riqueza, visto que os membros da elite que governaram São Carlos, bem como seus sucessores, eram possuidores de uma vasta riqueza baseada na posse de terras, escravos, além de possuírem títulos nobiliárquicos que lhes garantiam *status*, acessos, e privilégios sociais e políticos.

Para Mosca, a massa é definida como sendo uma maioria desarticulada, desorganizada. Mosca (1939:50) nos diz:

“...Enquanto que a segunda (a classe dos governados), mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira de maneira mais ou menos legal, ou de modo mais ou menos arbitrário e violento, e lhe fornece os meios materiais de subsistência e os indispensáveis para a vitalidade do organismo político”.

Neste contexto, compreende-se que a desorganização facilita o exercício do poder pelos dirigentes e o legitima. Desta forma, é possível pensarmos que a minoria domina porque é organizada e a maioria é dominada porque é desorganizada. Fazendo esta análise, a realização efetiva de uma soberania popular é vista com certa

descrença. Porém, Mosca diz que “a observação histórica nos revela um fato inegável, isto é, que as classes políticas decaem. É nesse momento que o autor nos fornece uma teoria de mudança social. Para Mosca, as mudanças sociais estão sempre ligadas a mudanças nas ‘fontes’ de poder. Ou seja, mudanças nas fontes de poder geram mudanças na classe política” (Perissinotto, 2009:16). Segundo Mosca, o declínio de uma classe política permite a substituição por outra. Esta “nova classe política pode ser inclusive formada por indivíduos de destaque pertencentes aos estratos sociais inferiores que, por suas qualidades, abrem caminho em direção ao poder” (Perissinotto, 2009:35).

A quantificação quanto aos governantes, segundo Mosca, é irrelevante, pois o fundamental é entender os mecanismos sociais e políticos que levam à formação, socialização e conduta da elite (que seria uma minoria). Organizada e coordenada, a elite dirigente impõe-se a uma maioria desarticulada (Grynszpan, 1996). Segundo Albertoni (1990:71), para Mosca, pouco importa que, à frente do Estado, exista um monarca, uma oligarquia de nobres ou um grupo que afirme exercer o poder em nome do povo.

“O poder, insiste Mosca, só pode ser articulado e distribuído; a história nos ensina que ele é repartido entre uma série de sujeitos muito mais numerosos do que aqueles que aparecem como símbolo de todo regime, do que o homem ou o grupo de homens que se identifica como o próprio poder num momento dado”.

Albertoni (1990) expõe que, em todas as formas de legitimação do poder da elite, as bases reais da elite política permanecem ocultas pela sedução e justificação religiosa ou racionalista. Assim, os homens não se subordinam apenas pela força. O mesmo autor explana que as massas não obedecem à mecânica nem, espontaneamente, a quem as comanda, mas obedecem porque lhes sentem a superioridade e porque sofrem a influência do poder. Ou seja, a classe política

justifica o seu domínio por meio de argumentos morais e valores partilhados por toda a sociedade.

Segundo Mosca, “a composição da classe política nunca foi determinada por um critério único, mas por uma mistura das diferentes qualidades evocadas” (Albertoni, 1990:73). Mosca pontua critérios de distinção entre a minoria privilegiada e a maioria subordinada como possibilidade de agregação à classe política, sendo eles o valor militar, a riqueza, o nascimento e o mérito pessoal. O valor militar exerce um papel fundamental, mesmo nas sociedades contemporâneas, em momentos de “desordem” social. A riqueza, por sua vez, é definida como critério real de participação na vida política (Hollanda, 2011). A força política da riqueza, pontua Mosca, reside em si mesma graças às vantagens que, necessariamente, confere a quem a possui (Albertoni, 1990). Referindo-se ao nascimento, este situa os homens em um universo de conhecimentos, valores e postura que os aproxima ou não dos modos de vida da minoria dominante. Já o mérito (pessoal) advém da qualificação pessoal, como diplomas e títulos. Ele não possui valor em si só, precisa ser reconhecido oficialmente. O mérito pessoal, portanto, poderia superar os efeitos sociais das marcas de origem (Hollanda, 2011). É importante salientar que estes três critérios não são anunciados pela elite, mas são utilizados por ela implicitamente a fim de legitimar o seu poder.

As análises feitas por Mosca nos permitem apontar que os fazendeiros de café do município de São Carlos compunham uma minoria dominante por meio de sua riqueza como também pelos cargos políticos que exerceram em nível local, estadual ou federal.

2.2.2 O Conceito de Elite segundo Pareto

Vilfredo Pareto, também considerado um dos fundadores da teoria das elites, possui uma proposta metodológica similar à de Mosca. Para este autor, é possível fazer um estudo científico dos fenômenos sociais e políticos a partir da utilização do método lógico-experimental, isto é, “aquele que produz proposições a partir da observação do mundo real e que, por isso, podem ser confrontadas diretamente com os fatos” (Perissinotto, 2009:25). Adepto deste método lógico-experimental, Pareto aponta como preocupação teórica a análise sobre a manutenção do equilíbrio de uma sociedade.

Analisando elite em Pareto, nota-se que a palavra *elite* é utilizada para designar a categoria de pessoa que alcança os níveis mais altos em seu ramo de atividade. Deste modo, há a existência de várias elites, tais como a elite da riqueza, do talento artístico, do prestígio social etc. (Martinez, 1997). Para este autor, em todas as esferas sociais, há indivíduos que se destacam dos demais por seus dons, por suas qualidades superiores. Estes compõem uma minoria distinta do restante da população, ou seja, uma elite. Deste modo, nota-se que o termo elite, em Pareto, tem um sentido classificatório, pois indica os melhores de cada atividade (Grynszpan, 1996).

Em Pareto, é possível afirmar que a sociedade está dividida em duas camadas, a inferior e a superior. Como parte da camada inferior, inclui-se a classe não eleita, os sujeitos menos capazes. Como parte da camada superior, inclui-se a classe eleita, sendo que esta pode se subdividir em classe governante e a classe eleita não governante. Por classe eleita do governo (ou classe governante), entende-se um grupo de minorias dirigentes (eleitos) que exercem direta ou indiretamente o poder. Estes dirigentes são dotados de um talento, de uma capacidade de eficiência que os permite

governar e subordinar os sujeitos não aptos à condução do governo. Assim, para Pareto, a minoria dirigente, a camada superior ou classe eleita denomina-se elite e a camada inferior, a classe não eleita, a massa, é denominada como a não elite (Barnabé, 1999). A classe eleita não governante, por sua vez, refere-se ao conjunto de indivíduos que, embora sejam os melhores na sua atividade, não exercem o comando político. Assim, a elite política é formada tanto pelos que participam diretamente do governo como também por aqueles que conseguem influenciá-lo devido aos recursos sociais que controlam, como dinheiro, cultura, religião, saber etc. Segundo Pareto, a elite política não se limita a quadros formais de governo e da política, sendo o princípio de eficiência e não de moral o definidor de elite. Ou seja, para o autor, em qualquer ramo da atividade humana, alguns homens são melhores do que os outros e alcançam maior destaque no desempenho de seus ofícios. Sempre existe um grupo de poucos homens mais talentosos sobre um grupo extenso de sujeitos menos aptos (Hollanda, 2011).

Em relação ao acesso à classe governante, Pareto aponta que há duas vias: a da vocação e a da hereditariedade. A via da vocação é inata ao governante e, conseqüentemente, ao mando político. A via da hereditariedade caracteriza-se pela influência política de famílias que, além dos cargos políticos, controlam riquezas e conexões sociais. Deste modo, muitos indivíduos que não têm as qualidades necessárias para o exercício do poder passam a ocupar um lugar importante no interior da elite política, contribuindo, assim, para o processo de degeneração, de crise que será explanado a seguir partir dos conceitos de circulação, resíduos e derivação.

Abordando os modos pelos quais se dá a passagem de um grupo a outro e a intensidade deste movimento, Pareto analisa a circulação das elites como premissa fundamental. Segundo Pareto, há um processo contínuo, chamado de circulação das

elites, que assegura o equilíbrio e a longevidade de todo este corpo social (Grynszpan, 1996). Esta circulação pode produzir trocas progressivas da elite com o meio social, ocorre em ritmos diferenciados em cada sociedade, pode produzir movimentos extremos de substituição integral das elites (na forma de revolução) e pode permitir uma circulação intraelite (caso esta não ocorra, há a tendência desta circulação acontecer entre elites) (Hollanda, 2011).

Neste contexto de circulação das elites, Grynszpan (1996) aponta que haveria em todas as sociedades, ao longo do tempo, uma luta constante entre a elite no poder e os grupos dele excluídos, ou seja, haveria uma luta de elites¹³. Porém, segundo este mesmo autor, quando a circulação das elites cessa ou se torna lenta, observa-se uma degeneração da elite. Esta decomposição da elite ocorre quando esta passa a concentrar elementos considerados inferiores, ao mesmo tempo em que, nas camadas inferiores, ocorre um acúmulo de indivíduos de traço superior. Deste modo, há uma tensão, uma crise pela qual a elite governante está sendo pressionada a ser substituída por uma via de revolução. Segundo Pareto, esta luta nunca cessaria e, mesmo em uma sociedade socialista, apenas ocorreria a substituição de uma elite burguesa por outra socialista (Grynszpan, 1996).

Ainda na perspectiva de circulação das elites, a hereditariedade, uma das vias de acesso à classe política, pode elevar indivíduos sem qualidades para o exercício do poder, contribuindo para o seu processo de degeneração, como já dito. Porém, para superar a degeneração e a instabilidade política causada pela hereditariedade, Perissinotto (2009:35) destaca que a circulação das elites é fundamental, pois

¹³Para Pareto, ao longo do tempo, em todas as sociedades, haveria esta luta de elites e não uma luta de classes como acreditavam os marxistas (Grynszpan, 1996).

“[...] permite que os estratos políticos superiores recebam um fluxo de indivíduos provenientes das classes inferiores, nos quais predominem os resíduos de segunda classe e que, por isso, sintam-se motivados a usar a força a fim de restaurar a ordem. Esses novos membros são, em geral, os melhores indivíduos que surgem de estratos inferiores e, por isso, almejam abrir caminhos até as posições de poder. Quando isso ocorre, é a nova aristocracia que nasce”.

A circulação das elites, portanto, asseguraria a renovação dessas (Albertoni, 1990). Ou seja, a circulação das elites é o mecanismo social por meio do qual as elites se renovam, mantendo sempre a dominação da minoria sobre a maioria.

Pareto aponta que, para compreender e justificar a relação mantida entre a classe eleita e a não eleita, é necessário definir o conceito de resíduo e derivação. Segundo o autor, os resíduos “correspondem a certos instintos dos homens e, por isso, geralmente carecem de precisão e limitação rigorosa” (Albertoni, 1997:20). Ou seja, os resíduos compreendem os elementos constantes e permanentes da ação em momentos históricos diferentes. Deste modo, um mesmo fenômeno social pode assumir, ao longo da história, formas variadas e diferentes por ser expressado por meio de teorias diversas (Perissinotto, 2009). Segundo Bobbio (2002), Pareto considera como resíduos os instintos fundamentais que constituem o comportamento social dos homens. Estes resíduos, segundo Pareto, deveriam basear as análises do sociólogo ao compreender a natureza, bem como, o curso dos equilíbrios e desequilíbrios sociais. Albertoni (1997:21) explana que:

“os resíduos correspondem a certos instintos dos homens, e por isso geralmente carecem de precisão e de limitação rigorosa. [...] os resíduos são constantes e qualificáveis enquanto instintos e motivos autênticos da ação humana. Tem sempre os caracteres de verdadeiras estruturas com significâncias simbólicas”.

Desta forma, é possível afirmar que os resíduos seriam as ações não lógicas, sendo estas a essência do comportamento humano em sociedade. As ações não lógicas ou ilógicas estão relacionadas a um estado psíquico, aos sentimentos, aos instintos,

aos resíduos. As ações lógicas, por sua vez, são efeitos de um raciocínio (Perissinotto, 2009).

No contexto da lógica de justificativa da relação entre a classe eleita e a classe não eleita, Pareto (*apud* Bobbio, 2002) analisa a derivação como sendo uma necessidade de recobrir com uma mão de verniz lógico a ação não lógica. De acordo com Pareto (*apud* Bobbio, 2002:43): “[...] O homem, apesar de levado a agir a partir de motivos não lógicos, tem prazer em ligar logicamente as suas ações a certos princípios, e por isso ele imagina a posteriori justificações para tais ações” .

Nesse sentido, Pareto (*apud* Albertoni, 1997:21) define as derivações como sendo “[...] as maneiras utilizadas pelos homens para dissimular, mudar, explicar os caracteres particulares e algumas de suas maneiras de agir”. Nesta perspectiva, Bobbio (2002) nos indica que as derivações nascem do fato de o homem ser um ser racional e instintivo ao mesmo tempo. Sendo assim, tende a dar “formas racionais” às suas motivações instintivas (resíduos). Ou seja, parece, portanto, que a função principal da derivação seja a de conseguir a persuasão do ouvinte. Deste modo, a derivação é um meio pelo qual são inculcados os próprios sentimentos em outrem. Pareto (*apud* Bobbio, 2002:44) esclarece que as derivações, portanto, “constituem a linguagem por meio da qual se atingem não só os sentimentos dos homens, mas se pode também modificar-lhes a atividade”. E mais, Pareto nos diz:

“Escuta... o que quer que seja a derivação, ela acrescenta força e vigor aos sentimentos, que dessa forma encontram maneira de se exprimir; e é um fato notório que os sentimentos sobre os quais frequentemente se fixa o pensamento crescem mais vigorosos que outros negligenciados pelo pensamento” (Pareto *apud* Bobbio, 2002:143).

Com base neste trecho dito por Pareto, Bobbio (2002:145), conclui que “as derivações podem contribuir para dar estabilidade a uma certa ordem social, mas elas mesmas não a determinam, nem estariam em condições de, sozinhas, transformá-la: a

sua é uma função estabilizadora, não propulsora e nem inovadora”. Nesta perspectiva, Pareto analisa as derivações a partir de três aspectos: o seu valor objetivo, o seu valor subjetivo e sua utilidade social. O valor objetivo está atrelado ao estudo das derivações a partir de sua correspondência com o mundo da experiência. O valor subjetivo estuda as derivações a partir dos motivos que levam um indivíduo a propor uma teoria e os motivos que o leva a aceitá-la. Neste valor, as técnicas de persuasão são fundamentais para convencer e suscitar sentimentos de aceitação dos homens a uma teoria. Por fim, a utilidade social nos lança à contribuição de uma derivação para a manutenção da ordem social. Pareto aponta que não há uma relação necessária entre os três critérios explanados acima. Ao contrário, para o autor, uma teoria pode ser verdadeira de acordo com os fatos da experiência, mas ineficaz para persuadir os indivíduos e inútil socialmente, podendo ocorrer também o contrário (Perissinotto, 2009). E, ao fazer estas afirmações, Pareto expõe que o trabalho do sociólogo inicia a partir do momento em que uma teoria não é, necessariamente, verdadeira, mas consegue convencer indivíduos a reproduzi-la.

Ainda no contexto das derivações, Albertoni (1997) as define como sendo as “maneiras (cambiantes) utilizadas pelos homens para dissimular, mudar, explicar os caracteres particulares e algumas de suas maneiras de agir”. Sendo assim, entendemos que a classe não eleita é dotada dos resíduos, dos instintos que precisam ser limitados e racionalizados (lógica ou pseudologicamente) pelos eleitos, pelos que tem o poder de dirigir.

Nesta perspectiva, Pareto afirma que a mais importante derivação do mundo contemporâneo é a doutrina democrática, um discurso teórico que descreve a participação de todos no poder político, quando o que acontece, de fato, mesmo

naqueles governos ditos democráticos, é a submissão política da imensa maioria das pessoas a uma minoria governante (Perissinotto, 2009).

2.2.3 O Conceito de Elite segundo Michels

No contexto da teoria das elites, Robert Michels, escritor alemão, pesquisou sobre a organização da social-democracia alemã¹⁴, revelando a formação de minorias dominantes mesmo em um discurso democrático. Deste modo, Michels enfatizará os determinantes organizacionais que permitem o surgimento das oligarquias no interior dos partidos operários. Respalhando-se nesta pesquisa, elabora a sua própria doutrina de valor político, normativo e ético, produzindo seu clássico trabalho “Sociologia dos Partidos Políticos”, no qual a democracia será seu principal objeto de preocupação e análise. A partir destas análises, formulou a “lei de ferro da oligarquia”, a qual aponta a presença do caráter minoritário permanente dos aparelhos de partido e sindicais (Albertoni, 1990). Ou seja, Michels aponta que, em todo o processo de construção de uma organização, há a produção de uma minoria que se transformará numa oligarquia. Pensando assim, conseqüentemente, pensar em organização significa pensar em oligarquia. Neste cenário, Michels (1982:238) nos diz que “[...] a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz a organização diz oligarquia”.

¹⁴ Michels vinculou-se ao movimento socialista e envolveu-se com a ala radical do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), partido que abandonou em 1907 (Perissinotto, 2009).

Nesta conjuntura, Michels baseia-se na Sociologia das Organizações¹⁵ e na Psicologia das Multidões para explicar o domínio das oligarquias sobre a maioria (Perissinotto, 2009).

A Sociologia das Organizações contribui para o estudo de Michels, pois lhe permite analisar que as organizações não são meros instrumentos a serviço dos grupos sociais. Estas, por sua vez, quando formadas e consolidadas, geram interesses próprios que acabam se sobrepondo aos interesses daqueles que, a princípio, deveriam representar (Perissinotto, 2009).

A Psicologia das Multidões, por sua vez, contribui para a interpretação da necessidade que as massas têm de se submeterem aos chefes. Pois, para este autor, as massas não só não estão preparadas para exercer um papel de comando como não desejam exercê-lo. Ou seja, as bases psicológicas da dominação oligárquica residem na tendência natural das massas a se submeterem aos chefes e aos seus discursos demagógicos (Perissinotto, 2009).

Adentrando ao estudo de Michels sobre os partidos políticos, o autor aponta que os partidos se afastam do ideal a partir do momento em que a sua liderança se afasta das massas governadas. Michels (1982:238) aponta que “toda organização de partido representa uma potência oligárquica repousada sobre uma base democrática”. O autor define a base democrática como sendo o autogoverno das massas, que, reunidas em assembleias, deveriam definir os destinos de uma dada comunidade (Perissinotto, 2009). Neste contexto, o ideal participativo da democracia, a ideia de governo direto das massas, que decidiam diretamente em assembleias, torna-se inviável devido ao crescimento e à complexificação das sociedades (Grynszpan, 1996). Mas Michels observa que a coletividade não tem condições de resolver

¹⁵ Segundo Perissinotto (2009), Robert Michels é um fundadores da Sociologia das Organizações, na medida em que o autor procura reter os determinantes organizacionais como fundamentais para a divisão entre uma minoria de governantes e uma maioria de governados.

diretamente as controvérsias que surgem no seu seio, pois não há tempo nem espaço para a participação direta das massas nas decisões políticas. Ou seja, para Michels, a democracia era impraticável, sendo esta comprovada por sua famosa frase “*Os revolucionários de hoje, são os reacionários de amanhã*” (Michels, 1982:93). Deste modo, Perissinotto (2009) aponta que, para Michels, não é possível consultar as massas nem muito menos reuni-las toda a vez que uma decisão tiver que ser tomada. É neste momento que a figura do chefe, do delegado ou do líder aparece como fundamental para o exercício do poder para e sobre as massas.

Analisando as massas como sendo incompetentes para tomar decisões importantes, Michels (1982) aborda que as individualidades, neste âmbito, são anuladas, bem como suas responsabilidades e o poder de raciocínio. Sendo assim, as massas passam a ser influenciáveis por líderes, possuidores de uma boa oratória, de habilidades e competências específicas para exercerem o comando, ou seja, estes líderes farão uso da retórica, bem como da burocratização como mecanismos de dominação (Hollanda, 2011). Nesta perspectiva, é possível observar o surgimento de elementos de diferenciação e autonomia entre os que lideram e os que são liderados (Grynszpan, 1996). A figura dos chefes, além de ser um elemento de diferenciação perante as massas, representa, também, uma superioridade, pois estes chefes irão falar e agir em nome de todos, ou seja, serão os “especialistas” quanto à organização. E, se não há democracia sem organização e se não há organização sem a tendência da formação de uma oligarquia, segundo as análises de Michels, podemos dizer que este grupo de chefes será seletivo e formador desta oligarquia. O processo de diferenciação, segundo Michels¹⁶, se dá por meio de determinantes organizacionais bem concretos. Os homens não nascem superiores. Alguns deles se tornam superiores em função das

¹⁶ Comparando Michels com Pareto no que tange o processo de diferenciação, observa-se uma disparidade. Enquanto Pareto aponta que a diferenciação é abstrata e inata, Michels aborda que a diferenciação é fruto de determinantes organizacionais bem concretos (Perissinotto, 2009).

próprias exigências organizacionais (Perissinotto, 2009). Neste contexto, segundo Michels, os governantes passam a governar de acordo com sua própria consciência. Os líderes, os chefes, motivados pelo desejo de dominação, tendem a renunciar ao idealismo para extrair e tirar vantagens pessoais das oportunidades de poder (Hollanda, 2011). Para Michels, portanto, a superioridade¹⁷ se dá a partir do momento em que um grupo busca se organizar e, ao fazê-lo, passa a gerar, no seu interior, uma oligarquia que se apossa do poder dentro da organização (Perissinotto, 2009). O autor destaca que os líderes ascendem socialmente dentro das organizações e, por isso, se tornam autoritários.

Com referência à delegação e ao autoritarismo exercido pelos líderes eleitos, Michels (1982) nos aponta que a delegação é tida como um direito moral, ou seja, o que era um hábito se torna um direito e o autoritarismo, exercido pelos chefes, o que contribui para a imposição do poder destes, que estão em uma situação de superioridade em relação aos demais. Estas afirmações são observadas no seguinte trecho descrito por Michels (1982:30):

“Da delegação de fato nasce o direito moral à delegação. Os delegados eleitos uma vez ficam no cargo sem interrupção, a não ser pela observância excepcionalmente escrupulosa de disposições estatutárias ou por acontecimentos completamente extraordinários. A eleição realizada para ter uma duração determinada torna-se um cargo para o resto da vida. O hábito se transforma em direito. O indivíduo regularmente delegado para um certo período acaba pretendendo que a delegação constitui a sua propriedade. Se lhe negam a reeleição, ele imediatamente ameaça com represálias, das quais a demissão ainda é a menos grave, que terão por efeito semear a confusão entre seus camaradas. E essa confusão terminará quase sempre com a sua vitória”.

¹⁷ Confrontando a concepção de superioridade em Michels e em Mosca, nota-se uma diferença. Enquanto para Mosca a superioridade só é possível a partir de uma minoria, para Michels, esta se dá a partir da busca de uma organização de um grupo, que, ao buscá-la, gera, em seu interior, uma oligarquia que irá exercer o poder e domínio (Perissinotto, 2009).

Nesta conjuntura, Michels acredita que uma democracia só será possível desde que não seja pensada como um governo direto das massas, mas sim como um sistema de controle que impeça as oligarquias de exercer um poder absoluto.

2.2.4 Conceito de Elite Aplicado no Presente Estudo

A presente pesquisa respalda-se na teoria das elites, especificamente em Mosca e Pareto, uma vez que, para o período histórico abordado – 1873 a 1904, as análises teóricas destes pensadores elencam as características, bem como o comportamento, o processo de formação e a manutenção deste grupo no poder. Além disso, esta perspectiva pontua os atributos da elite como legitimadores das decisões políticas e das relações de poder no município de São Carlos do referido período. Estes atributos da elite são considerados aqui como sendo os elementos relacionados à riqueza (posse de terras e escravos), à hereditariedade (facilitadora da permanência e perpetuação da elite no poder, por várias décadas) e à obtenção de títulos nobiliárquicos ou distintivos.

Ainda no que diz respeito ao embasamento teórico das elites, Perissinotto (2009) nos aponta três questões fundamentais legadas por Mosca, Pareto e Michels: a) como definir “poder político”; b) como identificar a minoria que exerce o poder no interior de uma dada comunidade humana; c) como conjugar a democracia com a descoberta de que toda sociedade humana é, inevitavelmente, marcada pelo domínio de uma minoria. Bobbio (2002:38) aponta que a teoria das elites “ofereceu e oferece a base para uma numerosa série de estudos sobre a formação, a composição e a transformação da classe política ou das elites em diversos estados de evolução social, econômica e política de um determinado país”. Neste sentido, estas questões

apontadas por estes teóricos clássicos são fundamentais para o desenrolar e para o desfecho de minha pesquisa.

Segundo Pareto (Hollanda, 2011), a superioridade das elites econômicas e políticas era amparada pela “ordem natural das coisas”, ou seja, as desigualdades entre a elite e dos demais integrantes sociais eram vistas como naturais, como parte do processo social. As elites, ainda na visão de Pareto, são inevitáveis, pois, mesmo em sociedades nas quais não houvesse nenhuma distinção de classes, haveria a formação de elites que dominariam e controlariam os demais membros da sociedade (Souza, 2010).

3. SÃO CARLOS: HISTÓRIA, FORMAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DAS FAMÍLIAS DE ELITE

3.1 Laços de Parentesco

3.1.1 Famílias Patriarcais

Quando nos referimos à família neste período abordado por esta pesquisa, 1873 a 1904, logo nos vem à mente a ideia de uma família patriarcal. Sim, aquela família dominada pelo chefe (no caso, o pai) e, em muitas famílias abastadas, representada pelo coronel, na qual as personagens, uma vez definidas, “apenas substituem no decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um tronco de onde brotam todas as outras relações sociais” (Corrêa, 1981). Além disso, a família patriarcal era instalada nas regiões agrárias e mantinha-se por meio da integração de novos membros, principalmente da mesma família, como sobrinhos, primos, tios. Ou seja, a manutenção dos laços de parentesco e da endogamia, mantidos por meio dos casamentos, eram fundamentais para a continuidade da riqueza, da propriedade, do poder e da política.

A definição tradicional de família patriarcal, como a descrita por Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, é apresentada como sendo uma família chefiada por um patriarca que detém poder sobre seus filhos e esposa, e, também, sobre agregados e escravos, constituindo uma família extensa (Freyre, 1933). Este é o modelo tradicionalmente utilizado para se referir às famílias brasileiras do período Colonial, do período Regencial, do período Imperial e início do período Republicano. Ou seja, este sistema de família patriarcal se iniciará com a colonização do Brasil e se

estenderá até o final do século XIX, embora com algumas alterações no estabelecimento do poder representado pelo pai. No período colonial, por exemplo, o patriarca desfruta de plenos poderes sobre toda a sua propriedade, bem como, sobre todos. No decorrer do século XIX, sob o regime Imperial, surgem os sobrados e mocambos, um patriarcalismo mais austero, embora a autoridade do senhor já não reine mais absoluta. O filho, já bacharel, possui também alguma forma de poder na sociedade, o que começa a acarretar mudanças internas nas relações de autoridade entre os membros da família. O patriarcalismo, na passagem da Monarquia para a República – quando a sociedade começa a experimentar o processo de industrialização e enfatiza os mecanismos de urbanização, assume novas feições: as relações interpessoais tornam-se mais atomizadas e as hierarquias mais rígidas (Velo, 2000:376).

No contexto do patriarcalismo, Vainfas (1989 *apud* Scott 2009) sugere maior atenção quanto à confusão conceitual que possa ocorrer entre a definição de família patriarcal e a família extensa. Vainfas (1989) aponta que o patriarcalismo não é definido pela estrutura do domicílio extenso ou nuclear. Ele diz que, embora um grande número de dependentes, agregados, parentes, escravos fossem apresentados como características de uma família patriarcal, não devemos a identificar como família extensa. Para Vainfas (1989), o patriarcalismo se define no universo dos valores e da estrutura de poder constituídos por ele.

Ainda no que tange a definição de patriarcalismo, Scott (2009) apresenta que o patriarcalismo pouco ou nada tem a ver com a presença de noras, genros, netos, sobrinhos, filhos casados e outros parentes como moradores da unidade doméstica. Patriarcalismo é, sobretudo, relacionado ao poder pátrio, à autoridade dada aos pais e aos maridos, como pais e maridos sobre seus filhos e esposas. Portanto, patriarcalismo

refere-se ao poder paterno e não, necessariamente, a famílias extensas. Prosseguindo com a análise sobre o patriarcalismo, Scott (2009:25) nos indica que:

“Não é possível pensar o patriarcalismo limitado à configuração do domicílio extenso, mas como um pressuposto fundamental para entender a importância dos “laços familiares”, entendidos de uma maneira mais elástica e construídos não a partir do parentesco biológico, mas através dos laços baseados nas alianças matrimoniais, nas relações de compadrio e na “economia do dom”, que funciona através da lógica dos atos de dar e retribuir, constituindo relações de “amizade desigual” que as diferentes esferas de poder legitimavam”.

Outros estudos recentes apontam que a família patriarcal sobre a qual temos conhecimento, do tipo tradicional, não era a forma predominante de organização familiar destes períodos apontados acima. Segundo estes estudos, a definição clássica de família patriarcal não é válida para toda a sociedade brasileira dos séculos XVII, XVIII e XIX. Neste contexto, Samara (1989, contracapa), nos diz que: “[...] Famílias patriarcais e sua extensa rede de dependentes confirmam uma tendência herdada dos tempos coloniais, mas surpreendentemente não constituem a forma predominante de organização familiar”.

Nesta perspectiva de uma nova visão da análise sobre família patriarcal no Brasil, Corrêa (1981:10) explana que: “[...] O conceito de família patriarcal, como tem sido utilizado até agora, achata as diferenças, comprimindo-as até caberem todas num mesmo molde que é então utilizado como ponto central da referência quando se fala de família no Brasil”.

Assim, nota-se que não há um consenso nos estudos acerca da definição de família patriarcal no Brasil. A análise de algumas famílias são-carlenses elencará em qual linha de estudo se encaixa a família patriarcal existente aqui.

3.1.2 Análise dos laços de parentesco por consaguinidade e afinidade

Segundo Love (1982:215), “a elite brasileira era, em geral, recrutada dentro das mesmas camadas sociais, cuja identidade era dada por experiências e valores partilhados em comum e por padrões de carreira muito semelhantes”. Em cidades do porte de São Carlos, é de se esperar também certo grau de endogamia¹⁸ entre famílias que desejam preservar sua condição de elite. Isso permite explicar, por exemplo, o grande número de dispensas de consanguinidade encontradas em casamentos de integrantes da elite são-carlense, uma vez que, com a união entre familiares de segundo, terceiro, quarto grau, as posses estavam garantidas (Truzzi, 2007).

Além da endogamia, o compadrio por um coronel era uma prática comum presente nos casamentos durante o século XIX e XX. Porém, este apadrinhamento pode ser analisado sob dois olhares no âmbito dos matrimônios. O primeiro o observa como um fator de distinção e o segundo como um fator de dominação.

Como distinção, o apadrinhamento por um coronel significava diferenciar o casamento de membros da elite com o de outros agentes sociais. Neste sentido, Brügger (2002) destaca que este tipo de apadrinhamento era uma forma de aproximar famílias ricas ou fechá-las em seu grupo de parentes. Já como fator de dominação, o apadrinhamento estava presente no momento em que o escravo adquiria o sobrenome de seu senhor, de seu fazendeiro. Isto lhe dava a falsa ideia de pertencimento à parentela do seu senhor e embutia ao escravo a condição de propriedade do coronel (Queiroz, 1976).

¹⁸ Endogamia era a prática de uniões matrimoniais (consensuais ou não) em que a escolha do(a) parceiro(a) se dá exclusivamente no interior do grupo de iguais. No período abordado por esta pesquisa, a endogamia pode ser definida como sendo a obrigação de se casar com indivíduos do mesmo grupo social. Geralmente, o patriarca escolhia o marido da filha e vice-versa. Deste modo, pode-se dizer que este tipo de endogamia promove a homogeneização de grupos da população (Petrucci, 2001).

Ao analisar vários registros¹⁹ religiosos dos matrimônios ocorridos em São Carlos, foi possível constatar a presença do apadrinhamento como fator de distinção. Baseando-se nestes documentos e a fim de comprovar a existência do apadrinhamento como distinção, irei citar alguns exemplos. No dia 03 de março de 1861, realizou-se o matrimônio de Antonio José Teixeira e Maria Joaquina de Jesus. O pai da noiva era o fazendeiro, vereador (1865) e também juiz municipal suplente (1878) João Baptista de Siqueira. Os padrinhos deste casamento foram Antonio Carlos de Arruda Botelho (o Conde do Pinhal) e Francisco Jerônimo Bittencourt Coelho (também fazendeiro em 1873 e secretário municipal no governo provisório de 1889). No dia 08 de abril de 1872, realizou-se, em São Carlos, o casamento entre Vicente Mamede de Freitas e Nazaria Cândida de Arruda Botelho. O pai da noiva era Joaquim de Meira Botelho e os padrinhos foram Antonio Carlos de Arruda Botelho e Paulino Carlos de Arruda Botelho. Estes eram irmãos do pai da noiva (sobrinha do Conde). Neste casamento, o compadrio era complementado pelo parentesco presente entre os padrinhos e o pai da noiva. No dia 29 de fevereiro de 1876, realizou-se o matrimônio do casal Domingos da Costa Salles e Gertrudes do Amaral Camargo. O pai do noivo era José de Campos Salles (de Campinas) irmão de Estanislau de Campos Salles (que era pai do coronel José Augusto de Oliveira Salles de São Carlos). Portanto, o noivo era sobrinho de Estanislau e primo de José Augusto de Oliveira Salles. O pai da noiva era Elias de Camargo Penteadado (sogro de José Augusto de Oliveira Salles). Os padrinhos foram o major José Ignácio de Camargo Penteadado (sobrinho de Elias de Camargo Penteadado) e Leandro de Cerqueira.

¹⁹ Os registros religiosos dos matrimônios do município de São Carlos utilizados nesta pesquisa foram adquiridos no site www.familysearch.org. Neste site, organizado e mantido pelos Mórmons, há registros religiosos matrimoniais, batismais, de óbitos de vários estados brasileiros. Os registros matrimoniais religiosos do estado de São Paulo (nos quais se incluem os do município de São Carlos) estão digitalizados desde o ano de 1640 até 2012.

Ao analisar a descrição dos nomes dos escravos presentes em vários inventários de importantes fazendeiros (coronéis) do município de São Carlos, tais como o de Francisco da Cunha Bueno, Antonio Carlos de Arruda Botelho, Paulino Carlos de Arruda Botelho e José Ignácio de Camargo Pentead, foi encontrada somente a descrição do primeiro nome do(a) escravo(a). Além dos inventários, também analisei diversas escrituras e procurações²⁰ nas quais os nomes dos escravos é formado somente pelo primeiro nome. Abaixo, a descrição das escrituras de compra e venda de escravos nos indicam como estes eram mencionados nestes tipos de registros.

“[...] Escritura de compra e venda que fazem entre si José Antonio Correia á Theodoro Leite de Almeida Camargo como abaixo se declara. (04/04/1874). 4:000:000. Casal de escravos Elias e Ignacia, acompanhados de uma creança Engenua. Matrículas: Araraquara (SP). Folhas 15, 15v, 16). (Rizzoli, 1995:93).

“[...] Escritura de compra e venda de escravos de nomes Affonso, Paulo, Pedro, João, Alexandre, Francisco, Thomé, Severiano, Sabino e Laurentino, que fazem José Duarte da Costa Negrão, Angelo Bettencourt, Gustavo Severino Furtado de Mendonça e Evaristo T. Pinto Gomes á Joaquim Ignácio de Mattos pela quantia de sete contos e quinhentos mil Réis 7:500:000 (02/07/1881). Matrícula: São João Baptista do Rio Verde (SP). Folhas 9v, 10, 10v, 11, 11v, 12. (Rizzoli, 1995:116).

“[...] Escritura de compra e venda os escravos de nomes Benedicto e Virgílio, que fazem João Evangelista da Costa e Maria Teresa R. de Almeida Marcondes á José Augusto de Oliveira Salles, pela quantia de 1:550\$000 réus (30/08/1886). Registro: Benedicto – Mogi das Cruzes, Virgílio: Pindamonhangaba. Folhas 10v, 11. (Rizzoli, 1995:143).

²⁰ Estas escrituras e procurações estão contidas nos livros: Livro 1 (06/10/1868 a 19/12/1876), Livro 02 (16/12/1876 a 10/05/1877), Livro 03 (11/05/1877 a 03/11/1877), (não consta o Livro 04), Livro 05 (20/04/1880 a 17/07/1886), Livro 06 (29/03/1879 a 12/02/1887), Livro 07 (02/08/1886 a 15/03/1887), disponíveis em Rizzoli (1995).

Nos registros religiosos matrimoniais de escravos²¹ analisados, a referência aos escravos dá-se somente pelo primeiro nome. Porém, em todos eles, havia a citação do nome do fazendeiro ao qual ele pertencia.

Tendo como fonte documental várias escrituras de compra e venda de escravos do município de São Carlos, não foi possível constatar, nestas fontes, a ocorrência do apadrinhamento por dominação por meio da incorporação do nome ou sobrenome do fazendeiro ao nome dos escravos. É certo que este tipo de apadrinhamento ocorria, mas não por esta via. A ideia de pertencimento e de propriedade de um escravo ao coronel talvez estaria embutida nestas constantes referências do nome de seu proprietário em documentos diversos, confirmando este cenário de dominação.

Love (1982:218) aponta que, no interior da elite paulista, há um grande grau de parentesco entre os membros da elite. Segundo o mesmo autor, “os laços de parentesco incluem também relações criadas pelo casamento, que representavam formas significativas de solidariedade no Brasil da época. (...) Em outras palavras, mais de um terço de toda a elite representava uma complexa rede de interligações econômicas e de parentesco” (Love, 1982:218). Estes laços de parentesco eram fundamentais para, além da manutenção das posses, a continuidade das influências e dos privilégios. Para Teixeira (2005), o casamento entre parentes era algo que as dispensas matrimoniais indicaram que foi uma prática comum, ao menos entre aqueles que possuíam melhores condições sociais. Bacellar (1997:92), analisando os arranjos matrimoniais nas vilas do Oeste Paulista, concluiu que:

²¹ Os registros religiosos dos matrimônios do município de São Carlos utilizados nesta pesquisa foram adquiridos no site www.familysearch.org. Neste site, organizado e mantido pelos Mórmons, há registros religiosos matrimoniais, batismais, de óbitos de vários estados brasileiros. Os registros matrimoniais religiosos do estado de São Paulo (nos quais se incluem os do município de São Carlos) estão digitalizados desde o ano de 1640 até 2012.

“A seleção dos cônjuges fazia parte de uma estratégia de vida previamente pensada, visando à estruturação de uma rede de relações de cunho comercial. Quanto mais amplas e sólidas as relações estabelecidas, mais acessível seria o progresso socioeconômico da família”.

Os laços de parentesco entre membros da elite eram estabelecidos por consanguinidade ou por afinidade. O parentesco por consanguinidade é estabelecido por um vínculo de sangue, quando existe, pelo menos, um ascendente em comum. A proximidade deste parentesco mede-se de acordo com o número de gerações que separam ambos os pais. Já o parentesco por afinidade é criado pelos vínculos sociais, como o casamento, por exemplo.

Segundo Queiroz (1997), os casamentos tinham a mesma finalidade, a preservação das fortunas, porém havia duas maneiras destes serem arranjados. A primeira delas era o casamento no interior da própria parentela – tios com sobrinhas, primos com primas – evitando, assim, que a fortuna fosse para as mãos de estranhos ou fosse dividida. Neste caso, portanto, os laços de consanguinidade eram fundamentais para a perpetuação da riqueza, das posses e do poder. A segunda era o casamento fora da parentela, que tinha como resultado a aliança de dois grupos poderosos que se tornavam “parentes” e, portanto, unidos econômica e politicamente. Este tipo de casamento poderia promover aos “parentes” uma elevação na hierarquia do domínio graças à soma de forças familiares, econômicas e políticas. Nesta ocasião, portanto, os laços de afinidade eram fundamentais para manter, e, até, aumentar a fortuna e o poder das famílias envolvidas neste enlace.

Ainda na perspectiva de que o casamento era um importante meio de integração e ascensão social, a autora ressalta que a distância geográfica não era empecilho para os casamentos realizados interparentelas. A este respeito, Queiroz (1997:173) nos diz:

“[...] buscar mulher ou marido em regiões afastadas era estabelecer nelas uma ponta de lança, uma possibilidade de ingerência nos negócios e na política de outros locais. Viagens constantes de uma propriedade rural a outra, para visitar parentes, para fechar negócios, para dar mão forte a um correligionário, punham os chefes de família a par dos jovens existentes nas parentelas aliadas, permitindo tratar casamentos que não apenas uniam dois grupos sócio-econômicos e políticos, como duas regiões geográficas”.

Deste modo, o interesse em manter os laços de parentesco entre as famílias da elite eram maiores do que as distâncias geográficas e independentes da localização geográfica. Adiante, serão retratados casamentos realizados em São Carlos que comprovam estes laços de parentesco e consanguinidade praticados pela elite.

3.2 O Município de São Carlos até o Final do Século XIX

O presente item traz uma visão geral sobre o contexto histórico do município de São Carlos, com foco no período do estudo, mas também com uma breve descrição da formação do município, desde os sertões de Araraquara. A economia da cidade, que tanto influenciou na configuração das elites, é, também, posicionada, especialmente no estabelecimento da monocultura do café. Neste ponto, grandes transformações da mão de obra ocorreram a partir da segunda metade do século XIX, com a transição da mão de obra escrava para livre e a vinda dos imigrantes, que, diretamente, afetaram a cultura e a configuração da população. Por fim, são revisados os aspectos do coronelismo aplicáveis a São Carlos, dos barões do café, que, diretamente, se relacionam à classe dominante de uma elite local.

3.2.1. Formação do Município de São Carlos

O território que hoje constitui o município de São Carlos foi, inicialmente, ocupado por índios guaianases e posseiros. Por volta de 1770, devido às possibilidades de se encontrar ouro na capitania de São Paulo, muitos posseiros iniciaram a conquista dos sertões de Araraquara²², no qual se incluía o município de São Carlos (Braga, 1894). Ao que indica a história dos almanaques²³ da cidade, São Carlos surgiu a partir do desmembramento dos sertões de Araraquara. Alguns detalhes

²² A expressão “sertões de Araraquara” “indicava toda a zona ocupada hoje pelos municípios de Rio Claro, Descalvado, S.Carlos, Brotas, Araraquara, etc.” (Almanach de 1894:VII). EDUFSCar. Ano 1, N.1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Carlos (SP). EDUFSCar, 2007. Até 1865, São Carlos permanece como freguesia de Araraquara. Somente a partir de 1865, é que São Carlos desmembra-se de Araraquara, sendo denominado, efetivamente, “município de São Carlos”.

²³ Os almanaques publicados em São Carlos foram: Almach de 1894, Almanaque de São Carlos 1905, Almanach de S.Carlos para1915, Almanach-Album de São Carlos 1916-1917, Almanack de São Carlos 1927, Almanack Annuario de São Carlos 1928.

dos sertões de Araraquara e do surgimento de São Carlos são, portanto, descritos abaixo.

O sertão de Araraquara foi conhecido a partir do momento em que o governador da província de São Paulo, D. Antonio Manoel de Mello e Castro Mendonça, sugeriu a abertura de um caminho alternativo (que evitasse uma longa e arriscada navegação fluvial) para se chegar às minas de ouro que haviam sido descobertas em Cuiabá por Pachoal Moreira Cabral, em 1718 (Camargo, 1928). Deste modo, o caminho escolhido e explorado partia de Piracicaba e seguia às margens do rio Grande (hoje rio Tietê) passando por Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Itápolis, São José do Rio Preto, Parnaíba até Cuiabá. Segundo Camargo (1928), foi ao longo deste percurso que se teve conhecimento dos Sertões de Araraquara e, conseqüentemente, do território que virá a se denominar São Carlos. Camargo (1928:15) nos diz que:

“[...] Em seu longo percurso, e seguindo sempre à margem direita do rio Tietê, atravessava esse caminho terras do nosso município, então parte da extensa zona conhecida pelo nome de “campos ou sertões de Araraquara”, que, além de S.Carlos, abrangia os actuaes municipios de Araraquara, Descalvado e Rio Claro. (...) Da abertura do primeiro caminho para Cuyabá é, pois que deve datar o conhecimento dos sertões de Araraquara e do território que forma nosso município”²⁴.

Neste contexto, Camargo (1928:8) aponta que, a partir do momento em que os sertões de Araraquara se tornaram conhecidos,

“não tardaram os pedidos de sesmarias dos poderosos da epocha que, sob pretexto de povoarem essas terras, não tinham outro intuito senão o de dar pasto à sua desmedida ambição, transformando em dinheiro as concessões obtidas, que, na maior parte das vezes, nem chegavam a visitar”.

Ou seja, a partir do momento em que os sertões de Araraquara foram conhecidos e que havia possibilidade de nele se encontrar ouro ou, então, de ter a

²⁴ A grafia das palavras foi fidedigna à fonte original.

propriedade de um pedaço de terra fértil para o plantio ou a criação de gado, muitos passaram a requerer da Coroa Portuguesa a doação de sesmarias que poderiam ter uma extensão variada de léguas de acordo com a riqueza do requerente. Sendo assim, os títulos concedidos aos “poderosos” lhes permitiam negociar e especular estas propriedades que lhes foram doadas por direito.

Ainda no que tange as posses nos sertões de Araraquara em 1790, é possível citar Pedro José Netto, que foi um dos primeiros posseiros que se dirigiu aos Sertões de Araraquara juntamente com sua família. Sobre a vinda deste posseiro para os sertões de Araraquara, Truzzi e Follis (2012:33) explanam que “[...] tudo indica que a sua vinda para os sertões de Araraquara teria sido minimamente planejada [...]”.

É importante salientar que havia os posseiros que eram fazendeiros e também os posseiros pobres ambos interessados na conquista das terras dos sertões de Araraquara. Porém, a diferença crucial entre os posseiros “pobres” e os posseiros fazendeiros era justamente o clientelismo praticado por estes últimos que facilitava o registro das terras apossadas. Desta forma, a elite aliada e organizada consegue exercer o seu poder de mando. Já os posseiros “pobres” encontravam enormes dificuldades e empecilhos para conseguir legalizar as terras apossadas.

Por volta de 1810, o então vigário de Piracicaba, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, tomou posse de terras pertencentes ao futuro município de São Carlos, nas regiões atuais de Água Vermelha e dos Mendes²⁵ (Braga, 1894). Esta posse constituiu a sesmaria do Quilombo²⁶. Em 1812, o vigário vende sua propriedade, já formada com curral, monjolo, vivenda e um carro ao Capitão Demétrio José Xavier. Esta posse foi transferida ao seu filho, Severino José Xavier, após a morte do capitão, permanecendo com este até 1821.

²⁵ A família dos Mendes, vinda de Minas Gerais, localizou-se em Belém, onde hoje é Descalvado.

²⁶ A sesmaria do Quilombo englobava terras onde hoje é o atual distrito de Santa Eudóxia.

Enquanto Araraquara já estava desmembrando-se de Piracicaba, em 1832, o território que virá a ser São Carlos, ainda estava sendo caracterizado geograficamente por meio da distribuição e demarcação de terras. A distribuição das cartas de sesmaria, a compra e venda de terras por parte dos fazendeiros e o apossamento caracterizam o acesso a terra neste período.

Neste contexto, Truzzi (2007:33) nos diz que:

“[...] É difícil determinar com exatidão a época em que os proprietários de terra resolveram organizar suas fazendas, levando à nucleação de alguma atividade econômica na região de São Carlos, de forma a sobrepujar o mero movimento de apropriação de terras com fins inteiramente especulativos”.

No território no qual viria a ser criado o município de São Carlos do Pinhal, foram concedidas (oficialmente) apenas três sesmarias: Pinhal, Quilombo e Monjolinho.

Com referência à concessão de sesmarias que formaram o município de São Carlos, Manoel Martins dos Santos Rego, cirurgião-mor do Regimento de Voluntários Reais de São Paulo, escreveu uma carta ao governador e capitão geral da Capitania de São Paulo, D. Martim Lopes de Saldanha, requerendo uma sesmaria nos sertões de Araraquara. Antes mesmo de receber a confirmação da concessão da sesmaria solicitada ao rei de Portugal, Manoel Martins dos Santos Rego – o concessionário – vendeu sua “futura” sesmaria ao capitão Carlos Bartholomeu de Arruda, que era da vila de Ytú (atual Itú), em 1786 (Braga, 1894). Esta sesmaria irá denominar-se Sesmaria do Pinhal²⁷. A sesmaria do Pinhal é a mais antiga das três, sendo datada de 1781 e demarcada somente em 1831 a pedido de Carlos José Botelho (filho de Carlos Bartholomeu de Arruda).

²⁷ O almanaque de 1894, aponta que nas terras que hoje formam o município de São Carlos, havia muitos pinheiros plantados pelos índios guaianases que aqui viveram. Devido a abundância destes, atribui-se o nome de São Carlos do Pinhal ao município. Porém, em 1908, o nome do município altera-se sendo denominado apenas de São Carlos (Camargo, 1928). A parte sul da atual cidade compreende terras desta sesmaria.

Após a demarcação da sesmaria do Pinhal, a população do futuro município de São Carlos começou a aumentar, principalmente com a vinda de um grande contingente de mineiros, especialmente da região de Alfenas, que, para lá, foram, principalmente seduzidos pela fertilidade das terras e pelo desejo da existência de ouro. É o caso das famílias de João Alves de Oliveira (esposo de D. Alexandrina), José Rodrigues dos Reis, João dos Reis, dentre outras (Camargo, 1928).

Em 1810, Miguel Alberto de Vasconcellos apossou-se de terras que formarão a sesmaria do Monjolinho²⁸. No mesmo ano, estas são transferidas (por meio de uma carta de doação) ao sargento mor Felipe de Campos Bicudo e tenente José de Campos Paes. Nota-se, portanto, que a sesmaria do Monjolinho foi irregularmente adquirida, sendo regularizada em 1810, por meio de uma carta de doação. Em 1814, venderam-nas ao Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, o qual a alienou ao Marquez de Valença e ao Comendador Luiz Antonio de Sousa Barros, que, depois, a venderam a João Alves de Oliveira (esposa de D. Alexandrina e de origem mineira). O almanaque de 1894 aponta que esta sesmaria foi ocupada por propriedades agrícolas de Israel Quirino Pinto, tenente coronel Joaquim Manoel Alves, Irmãos Lacerda, coronel Cotrim, herdeiros de Carlos do Amaral, mas as datas nas quais estas terras foram compradas ou concedidas não são explanadas. A sesmaria do Monjolinho, como aponta Truzzi (2007), teve sua posse transferida, pelo menos, seis vezes até a primeira consolidação do sítio urbano.

Após 26 anos da demarcação da sesmaria do Pinhal, o município de São Carlos é fundado, no ano de 1857. A data de fundação do município é a mesma da construção da Capela e da criação do Distrito de Paz. Em 1858, o distrito é elevado à

²⁸ Em terras da sesmaria do Monjolinho, se incluía toda a parte Norte da atual cidade.

categoria de freguesia²⁹ de Araraquara e desmembra-se desta somente em 1865³⁰ quando é elevada à categoria de vila³¹. É importante salientar que, em 1865, Antonio Carlos de Arruda Botelho – o futuro Conde do Pinhal – era presidente da Câmara de Araraquara e ele mesmo propôs a criação do Distrito de Paz de São Carlos. Em 1865, portanto, na casa de residência do tenente coronel Antonio Carlos de Arruda Botelho, foi empossada a primeira Câmara Municipal³² de São Carlos do Pinhal.

3.2.2. Economia no Município de São Carlos no Século XIX

Nos primórdios, os sertões de Araraquara, além de produzirem para a subsistência, eram fornecedores de produtos como milho, arroz, feijão, algodão, cana-de-açúcar e gado para viajantes que buscavam chegar a Cuiabá (em busca de ouro) como também para regiões vizinhas ou mais próximas, como para Piracicaba. Por volta de 1815, pode-se dizer que “a fonte de renda para os povos daqui era, e ainda continuou a sê-lo por muito tempo, a venda de toucinho e de gado suíno e bovino” (Braga, 1894). É relevante abordar que tanto a agricultura como a pecuária, neste momento, eram exercidas pela mão de obra de trabalhadores livres como também pela escrava, porém ainda em baixa quantidade (Messias, 2003).

²⁹ Segundo Brioschi (1995), a elevação à categoria de freguesia implicava na delimitação de sua área de atuação, instituíam-se a Mesa Paroquial permitindo que os votantes (homens casados ou maiores de 25 anos, com renda de 100\$00) participassem das eleições primárias, nas quais se escolhiam os vereadores, os juizes de paz e os próprios eleitores.

³⁰ Até o ano de 1865, São Carlos era freguesia de Araraquara. Portanto, até este ano, quando se fala em Araraquara, inclui-se o futuro município de São Carlos. A partir de 1865, quando se fala São Carlos do Pinhal, este já está elevado à categoria de vila.

³¹ Segundo Brioschi (1995), a categoria vila era usada para designar o que hoje conhecemos como município.

³² A primeira Câmara Municipal de São Carlos do Pinhal foi formada, em 1865, pelo seu primeiro presidente Joaquim Roberto Roiz Freire (comerciante em Araraquara, também presidente da Câmara Municipal de Araraquara, proprietário de uma loja e de uma fazenda em São Carlos), Elias de Camargo Penteado (fazendeiro de café em São Carlos), José Eufrazino da Silva (fazendeiro de café em São Carlos), João Baptista de Siqueira Serra (fazendeiro de café em São Carlos), José da Silva Franco (fazendeiro em São Carlos), Victor Augusto de Oliveira (fazendeiro em São Carlos) - Camargo (1928).

A atividade da cana-de-açúcar veio também influenciar a região, uma vez que foi encorajada pelas autoridades reais por volta de 1750. Itu foi a primeira região em que a cana-de-açúcar começou a ser cultivada, sendo seguida por Campinas, Parnaíba e Piracicaba. Segundo Love (1982), as primeiras fazendas paulistas produziam cana-de-açúcar, sendo que a excelente variedade Caiena foi introduzida na capitania (de São Paulo) por volta de 1809. Na segunda metade do século XIX, a área coberta de canaviais alongara-se para além da serra e, por volta de 1836, Itu e Campinas, situadas no “oeste”, produziam metade do total paulista³³. A maciça produção da cana-de-açúcar provocou um rápido aumento da população escrava na província de São Paulo. Entre os anos de 1813 e 1836, houve um acréscimo de 80%, tendo o número de escravos atingido o total de 87.000.

Em relação às primeiras culturas e indústrias do futuro município de São Carlos, Camargo (1928:29) nos diz o seguinte:

“[...] A cultura preferente, naquele tempo, era a da cana-de-açúcar, sendo próspera a criação de bovinos e suínos. O toucinho, conduzido para as praças de São Paulo e de Santos, por meio de carros de bois e de tropas, era vendido a oito patacas (2\$560) a arroba, quando alcançava bom preço!... Também havia, em pequena escala, a indústria de tecido de pano grosso, de algodão, que era vendido em rolos, para sacos, lençóis de enxugar açúcar e roupas de escravos”.

Em meados do século XIX, a região passou a ter uma nova demanda econômica – o cultivo do café. Por volta de 1860, Campinas já havia reduzido sua produção de cana-de-açúcar e esta estava sendo substituída, progressivamente, pelo cultivo do café. Assim, também se deu com outras regiões, tais como Rio Claro e os sertões de Araraquara, também produtoras de cana, porém em menor escala. Segundo

³³ Segundo Love (1982:23), “a colonização avançou também para o norte de Campinas na época da expansão açucareira, em parte devido ao declínio da exploração de ouro em Minas Gerais”.

Dean (1977:44), não é difícil compreender por que a cultura do café substituiu a da cana-de-açúcar nas grandes propriedades,

“[...] Em primeiro lugar, a demanda mundial de café era bastante mais acentuada do que a do açúcar em quase toda a primeira metade do século XIX. Além disso, os custos de produção eram mais baixos. O café exigia menos mão de obra... A cana tinha que ser replantada a cada três anos, enquanto um cafeeiro poderia durar 30 ou 40... os pés de café vicejavam nos mesmos solos adequados para a cana, com relativamente poucos cuidados por parte dos fazendeiros. Finalmente, o café resultava em maior margem de lucro, afora o custo do transporte até o porto de Santos. Seu valor por quilo era superior, e era menos sujeito a deterioração no processo de transporte”.

No contexto da passagem da cultura da cana para a de café, Messias (2003) aponta que o cultivo de café em São Carlos, inicialmente, era pouco significativo, não vindo este a substituir setores econômicos em decadência, mas sim, dividir espaço com segmentos econômicos voltados para o mercado interno. O primeiro cafezal plantado no futuro município de São Carlos data de 1840 e foi feito por Carlos José Botelho, o pai do futuro Conde do Pinhal. Portanto, somente nove anos após a demarcação da sesmaria do Pinhal (requerida em 1831, por Carlos José Botelho), é que o café inicia como um produto agrícola, tendo destaque na economia local. Inicialmente, a mão de obra utilizada para o plantio, colheita e cuidados com o grão era majoritariamente escrava.

Durante o Segundo Reinado (1840-1889) e a Primeira República (1889-1930), o café foi o principal produto econômico. E, em São Carlos do Pinhal, este quadro não era diferente. Por volta de 1880³⁴, data esta da elevação de distrito à cidade, o principal produto econômico no município também era o café.

Inicialmente, o seu transporte era feito por meio das tropas de mulas até o porto de Santos, o que ocasionava perdas de grãos pelo caminho, além de uma demora

³⁴ Em 1880, até então Vila de São Carlos do Pinhal, elevou-se à categoria de cidade. Este fato foi muito importante para o crescimento e desenvolvimento da nascente cidade que já se destacava por um aumento populacional e econômico. A denominação “São Carlos” data de 1908 (Truzzi, 2007).

muito grande para chegar até o destino de despacho. A respeito disso, Dean (1977:53) nos diz o seguinte:

“[...] o café do Oeste Paulista, portanto, tinha de ser transportado em lombos de mula. Cada uma carregava de 120 a 150 quilos. Em tropas de mais ou menos 100 animais, levavam 10 dias para chegar a Santos. A viagem era difícil; observadores viram mulas atoladas até a barriga, e carcaças e cargas deterioradas ao longo das estradas. Uma mula de carga não podia fazer mais de seis viagens em cada safra....”.

Este quadro altera-se em 1884, data em que ocorreu a inauguração da ferrovia³⁵ na vila de São Carlos impulsionando a expansão das lavouras cafeeiras e o consequente crescimento econômico da cidade. A chegada da ferrovia propicia ao município um eficiente sistema de escoamento da produção para o porto de Santos, além de impulsionar o desenvolvimento da economia local. Neste contexto, Brioschi (1999) nos diz que a ferrovia gerou o barateamento do custo de transporte, sendo que o seu valor era um terço inferior aos praticados anteriormente. Dessa forma, a autora argumenta que o baixo custo de transporte do café aliado às melhores condições de armazenamento do produto foram fundamentais para condição de expansão da cafeicultura paulista.

Para que a ferrovia chegasse a São Carlos, houve a necessidade de grande empenho, principalmente de Antonio Carlos de Arruda Botelho – o Conde do Pinhal. A São Paulo Railway Co Limited (SPR), responsável pela construção da malha ferroviária da província de São Paulo, não se mostrando disposta a dar continuidade à construção da estrada de ferro que ligaria Campinas a Rio Claro, fez com que um grupo de fazendeiros negociantes e demais capitalistas fundassem a Cia Paulista para atender o progresso da lavoura cafeeira. Em 11 de agosto de 1872, foi inaugurada a

³⁵ Em 1859, o Barão de Mauá juntamente com um grupo de fazendeiros, convenceram o governo imperial da necessidade da construção da ferrovia ligando São Paulo ao porto de Santos. Em 1865, ocorreu a inauguração do primeiro trecho que ferrovia que ligava Santos a São Paulo denominada de São Paulo Railway Co Limited (SPR).

Companhia Paulista da Estrada de Ferro de Jundiaí a Campinas. A Cia Paulista prosseguiu os trilhos até Rio Claro, cabendo ao Conde do Pinhal e ao seu sogro, o visconde de Rio Claro, a organização de uma companhia própria, a Companhia de Estrada de Ferro de Rio Claro, para que a ferrovia chegasse até São Carlos e, conseqüentemente, até a sua fazenda. O trajeto original, feito pela Companhia de Estrada de Ferro de Rio Claro, passava por terras do tenente coronel Antônio Carlos de Arruda Botelho – Barão do Pinhal (título de nobreza concedido pelo Imperador em 1880), em São Carlos.

A localização das estações para as paradas dos trens era estabelecida de acordo com a influência política desempenhada pelos fazendeiros (Dean, 1977). Desta maneira, a estação Conde do Pinhal foi estabelecida em 1884³⁶. Truzzi (2007) argumenta que, por uma série de circunstâncias, no período de análise proposto por esta pesquisa, São Carlos e sua elite local desfrutavam de um crescimento econômico e político de destaque em relação a outras cidades vizinhas, como, por exemplo, Araraquara, gerados pela produção de café. Deste modo, São Carlos vai adquirindo destaque regional, tornando-se, assim, uma das cidades mais importantes no final do século XIX.

3.2.3. Transformações em Meados do Século XIX: Extinção do Tráfico Negreiro e Lei das Terras

Comparando a história local com a geral brasileira, dois fatos importantes ocorreram em 1850 (apenas 7 anos anteriores à fundação de São Carlos e 10 anos

³⁶ Infelizmente, atualmente, esta pequena estação encontra-se deteriorada pelo tempo e pela má preservação desta que deveria ser um patrimônio histórico de nossa cidade e de nosso país. Observa-se, com isso, o desleixo e a indiferença com a nossa história e com a história que está por vir, a qual é impossível se desvincilhar do passado.

após o início do cultivo do café no município) e alteraram dramaticamente a mão de obra utilizada nas lavouras de café, bem como impactaram na posse de terras. O primeiro refere-se à lei de extinção do tráfico negreiro e o segundo, à Lei de Terras, ambos datados de 1850. Assim, como assinala Brioschi (1999:57),

“O ano de 1850 é, incontestavelmente, um marco divisor importante na história provincial e nacional. A Lei de Terras e o fim do tráfico de escravos africanos são efetivados nesta data, caracterizando uma profunda mudança na conjuntura econômica e política”.

No que se refere à lei de extinção do tráfico negreiro, uma das soluções encontradas pelos fazendeiros de café, para ter acesso à mão de obra, foi importar escravos de outras províncias, ou seja, fazer a prática do tráfico, do comércio interprovincial. Devido à decadência da produção de cana-de-açúcar em outras províncias, tais como no Nordeste e no Rio de Janeiro, e, também, da mineração em Minas Gerais, a compra de escravos destas regiões se tornou constante para suprir a falta de mão de obra após a extinção do tráfico negreiro. Analisando o inventário de Elias de Camargo Penteado, um importante fazendeiro do município de São Carlos, é possível observar que esse realizou o tráfico interprovincial a fim de adquirir escravos para a lida com o café. Nota-se que Elias de Camargo Penteado comprou escravos das províncias de Pernambuco, da Bahia, das Villas de Pirassununga, e das cidades de Franca e Campinas.

O Livro de Assentamento de Compra e Venda de Escravos³⁷ do município de São Carlos retrata o cenário do comércio interprovincial feito em São Carlos entre os anos de 1870 a 1886. O Quadro 1 abaixo, baseado nas informações contidas neste Livro, nos apresenta a quantidade de escravos e as regiões de onde vieram.

³⁷ O Livro de Assentamento de Escravos encontra-se na Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Quadro1: Comércio Interprovincial de Escravos no Município de São Carlos (1870 – 1886):

Comércio Interprovincial de Escravos no Município de São Carlos 1870 a 1886	
Quantidade	Origem
85	Bahia
36	Minas Gerais
10	Rio Grande do Sul
9	Alagoas
6	Pernambuco
4	Ceará
4	Goiás
4	Rio de Janeiro
4	Piauí
3	Maranhão
3	Paraíba
2	Sergipe
1	Paraná

Fonte: Livro de assentamento de compra e venda de escravos (Fundação Pró-Memória São Carlos)

Analisando o Quadro 1, podemos notar que, entre os anos de 1870 a 1886, o município de São Carlos recebeu 171 escravos de outras províncias brasileiras. Deste total, 116 escravos do atual Nordeste vieram para São Carlos. A província da Bahia liderou a venda de escravos para o município somando 85 escravos. Isto comprova que a queda na produção da cana-de-açúcar no Nordeste gerou mão de obra excedente, permitindo o tráfico interprovincial. Além disso, nota-se, também, que, mesmo com a imposição da lei do tráfico em 1850 e o possível aumento do preço dos escravos, os fazendeiros do município de São Carlos continuaram comprando escravos e utilizando-se desta mão de obra em suas fazendas. Este panorama também comprova que a mão de obra escrava não deixou de ser usada imediatamente após a lei do tráfico, mas foi utilizada simultaneamente às novas experiências com a disposição da mão de obra do imigrante.

Sobre o preço dos escravos após a extinção do tráfico negreiro, Corrêa (1967) aponta que o valor dos escravos praticamente dobrou posteriormente ao ano de 1850. Segundo Love (1982), após a lei de 1850, além do preço dos escravos ter triplicado ou

quadruplicado na década de 1870, ainda seria implantada a cobrança de um imposto de dois contos sobre cada escravo que entrava na província de São Paulo. Mas o mesmo autor aponta que o trabalho servil escravo será rentoso até os primeiros anos da década do ano de 1880, época em que os fazendeiros ainda afirmavam que o uso da mão de obra escrava permitia uma taxa anual de lucro líquido da ordem de 50%.

Nesta perspectiva, observou-se que São Carlos do Pinhal apresentou um crescente número de escravos entre os anos de 1874 a 1887. O Quadro 2 abaixo, nos dá um panorama destes números.

Quadro 2: População escrava em São Carlos do Pinhal

(a) Apenas o Município

População Escrava em São Carlos, de 1874 a 1887					
Anos:	1874	1883	1884	1885	1887
São Carlos	1.568	3.465	3.774	3.773	3.726

Focando os anos extremos, 1874 e 1887, observa-se que o número de escravos mais que duplicou no município de São Carlos do Pinhal. Mas, o que este número representa em relação à população total de São Carlos do Pinhal? Para realizar esta análise, farei a exposição do Quadro 2 b, tendo como parâmetros os anos de 1874 e 1886³⁸.

(b) Comparativo da população escrava em relação a população geral do município de São Carlos

População no município de São Carlos					
Geral			Escrava		
Anos:	1874	1886	Anos:	1874	1886
	6,897	16,104		1,568	3,726

Fonte: Dados estatísticos obtidos de Truzzi (2007:46;53)

³⁸ O período abordado para esta comparação será 1874 e 1886, pois não há dados populacionais para o ano de 1887.

Observando os dados expostos no Quadro 2 b, é possível constatar que para o ano de 1874, o número de escravos representava cerca de 23% da população. Para o ano de 1886, o número de escravos representa os mesmos 23% de crescimento. Desta forma, tendo como base os anos de 1874 e 1886, nota-se que em termos relativos a quantidade de escravos não alterou, embora tenha ocorrido um aumento do montante absoluto.

A seguir, será feita uma comparação do número de escravos em São Carlos com a província de São Paulo a fim de analisar as características estatísticas apresentadas por estas regiões.

(c) Comparativo da população escrava em relação a população geral do município de São Carlos

População Escrava em São Carlos e na Província de São Paulo							
	Anos:	1874	1887		Anos:	1872	1887
São Carlos		1,568	3,726	Província de São Paulo		175,000	108,000
Aumento de 2.158 escravos, ou 137%				Redução de 67.000 escravos, ou 38%			

FONTE: LIVRO DE ASSENTAMENTO DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS (FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA SÃO CARLOS)

Contra-pondo-se ao crescente número de escravos em São Carlos após a extinção do tráfico negreiro, como apontado no Quadro 2.a, a província de São Paulo apresenta uma queda significativa na quantidade de escravos entre os anos de 1872 e 1887 (Quadro 2.c). Em 1872, segundo Love (1982:25), a província paulista computava um total de 175.000 escravos. Em 1887, este número decresce para um total de 108.000. Ou seja, entre os anos de 1872 e 1887, a província de São Paulo teve uma queda de cerca de 38% (67.000) no número de escravos. Analisando o Quadro 2.a, observa-se que o município de São Carlos, entre os anos de 1874 a 1887, ao contrário da província paulista, teve um crescimento de cerca de 137% (2.158) no número de escravos. Deste modo, pode-se afirmar que, em São Carlos do Pinhal, mesmo com o aumento do preço dos escravos, a redução da utilização desta mão de

obra não ocorreu imediatamente à criação das leis abolicionistas, visto a necessidade da expansão das lavouras de café para o Oeste paulista até as vésperas da Abolição (embora São Carlos do Pinhal já tivesse recebido sua primeira leva de imigrantes em 1876). É observado, portanto, que o município de São Carlos vai na contramão da província paulista como um todo no que tange o recrutamento de mão de obra para o cultivo do café. Mesmo havendo o incentivo à vinda de imigrantes para trabalharem nos cafezais, nota-se uma certa preferência dos cafeicultores de São Carlos pela mão de obra escrava já estabelecida. Segundo Monsma (2010:511), “[...] Em função da alta demanda por mão de obra nas fazendas de café do Oeste paulista, os fazendeiros dessa região relutavam em libertar os cativos até a véspera da Abolição”.

Monsma (2010:511) explica que, no município de São Carlos, esta troca da mão de obra escrava para a do imigrante evidenciou a existência de algumas vantagens para os imigrantes e desvantagens para os negros. Tentarei, agora, pontuar algumas destas vantagens e desvantagens explanadas por Monsma (2010). O fato das famílias dos imigrantes serem maiores, mais complexas (porque incluíam outros parentes) proporcionavam a estes maiores ganhos como colonos ou empreiteiros. Segundo o autor, os negros que foram libertos não eram excluídos do colonato nem dos empregos manuais. Estudando o Censo de 1907, realizado em São Carlos, o autor afirma que, em 1907, o colono era a ocupação mais comum de pais de famílias de negros. Para Monsma (2010:536):

“Isso não deve ser surpreendente. Para os fazendeiros, o lugar do negro era esse, trabalhando nos cafezais e lhes servindo. O que era bem menos aceitável, para as elites brasileiras, era qualquer pretensão do negro à ascensão social e à igualdade com os brancos da elite”.

Além disso, a taxa de mortalidade entre os imigrantes era menor. Já entre os negros, esta taxa era superior devido à falta de saneamento básico nos bairros em que moravam após a Abolição. Monsma (2010) aponta que a rejeição social dos negros

pelas elites brasileiras desfavorecia o posicionamento social e econômico dos negros. O desejo de branqueamento da população brasileira era evidente entre a elite brasileira, que incentivava a imigração europeia, não somente como uma forma de substituir a mão de obra escrava pela do imigrante, mas, também, para clarear a população do Brasil, composta, em sua maioria por negros, mulatos e mestiços.

Prosseguindo a interpretação sobre a queda no número de escravos na província de São Paulo e o aumento em São Carlos, este cenário pode ser explicado pelo deslocamento das fronteiras agrícolas para o Oeste paulista com a formação de novas fazendas produtoras de café. Há vários fatores que podem ter impulsionado este deslocamento. Dentre eles, é possível citar as exigências peculiares de tipo solo e de clima específicos para o cultivo de café, a criação de novas plantações devido ao esgotamento do solo e a procura e apropriação de tabuleiros de terra roxa favoráveis às plantações dos cafeeiros (Love, 1982). Além destes fatores agrícolas, o desejo de exploração e de aquisição de terras virgens (localizadas, geralmente, bem longe das propriedades originais dos fazendeiros de café) levaram a elite cafeeira a se realocar geograficamente em busca de maiores possibilidades de acumulação de capital geradas pelo café. Esta marcha para o Oeste paulista foi acompanhada por importantes mudanças que alteraram as relações de produção do café. A abolição da escravidão extinguiu o trabalho escravo e implantou o trabalho assalariado do imigrante europeu. Com isso, a produção cafeeira obteve uma certa mecanização no que tange o processo de beneficiamento do café. A implantação das estradas de ferro favoreceu o deslocamento geográfico para o Oeste paulista, pois, além de facilitar o escoamento da produção de café das fazendas diretamente para o porto de Santos, reduziu os custos de transporte.

Todos estes fatores favoreceram o deslocamento tanto geográfico quanto econômico de um centro de poder até então existente especificamente na província de São Paulo e não em seus sertões, como era considerado o Oeste paulista em meados do século XVIII. As plantações de café direcionadas para o Oeste paulista direcionaram a vinda de famílias elites existentes na província de São Paulo como outras existentes no Vale do Paraíba e no Quadrilátero do açúcar, por exemplo. Este deslocamento significa a formação de novos centros de poderes (econômicos, políticos, sociais, culturais), nos quais o município de São Carlos estava incluído.

Analisando as condições inóspitas de moradia, alimentação e de trabalho dos escravos, havia, também, a questão da violência e da resistência que permeava constantemente a vida dos negros. Como bem sabemos, a escravidão se caracteriza por sujeitar um homem ao outro de forma completa: o escravo não é apenas propriedade do senhor, mas também sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido até pela força. Ou seja, a escravidão não se limita ao tipo de relação “compra e venda” da força de trabalho, mas anula o próprio poder deliberativo de outrem (Pinsky, 2001).

Na literatura, é possível encontrar fontes históricas, como autos criminais, nos quais a violência, por parte dos fazendeiros, também esteve presente na história de São Carlos do Pinhal. Segundo Silva e Dias (2002), estes autos nos indicam que muitos crimes tiveram seus laudos descritos de uma forma que isentava as possíveis causas de suicídio e, também, de homicídios cometidos contra os escravos no município de São Carlos. Marcas de violência nos cadáveres dos escravos citados nestes autos não eram descritas. Silva e Dias (2002:218) explicam que “a omissão em relação aos fatos, a inexistência da observância das possíveis causas do suicídio, ou até mesmo, a validade questionável dos exames, são lacunas encontradas nos autos

criminais”. Além disso, as autoras revelam que muitos crimes e suicídios cometidos nas fazendas foram silenciados perante as autoridades e a população. Segundo as palavras das autoras,

“há um profundo silêncio do poder jurídico sobre as possíveis causas do suicídio, restando ainda a dúvida quanto à própria validade dos exames realizados no corpo de delito, pois as informações contidas nas declarações dos peritos, muitas vezes, são imprecisas.... na verdade, eles estão empenhados em evidências que descaracterizem um possível homicídio, por meio de declarações de inexistência de marcas de violência...” (Silva e Dias, 2002:216).

Desta forma, é possível concluir que as informações negadas e silenciadas nos autos evidenciam que as reais situações dos escravos foram anuladas e legitimadas por uma ordem social imposta pelos fazendeiros locais. Ainda assim, é possível dizer que estes laudos revelam que muitos suicídios eram sinônimos da não aceitação, por parte dos escravos, de uma forma de vida excludente, dominante e desumana estabelecida pelas elites agrárias.

Além da extinção do tráfico negreiro, em 1850, que impactou em uma mudança profunda no que tange a utilização da mão de obra, a criação da Lei de Terras, também em 1850, contribuiu para gerar um novo panorama perante a posse da terra. Esta foi elaborada duas semanas após a extinção do tráfico negreiro e, segundo Fausto (2003:196), “[...] ela tentou pôr ordem na confusão existente em matéria de propriedade rural, determinando que, no futuro, as terras públicas fossem vendidas e não doadas, como acontecera com as antigas sesmarias...”.

Deste modo, a Lei de Terras estabeleceu normas para legalizar a posse de terras e procurou forçar o registro das propriedades. Mas, para que tanto empenho em legalizar a posse de terra e apenas legalizá-la mediante sua compra? A resposta é simples. Devido à extinção do tráfico e à provável possibilidade de substituição da mão de obra escrava pela do imigrante, a Lei de Terras foi concebida como uma

forma de evitar o acesso à propriedade da terra por parte dos futuros imigrantes, visto que ela estabelecia, por exemplo, que as terras públicas deveriam ser vendidas a preços exorbitantes para afastar posseiros e imigrantes pobres (Fausto, 2003). Deste modo, deduz-se que os grandes fazendeiros queriam atrair imigrantes para a substituição da mão de obra, como, também, evitar que estes se convertessem em proprietários.

3.2.4 A Vinda de Imigrantes para São Carlos

Certos da abolição da escravidão no Brasil e da possível escassez de mão de obra para as lavouras de café, muitos fazendeiros incentivaram a vinda de imigrantes para suas fazendas. Os primeiros imigrantes europeus que chegaram ao Brasil, segundo Rizzoli (1985), tinham o trabalho livre regido pela Lei de 1830 e pela Lei nr. 35 de 8 de abril de 1858, modificada pela Lei de 11 de setembro de 1837 e pela Lei de 1879, respectivamente. Esta, em geral, tratava da locação de serviços, regida por contrato. Este contrato era feito por um ano. Nele, era atribuído um salário-base proporcional aos pés de café atribuídos a cada trabalhador. Ao salário-base, poderia ser acrescida uma variável em função da colheita obtida. Além disso, o trabalhador receberia um pedaço de terra em que poderia plantar para a sua subsistência. Mas a precariedade da situação de trabalho, bem como o endividamento contraído com os fazendeiros que financiavam a passagem de vinda, tornou o imigrante subalterno.

Os fazendeiros, habituados aos mecanismos escravocratas de coerção, criaram formas de prender o imigrante por meio do endividamento. Este ocorria de várias maneiras, iniciando-se com o financiamento de sua passagem e da passagem de membros de sua família, com a compra de víveres na mercearia de sua propriedade,

ou com o acometimento de uma doença (a qual incluía um gasto com médico ou remédio) ou de uma morte (a qual incluía despesas e a perda de um braço trabalhador da família acarretando, também, a queda da receita, dos ganhos da família). Tendo isso concomitante a um trabalho agrícola extremamente árduo que envolvia a derrubada da mata, a plantação e colheita do café (Morila, 2010). Muitos imigrantes eram acometidos pela desilusão das promessas contidas nos folhetos de propaganda que incentivavam e exaltavam o Brasil como sendo um país que lhes proporcionaria melhores condições de vida. Inicialmente, estas propagandas de imigração visavam incentivar a vinda de toda a família para o Brasil, pois isto significava mais mão de obra com baixo custo.

São Carlos recebe os primeiros imigrantes no ano de 1876. Os primeiros registros constam da vinda de trabalhadores imigrantes alemães por iniciativa de Antonio Carlos de Arruda Botelho (Gordinho, 2005). Foram trazidas cerca de 100 famílias alemãs, financiadas pelo Conde e estas moraram em casas (colônias), construídas perto da estação “Conde do Pinhal”, na propriedade do Conde. Mas Rizzoli (1985) aponta que as experiências feitas em São Carlos do Pinhal com imigrantes alemães fracassaram. O objetivo principal desta iniciativa era fazer com que os imigrantes trabalhassem nas lavouras cafeeiras do município, inclusive na Fazenda Pinhal.

Segundo Truzzi (2007), em 1886, o número de imigrantes que veio para São Carlos só foi menor do que aquele recebido pela cidade de Campinas. São Carlos recebeu 533 imigrantes em 1886 e, destes, 458 eram italianos, na sua maioria da região setentrional da Itália. A partir de 1890, há um maior fluxo de trabalhadores imigrantes com destino às lavouras cafeeiras do município de São Carlos do Pinhal. Quantitativamente, a principal nacionalidade era a italiana, seguida da portuguesa e

espanhola. Embora os primeiros imigrantes trazidos para São Carlos fossem de nacionalidade alemã, a maioria dos imigrantes que veio para o município eram italianos.

Conforme as análises de Truzzi e Bassanezi (2008:3), “[...] na década final do século XIX o município de São Carlos, por alguns anos foi o maior receptor de imigrantes do interior paulista; recebeu diretamente da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, entre 1893 e 1907 (exceto 1896), 26.918 imigrantes segundo as estatísticas da época. Nem todos aí permaneceram, assim como imigrantes que originalmente foram enviados a outros locais, acabaram por se dirigir e se fixar em São Carlos [...]”.

O principal motivo que destinou os imigrantes ao Brasil e, especificamente, a São Carlos, foi o grande destaque obtido na produção do café, sendo que São Carlos era considerado uma das melhores lavouras do Estado de São Paulo, segundo o Relatório da Secretaria de Agricultura, Commercio e Obras Públicas de 1894 (Truzzi e Bassanezi 2008). Neste contexto, Morila (2010) nos indica vários fatores responsáveis pela vinda de imigrantes, especificamente italianos, para São Carlos. Segundo este autor, a Itália estava passando por um grande momento de crise. Estava sofrendo a penetração capitalista no campo, gerando a concentração da propriedade e altas taxas de impostos sobre a terra, que impeliram o pequeno proprietário a empréstimos e ao conseqüente endividamento. Além disso, a oferta de produtos a preços inferiores no mercado eliminava a concorrência do pequeno agricultor. Ou seja, a luta pela sobrevivência era fundamental, principalmente para os pequenos agricultores italianos que viram na imigração uma possibilidade de melhoria de vida.

É relevante observar que, embora a imigração tenha sido iniciada, não significou que o número de escravos utilizados nas lavouras tenha diminuído a partir de 1880. O que ocorreu foi uma complementação, uma incorporação desta mão de

obra imigrante ao da escrava. Isso foi permitido graças ao progresso da lavoura local que necessitava de mais gente para o trabalho (Holloway, 1984). Somente após a Abolição da Escravidão, em 1888, é que este quadro se altera, pois o imigrante será o principal responsável pela continuidade do progresso da lavoura cafeeira gerado pela mão de obra escrava. Uma década após a Abolição, São Carlos contava com cerca de 85% dos trabalhadores rurais de origem imigrante (Truzzi, 2007).

Embora os fazendeiros de São Carlos tenham sido precavidos ao introduzirem a mão de obra do imigrante na lavoura cafeeira, a economia local sofreu impactos com o abolicionismo. Os Livros de Protocolos de Audiências registram inúmeras ações de cobrança de dívidas por parte de Bancos e Casas Comissárias a fazendeiros, como Francisco da Cunha Bueno e o Conde do Pinhal (Rizzoli, 1995). Torna-se relevante aqui explicar que Francisco da Cunha Bueno aparece como cafeeicultor em 1873 e em 1896, sendo que, neste último ano, é o maior produtor de café do município, gerando uma safra de 750.000 kg de café. O Conde do Pinhal, também cafeeicultor em 1873 e 1896, apresenta, neste último, uma produção de cerca de 225.000 kg de café (Truzzi, 2004). Ou seja, embora estes cafeeicultores fossem afetados pelo processo abolicionista, ainda permaneciam com uma produção cafeeira de destaque no município.

3.2.5 Influência Política e Econômica dos Cafeicultores: Os Coronéis do Oeste Paulista

Como explicado anteriormente, a economia cafeeira, inicialmente sustentada pela mão de obra escrava e, posteriormente, pela do imigrante, impulsionou o desenvolvimento das ferrovias, o progresso das cidades, o aumento populacional, o crescimento do comércio e a expansão das exportações. Todo este contexto reforçou o sistema de dominação política e econômica dos cafeicultores, os chamados coronéis (Fausto, 2003). Pelo seu papel de destaque, os coronéis irão compor as famílias da elite local e, portanto, a figura histórica do coronel no Oeste paulista é detalhada a seguir.

A figura do coronel, especialmente a do Oeste Paulista, foi fundamental para representar a política de uma época dominada pelos fazendeiros cafeicultores. Descrevendo suas características, Matos (1974:30) nos diz que:

“Sem o rigor e o caráter tirânico e caudilhesco dos chefes locais de outras regiões do país, os coronéis do Oeste Paulista assumem um caráter mais paternal, tornando-se não raro um elemento necessário (ou um mal necessário...) dentro da conjuntura social e econômica vivida (...) o coronel do Oeste Paulista é o elemento de ligação entre sua “zona” e os poderes competentes. É sempre por seu intermédio que a cidade consegue um serviço mais moderno de abastecimento de água, a construção de um hospital ou de uma escola, enfim um melhoramento público de qualquer natureza”.

Neste contexto, Carvalho (2001) evidencia que o coronel teve diversas facetas na história do Brasil. No período Colonial, o coronel não recebia esta denominação, mas era qualificado como sendo o patriarca, o grande senhor de terras e de escravos, ou seja, era a base da organização social da colônia. O poder colonial não tinha membros suficientes para administrar todo o Brasil e delegava aos chefes locais as tarefas de governo. Com o advento da Regência (1831 a 1840³⁹), foi criada a Guarda

³⁹ A fim de fazer uma ligação da história local com a nacional, o período Regencial (1831 a 1840), compreende a data da demarcação da sesmaria do Pinhal, solicitada por José Carlos de Arruda

Nacional a fim de gerar uma mudança na estrutura do Estado, dar autonomia ao poder das elites locais e desqualificar o Exército (pois este era visto como sinônimo de apoio à Monarquia). Sendo assim, a nomeação de um chefe local com uma patente da Guarda Nacional legitimava e matinha o poder das elites locais.

Para fazer parte da lista dos membros da Guarda Nacional, era necessário ter as mesmas condições para ser eleitor e votante, isto é, ser homem, maior de idade, com renda mínima anual, além do alistamento obrigatório dos 18 aos 60 anos. Deste modo, somente os mais abastados, neste período, os grandes proprietários rurais é que receberiam os títulos de altas patentes da Guarda Nacional, como de coronel, major etc. Mas, como diz Carvalho (2001), convém salientar que a imagem do coronel não se expressava apenas no grande proprietário fundiário, detentor absoluto de gentes e coisas. É afirmativo que a maioria dos coronéis era latifundiária, porém, esta seria uma imagem reducionista e simplificada do coronel, visto que novas pesquisas apontam para uma coexistência de vários tipos de coronéis, como comerciantes, médicos e, até mesmo, padres.

Leal (1975) atribui à criação da Guarda o propósito do poder público em se utilizar do poder privado, para tanto, institucionaliza-o. Neste sentido, justifica-se o predomínio dado ao poder local através das eleições para os postos de oficiais quando da criação da Guarda. Neste contexto, Leal (1975:215) nos diz: “[...] com as suas patentes distribuídas somente a correligionários, preveniam-se rebeldias ou premiavam-se devoções. O prestígio do título passou a constituir sedução muitas vezes infalível na técnica de captação dos chefes locais”.

O papel da Guarda Nacional será fundamental para entender como era o funcionamento da nomeação dos oficiais que a compunham. Durante o período

Botelho, o pai do Conde do Pinhal e a data da plantação do primeiro cafezal no território que dará origem ao município de São Carlos do Pinhal.

Regencial, os postos militares mais importantes seguiam esta sequência: coronel, tenente-coronel, major, capitão, tenente, alferes, aspirante. Ou seja, o mais alto posto da Guarda Municipal era o de coronel. O ministro da Justiça nomeava os oficiais, respaldados pelas indicações dos presidentes das províncias. A escolha dos oficiais seguia uma hierarquia baseada na renda e no poder. Sobre estas nomeações, Carvalho (2001:1) menciona que,

“O chefe local virava coronel, o posto mais alto, o segundo mais poderoso virava tenente-coronel, o seguinte major, e assim por diante. Lavradores e artesãos tinham que se contentar em ser praças. A Guarda foi um eficiente mecanismo encontrado pelo governo para cooptar os senhores de terra, para estreitar o laço entre governo e poder privado. Se o posto de coronel não bastava, o governo o fazia barão”.

Com o advento da Primeira Constituição Republicana do Brasil, em 1891, surgiu, também, todo o sistema coronelista. Ou seja, a figura do coronel não bastará ao exercício do poder, mas a criação de uma “rede de apoios”, de uma força eleitoreira, de troca de favores, que será fundamental para que o sistema coronelista funcione. Pode-se dizer que, neste período, houve um aperfeiçoamento da técnica eleitoral: “[...] o coronel municipal apoiava o coronel estadual que apoiava o coronel nacional, também chamado de presidente da República, que apoiava o coronel estadual, que apoiava o coronel municipal” (Carvalho 2001:2).

Doravante, estas retribuições expressavam o quão pessoal e ambicioso era o sistema coronelista. Esta troca de favores é denominada clientelismo, que, em muitas vezes, poderia virar um nepotismo, visto que o coronel nomeava, ou fazia nomear, filho, genro, cunhado, primo, sobrinho (Carvalho, 2001).

O coronel, desta forma, era visto como um intermediário entre a administração provincial (estadual) e nacional (imperial e, depois, republicana) que não conseguiam chegar até as localidades e delegavam aos coronéis este papel. Aliado ao seu caráter mediador entre o poder local e o provincial ou nacional, o coronel também estabelecia

a dependência econômica e social da população à sua figura, visto que, até 1940, a população brasileira era, em sua maioria, cerca de 60% rural (Carvalho, 2001).

Além da distribuição de patentes referentes à Guarda Nacional iniciada no período Regencial, no Segundo Reinado, a distribuição de títulos nobiliárquicos tornou-se uma prática comum. Ou seja, D. Pedro II tentava cooptar e aproximar os fazendeiros com a distribuição de títulos nobiliárquicos⁴⁰.

Durante o governo de D. Pedro II, ocorreu um aumento de cerca de 77% de títulos de barões concedidos. Sendo assim, Fausto (2003:258) nos indica que os títulos de barão eram

“...tradicionalmente reservados para os grandes proprietários rurais, sobretudo para aqueles que se distinguiam por seu poder e riqueza mas não por sua projeção na vida política, isto é, por seu pertencimento à elite política. Para os proprietários que ingressavam na elite, assim como para os altos burocratas, eram reservados títulos mais elevados...”.

Estes títulos nobiliárquicos concedidos por D. Pedro II coincidem com a promulgação das leis abolicionistas de 1871 (Lei do Ventre Livre), de 1885 (Lei do Sexagenário) e a de 1888 (Lei Áurea), que aboliu a escravidão no Brasil. Neste sentido, este mesmo autor nos indica que, entre os anos de 1860 a 1864, foram concedidos 51 títulos de barões. Já entre os anos de 1870 a 1874, este número sobe para 120. Em 1888 e 1889, respectivamente o ano da abolição e um ano após essa, foram concedidos cerca de 173 títulos nobiliárquicos de barões. Ou seja, possivelmente, para não se indispor com os grandes fazendeiros, possuidores de escravos, o governo imperial de D. Pedro II concedia títulos a fim de compensá-los da perda de seus escravos, e, conseqüentemente, de seus investimentos, como também a

⁴⁰ A hierarquia dos títulos nobiliárquicos segue a seguinte classificação (sendo a primeira mais destacada e a última de menor destaque): imperador, rei, regente, príncipe monarca, príncipe imperial, príncipe-real, grão-príncipe, príncipe, infante, arquiduque, grão-duque, duque, marquês, conde, conde-barão, visconde, barão, senhor, baronete, cavaleiro, escudeiro. (Malerba, 2000).

fim de evitar qualquer reação negativa que pudesse surgir por parte destes. O historiador Ellis Jr. (1960), ele próprio descendente de grandes proprietários de terras em São Carlos, expressa de maneira enfática a distribuição de títulos de nobreza feita por D. Pedro II como sendo uma maneira de agradar os grandes fazendeiros cafeicultores (que eram a base econômica vigente) no período pós-abolição e vindouro da República. Em suas palavras,

“[...] Essa enxurrada de títulos nobiliárquicos, criados na segunda metade do século XIX, com os quais eram agraciados os expoentes da classe agrícola, demonstra bem o afan, com que o Império, pressentindo o quanto havia descontentado a classe rural, com a sua orientação obtusa e obnublada, no concernente à questão servil e percebendo ainda que, os dias do imérito bragantino estavam contados, cuidou de “passar mel na boca” dos homens de mais prestígio no meio rural. Procediam como quem dá mamadeira, a fim de aquietar uma criança chorona” (Ellis Jr., 1960:156).

Tomando como pano de fundo a figura do coronel e a distribuição de títulos nobiliárquicos anteriormente descritas, é interessante tomar alguns exemplos no município de São Carlos. O melhor exemplo de coronel é o próprio Antonio Carlos de Arruda Botelho, que, como já se disse, foi o principal responsável por trazer a ferrovia a São Carlos. Economicamente, possuía muitas terras e grande produção de café, além de detentor de patentes da Guarda Nacional e títulos nobiliárquicos concedidos no Período Imperial de D. Pedro II. Antonio Carlos de Arruda Botelho foi deputado provincial nos anos de 1865, 1880, 1881, 1882, 1884, 1885, 1886, Membro da Assembleia Legislativa Provincial (1866), Membro do Partido Liberal, Presidente da Assembleia Legislativa Provincial (1883), Deputado Imperial (1888, 1889) e Senador do Estado de São Paulo (1891). Possuía patentes da Guarda Nacional e títulos de nobreza, sendo Juiz de Paz (1857), Delegado de Polícia, Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional (1867), Barão (1879), Visconde (1883) e Conde (1887).

Com base, principalmente, nos almanaques do município, é possível notar que, além de Antonio Carlos de Arruda Botelho, outros membros de sua família possuíam

patentes da Guarda, provavelmente no rastro dos cargos ocupados e das honrarias obtidas pelo Conde (falecido em 1901). Bento Carlos de Arruda Botelho, por exemplo, era irmão do Conde do Pinhal. Participou da política local, sendo Juiz de Paz (1869), Juiz Suplente (1872), Vereador (1891) e Presidente da Câmara (1891). Possuía a patente de Alferes. Outro exemplo é João Carlos de Arruda Botelho, também irmão do Conde do Pinhal. Foi Juiz Municipal Suplente (1865). Possuía o cargo de Delegado de Polícia (1866) e de Capitão. Paulino Carlos de Arruda Botelho, outro irmão do Conde do Pinhal, teve participação política no município, sendo Juiz de Paz (1857), membro do Partido Liberal, fundador do Partido Republicano em São Carlos (1873) e membro do governo provisório da cidade (1889). Teve participação na política em nível nacional, sendo Deputado Federal (1889 - 1908). Além disso, foi Delegado de Polícia (1866), e detentor das patentes de Capitão e Tenente-Coronel. Portanto, todos estes traços de concessão de cargos e patentes da Guarda Nacional podem retratar que a natureza de dominação, nos anos de 1873 e 1896, tinha por base os clãs familiares.

A participação política destes membros da família do Conde do Pinhal pode nos indicar, como diz Mosca, que, de acordo com algumas afinidades ou outros motivos, os membros da elite dirigente formam um grupo homogêneo e solidário entre si. E mais, a organização e a articulação dessa elite política permitem a distribuição e aquisição de cargos públicos uma vez que a maioria – no caso de São Carlos, inicialmente os escravos, os camaradas⁴¹ e, posteriormente, os imigrantes –

⁴¹ Os camaradas eram “trabalhadores independentes, contratados por empreitada, locação de serviços ou diaristas. Além dos trabalhos na produção e cultivo do café, podiam derrubar matas e limpar o terreno para o plantio, construir e conservar os caminhos e estradas, cuidar do transporte local do produto, ajudar em época de colheita, cultivar gêneros de subsistência para a fazenda. Esses trabalhadores e suas famílias constituíam um potencial significativo de mão-de-obra que era recrutada nos momentos de pico do trabalho, para atividades que colocassem em risco a vida dos escravos ou que não eram do interesse dos imigrantes” (Lamounier, 2007:356).

estava desarticulada politicamente, o que facilitava a legitimação das relações de poder, baseadas no clientelismo, por parte de famílias da elite.

4 – CONFIGURAÇÃO DA ELITE NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

O Quadro 3⁴², representativo dos fazendeiros do ano de 1873, descreve, em termos absolutos, a identificação dos membros da elite cafeeira, dos possuidores de terras, bem como, sua origem, seu cargo político, sua patente da Guarda Nacional e o título nobiliárquico adquirido. O Quadro 4, representativo dos fazendeiros de café do ano de 1896, apresenta os nomes dos fazendeiros de café, a quantidade de produção de café de cada lavrador, o seu cargo político exercido na proximidade do ano de 1896, a ostentação de uma patente da Guarda Nacional, bem como, de um título nobiliárquico.

Da mesma forma, o Quadro 5, representativo dos fazendeiros de café do ano de 1904, apresenta os nomes dos principais fazendeiros de café, a área em alqueires e a produção de café de cada um. Por ter uma maior quantidade de informações, foi feita uma análise adicional neste caso: os principais proprietários de terras e, também, os principais produtores de café foram analisados em termos de sua participação política, patentes da Guarda Nacional e títulos nobiliárquicos. Assim, o Quadro 5 está subdividido nos Quadros 5.a, 5.b e 5.c.

Em relação ao cargo político desempenhado por estes fazendeiros, a análise concentra-se nos cargos exercidos no município de São Carlos, com exceção de alguns mais expoentes, como, por exemplo, Antonio Carlos de Arruda Botelho ou Alfredo Ellis, que exerceram vários cargos políticos na esfera provincial ou nacional.

⁴² Alguns dados estão dos quadros 3 possuem lacunas preenchidas com o sinal “ – “. Este indica que não foram encontradas fontes precisas e disponíveis de tal informação.

Quadro 3: Lista Nominativa de Fazendeiros de Café de 1873 em São Carlos do Pinhal.

Fazendeiros de Café	Origem	Cargo Político	Patente / Título Nobiliárquico
Alexandrina Melchiades Alkimin	Alfenas	-	-
Antonio de Abreu Sampaio	Campinas	-	-
Antonio Carlos de Arruda Botelho	Piracicaba	Juiz de Paz (1857), Deputado Provincial (1865, 1880, 1881, 1882, 1884, 1885, 1886), Membro da Assembléia Legislativa Provincial (1866), Membro do Partido Liberal, Presidente da Assembléia Legislativa Provincial (1883), Deputado Imperial (1888, 1889), Senador do Estado de São Paulo (1891).	Delegado de polícia, Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional (1867), Barão (1879), Visconde (1883), Conde (1887),
Antonio Franco de Camargo Lacerda & Irmão	Atibaia/São Paulo	Vereador (1877-1881)	-
Antonio Vicente da Silveira	-	Juiz de Paz (1869)	Capitão
Aurelio Sivatti	Itália	Vereador (1887-1890; 1891)/ Intendente (1889)	-
Bento Carlos de Arruda Botelho	Piracicaba / São Paulo	Juiz de Paz (1869) Juiz Municipal Suplente (1872); Governo Provisório (1889), Vereador (1891); Presidente da Câmara (1891)	-
Bento Luiz de França	Araraquara	Vereador (1869-1874)	-
Bento Paes de Barros	Itu	Intendente (Itu - 1832), Deputado Suplente do Império (1835-1837)	Primeiro Barão de Itu, Capitão mor de Itu
Candido Marçal Mendes dos Santos	-	-	-
Carlos Augusto do Amaral	Campinas	Chefe do Partido Conservador (1874)	-
David Ferreira de Camargo	Campinas/São Paulo	Chefe do Partido Conservador (1874), Vereador (1874-1877), Juiz de Paz (1877)	-
Domiciano Mendes da Silva	Minas Gerais	-	-
Domingos Candido Carneiro	-	-	-
Domingos do Prado Bueno	Jaú	-	-
Domingos Soares Doria	Piracicaba	-	-
Elias de Camargo Penteado	-	Vereador (1865-1869); Presidente da Câmara (1868); Chefe do Partido Conservador (1874), Intendente - vereador (1892-1895)	-
Estevão de Souza Barros	-	-	Conde de Barros
Floriano de Camargo Penteado	Cotia	-	Capitão mor de Campinas
Francisco da Cunha Bueno	São Paulo	Membro da Junta Governativa Municipal (1891), Chefe do Partido Conservador, Presidente da Câmara Municipal de Limeira (1861), Vereador em Rio Claro (1873-1876)	Tenente Coronel, Barão de Itaqueri e Barão de Cunha Bueno (1887); Visconde de Cunha Bueno (1889).
Francisco Jeronymo Coelho Bittencourt	-	Secretário Municipal, Governo Provisório (1889)	-
Francisco de Paula Camargo	Itu	-	Alferes
Jacinto Mendes da Silva	Minas Gerais	Camarista Suplente (1877)	-
Jeronymo Franco de Arruda	-	Juiz municipal suplente (1871 e 1877), Chefe do Partido Conservador (1874), Vereador (1874)	-
Jesuino José Soares	Ibiuna / Piracicaba	Juiz de Paz (1877)	-
João Baptista de Arruda	-	Vereador (1865); Juiz Municipal Suplente (1878)	Major

continua próxima página...

Quadro 3: Continuação...

Fazendeiros de Café	Origem	Cargo Político	Patente / Título Nobiliárquico
João Baptista de Siqueira Serra		Vereador (1865-1869, 1869-1874, 1881-1883)	
João Candido Gomes	Minas Gerais	Membro do Partido Conservador, Juiz de Paz (1874)	
João Carlos de Arruda Botelho	Piracicaba	Juiz municipal suplente (1865),	Capitão, Delegado de Polícia (1866)
João Franco de Moraes Octavio	Minas Gerais/Rio de Janeiro/Atibaia/Descalvado	-	Coronel da Guarda Nacional
Joaquim Albino de Torres	-	-	-
Joaquim Alves de Souza	Campanha	-	-
Joaquim Antonio de Mattos	-	-	-
Joaquim José de Abreu Sampaio	Campinas	Deputado Provincial (1876-1878), Chefe do Partido Conservador (1887), Vereador Suplente (1892).	Tenente
Joaquim Roberto Rodrigues Freire	Araraquara	Presidente da Câmara Municipal (1865-1869, 1877-1881), Juiz Municipal Suplente	Major
José Alves Delfino	-	Juiz Municipal Suplente (1870), Membro Partido Conservador (1874)	-
José Antonio de Torres	-	-	-
José de Camargo Penteado	Cotia / São Paulo / Itu / Campinas / Porto Feliz	-	Capitão
José Eufrosino	-	Eleitor da Freguesia (1873), Vereador (1865-1869)	-
José Gonçalves de Araújo Bueno	-	Fundador do Partido Republicano em São Carlos (1878)	Capitão
José Ignacio da Costa	-	-	-
José Ignacio de Mendonça	-	-	-
José Maria Gavião	-	-	-
José Pedroso da Silva Campos	Taubaté	-	-
José Pires	-	-	-
Luiz Antonio de Souza Barros	São Paulo / Piracicaba	Primeiro Prefeito de São Paulo (1835)	Comendador, Brigadeiro, Dignitário da Ordem Rosa, Cavaleiro da Ordem de Cristo
Manoel de Arruda	-	-	-
Manoel Demicilio de Mesquita	-	-	-
Manoel Joaquim de Sampaio	-	Vereador em Limeira (1861-1863)	-
Manoel José de Mesquita Junior	Itu	Juiz de Paz (1874), Chefe do Partido Conservador (1874), Vereador (1877-1881)	Subdelegado de Polícia (1865)
Nicolao Gonçalves da Silva Campos	-	-	-
Paulino Carlos de Arruda Botelho	Araraquara	Juiz de Paz (1857), Membro do Partido Liberal, Fundador do Partido Republicano em São Carlos (1873), Deputado Federal (1889 - 1908), Membro do governo provisório da cidade (1889), vereador (1923-1926)	Delegado de Polícia (1866), Capitão, Tenente Coronel
Santiago Ribeiro de Carvalho	-	-	-
Theodoro de Camargo Penteado	Piracicaba / São Paulo	Vereador (1869-1874; 1874-1877)	-
Víctor Augusto de Oliveira		Renunciou ao cargo de vereador (1865)	-

Quadro 4: Lista Estatístico-Nominativa de Fazendeiros de Café de 1896 em São Carlos do Pinhal.

Fazendeiros de Café	Nomes das Fazendas	Produção de café (Kg)	Cargo Político	Patente / Título Nobiliárquico
Bueno Ellis & Netto	Santa Eudoxia	750.000	Deputado Federal (1891-1899), Deputado (1900-1902), Senador (1903-1925)	-
Antonio Moreira de Barros Filho, Dr.	Palmital e Guararema	600.000	-	Bacharel em Direito
Estanislao de Campos Salles	Santa Maria	525.000	-	-
Estevão Conde de Barros (herdeiros)	Pau d'Alho	450.000	-	-
Elisario Penteado & Irmãos	Pulador / Figueira Branca	375.000	Vereador (1898 - 1902)	Major Secretário Geral da Guarda Nacional da Comarca de São Carlos (1892)
Firmiano de Moraes Pinto, Dr.	Fazenda da Serra	375.000	Escrevente da Secretaria do Governo de São Paulo (1880), Secretário de Polícia (1881), Juiz Municipal e de Órfãos de Limeira (1886), Intendente (1894), Vereador Câmara Municipal de São Paulo (1894), Deputado Federal (1895 e 1898), Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda e da Agricultura (1902), Comissário do Estado de São Paulo na França e Suíça (1912), Prefeito de São Paulo (1920-1926), Deputado Federal (1926-1930)	-
Antonio José do Nascimento	Palmeiras	300.000	-	-
Candido Franco de Lacerda	Paraíso	300.000	Intendente da Câmara Municipal de São Paulo (1890)	-
Joaquim Botelho de A. Sampaio	São Joaquim	300.000	-	-
Joaquim Manoel Alves (herdeiros)	Canxim	300.000	-	Comendador, tenente coronel
Maria das Dores C. Sampaio (herds.)	Santo Antonio do Lobo	300.000	-	-
Miguel de Araújo Ribeiro	Saltinho	300.000	-	-
Paulino Carlos de Arruda Botelho	Quebra Canella	300.000	Juiz de Paz (1857), Deputado Federal (1889-1908), Membro do Partido Liberal, Membro do Partido Conservador. Fez parte da Constituinte e participou da Revolta Armada em 1893.	Capitão, Tenente Coronel
Affonso Botelho de A. Sampaio, Dr.	Boa Vista	270.000	Secretário da Companhia de Luz Elétrica em São Carlos (1890), Provedor da Santa Casa (1891), vereador (1905-1908).	-
Sabino Soares de Camargo	São Roberto	270.000	-	-
Viúva Amaral & Filhos	Santa Luiza / Santa Cruz	270.000	-	-
Barros & Irmãos (Drs.)	Santa Maria e Evangelina	225.000	-	-
Carlos José Botelho, Dr.	Santa Francisca do Lobo	225.000	-	-
Felicíssima de Campos Barros, D.	Felicíssima	225.000	-	-
João Candido Gomes	-	225.000	-	-
Orosimbo Augusto do Amaral	S. João Cabaceiras / Botafogo	225.000	Representante Agrícola do Rio de Janeiro (1878), Vereador em São Carlos (1881-1883), Juiz de Paz (1883)	-
Viúva Botelho & Filhos	Sta. Cândida / Sta. Conceição	225.000	-	-

continua próxima página...

Quadro 4: Continuação...

Fazendeiros de Café	Nomes das Fazendas	Produção de café (Kg)	Cargo Político	Patente / Título Nobiliárquico
Theodoro Leite de Almeida Camargo	Santa Maria	210.000	Chefe do Partido Conservador (1874), Juiz de Paz (1883), vereador (1865-1869, 1874-1877)	Delegado de Polícia (1878)
José Ignácio de Camargo Penteado	Engenho Novo	195.000	Juiz de Paz (1869 e 1874), Juiz Municipal Suplente (1876 e 1880), Vereador (1887-1890), Presidente da Câmara Municipal (1865 a 1890), Chefe do Partido Liberal (1878), Fundador do Partido da Lavoura (1892), Fundador do Partido Republicano em São Carlos	Major, Delegado de Polícia
Aurélio Civatti	Floresta	180.000	Vereador (1887-1890, 1891)	-
Bento Carlos de A. Botelho (herdeiros)	Santa Maria	180.000	-	-
Francisco de Paula Novaes, Dr.	Sant'Anna	180.000	Vereador em São Carlos (1890-1891), Deputado Estadual (1891)	Delegado de Polícia
Francisco Domingos de Sampaio	Itaguassu	180.000	-	-
Antonio Ferreira Penteado		150.000	-	-
Botelho & Irmãos	Santo Antonio	150.000	-	-
João Evangelista de Toledo	Paredão / Grama	150.000		Tenente Coronel, Capitão
Joaquim José Gonçalves Braga (herd)	-	150.000	Presidente da Câmara Municipal (1892-1894), vereador (1892-1895).	-
José de Camargo Penteado Filho	Boa Vista	150.000	-	-
Julio de Salles	Salto	150.000	Vereador em São Carlos (1895-1898), Intendente Municipal (1896-1898)	-
Procópio Davidoff	Santa Maria	150.000	-	-
Raphael de Abreu Sampaio Vidal, Dr.	São João	150.000	Vereador em São Carlos (1899-1901), Provedor da Santa Casa (1899), Deputado Estadual (1910), Secretário da Fazenda e da Justiça (1912), Senador Estadual (1928-1930)	-
Antonio José Almeida Camargo (herd)	Salto	120.000	-	-
Arthur da Costa Pires, Dr.	Boa Vista	120.000	-	-
Carlos Alberto do Amaral	Cascata	120.000	-	-
Estanislao de Assumpção Pacheco	Jararaca	120.000	-	-
Francisca Leocádia B. Coelho, D.	Santa Rosa	120.000	-	-
Joaquim Alves Ferreira	Monte Alto	120.000	-	-
Joaquim Manoel de Sampaio	Santa Bárbara	120.000	-	-
José Augusto de Oliveira Salles	Palmeiras	120.000	Vereador (1898-1902; 1908-1911; 1911-1914), Juiz de Paz eleito (1901), Presidente da Câmara (1911)	Coronel da Guarda Nacional
José Manoel de Mesquita, Dr.	Horta	120.000	Chefe do Partido Conservador (1874), Juiz de Paz (1874), Vereador (1877-1881)	-
Elisario Ferreira Penteado	Santo Antonio do Quilombo	105.000	Vereador (1898-1902)	-
Maria Umbelina de Barros	Machubas / Espírito Santo	105.000	-	-
Mariana Cândida de São José	Jativoca	105.000	-	-
José de Araújo Cintra	Salto	97.500	Intendente (1891), Vereador (1891; 1895-1898; 1898-1902; 1908-1911)	-
José Eufrosino Silva Junior	Bonfim / Poço	97.500	Vereador (1865-1869)	-
Maria Eufrosina da Cruz Doria (herds.)	-	97.500	-	-
Conde do Pinhal	Pinhal	90.000	-	-
Jacinto Mendes da Silva	Monte Alegre / Monte Alto	90.000	-	-
Joaquim de Araújo Cintra	Santa Henriqueta	90.000	-	Major

Quadro 5: Lista Estatístico-Nominativa de Fazendeiros de Café de 1904 em São Carlos do Pinhal.

(a) Lista ordenada por produção de café.

Fazendeiros de Café	Produção de café (Kg)	Terras (ha)	Fazendeiros de Café	Produção de café (Kg)	Terras (ha)
Ellis & Netto	675.000	3.000	Continuação...		
Antonio Moreira de Barros (Dr.)	630.000	1.275	José de Araujo Cintra	150.000	410
José Augusto de O.ra Salles (Cel.)	600.000	1.333	José Novaes de Aguiar	150.000	352
Elizirio Penteado & Irmãos	330.000	5.097	Francisco Antonio de Paula	150.000	226
Irmãos Barros & Magalhães	315.000	480	Joaquim Dias Ferraz (herdeiros)	150.000	219
Joaquim Botelho de Abreu Sampaio	300.000	900	Doria & Irmãos	150.000	165
João Evangelista de T. França	300.000	692	Maria M.s de Camargo & F. (D.)	135.000	200
Felicissima de Campos Barros (D.)	300.000	385	João Manoel de C. Penteado	135.000	96
Affonso Botelho de Abreu Sampaio	300.000	301	José de Camargo Penteado	135.000	93
Anna Luiza do Amaral & F. (D.)	300.000	200	Francisco de Paula Novaes (Dr.)	123.000	312
Joaquim M. de Campos	270.000	685	Paulino Carlos & Filhos	120.000	2.230
Victor Leite de Barros	270.000	184	Reginaldo de Salles	120.000	548
Carvalho Sampaio & C.	240.000	456	Antonio de Barros (Dr.)	120.000	340
Prado Chaves & C.	232.500	497	Joaquim Garcia Ferreira	120.000	339
Maria I. de O. Botelho & F. (D.)	225.000	1.333	Fructuoso C. Arruda Botelho	120.000	288
Francisco Domingues de Sampaio	225.000	1.200	Julio Accioly (Dr.)	120.000	233
Banco dos Lavradores C. do Brasil	225.000	472	Joaquim de Araujo Cintra	120.000	232
Candido Franco de Lacerda	225.000	288	Carlos José Botelho (Dr.)	120.000	228
Miguel Ribeiro de Araujo	225.000	208	Raphael Sampaio Vidal (Dr.)	120.000	195
Jacinto José de Araujo Cintra	195.000	380	Joaquim Manoel de Sampaio	120.000	148
Antonio José do Nascimento	187.500	294	Candido de Camargo (Dr.)	120.000	120
Procopio Carlos Botelho	180.000	1.300	Jacinto A. Cintra	112.500	247
Joaquim Alves Ferreira	180.000	887	Francisco de Paula Nogueira	105.000	275
Luiz Teixeira de Barros	180.000	660	Elizirio Camargo Penteado	105.000	250
Joaquim Manoel Alves (herdeiros)	180.000	603	Antonio Candido de Al.da Leite	105.000	235
José Manoel de Mesquita (Dr.)	180.000	321	Julio de Salles	105.000	120
Sabino Soares (herdeiros)	180.000	290	Braga & Cunha	105.000	95
Bento Paes de Barros (Dr.)	180.000	249	José Rodrigues Sampaio	105.000	70
Firmiano de Moraes Pinto (Dr.)	180.000	249	Banco Crédito Real	97.500	255
Candido de Souza Campos (Dr.)	180.000	246	Vicente Sabino	97.500	175
José Cardozo de T. França	180.000	233	Joaquina Seraphina d'Oliveira (D.)	90.000	150
Antonio de A. Botelho	180.000	200	José Ignacio de C.go Penteado	90.000	142
Duarte Nunes Brandão, Dr.	180.000	185	José Rodrigues de Lima	90.000	115
Condessa do Pinhal	150.000	2.035	Candido Bittencourt Coelho	90.000	113
Procopio Davidoff (Dr.)	150.000	1.000	Camilo de Moraes (Cel.)	90.000	100
José de Camargo Penteado (herdeiros)	150.000	550	Marcolino Lopes Barreto (Cel.)	90.000	90

Continua na próxima página...

Quadro 5: Continuação...

(b) Dados gerais para os principais produtores de café

Fazendeiros de Café	Produção de café (Kg)	Cargo Político	Patente / Título Nobiliárquico	Observações
Ellis & Netto	675.000	Deputado Federal (1891 - 1899), Deputado (1900-1902), Senador (1903-1905, 1906-1908, 1909-1911, 1912-1915, 1915-1917, 1918-1920, 1921-1923, 1924-1925).	-	-
Antonio Moreira de Barros (Dr.)	630.000	Não exerceu cargo político	-	Embora Antonio Moreira de Barros não tenha exercido nenhum cargo político, foi formado em Advocacia. Seu pai, de mesmo nome, foi um influente político exercendo os cargos de Presidente da Província de Alagoas (1867-1868), Ministro das Relações Exteriores (1879-1880), Presidente da Câmara dos Deputados (1883-1885).
José Augusto de Oliveira Salles	600.000	Vereador (1898-1902; 1908-1911; 1911-1914), Juiz de Paz eleito (1901), Presidente da Câmara (1911)	Coronel	-
Eliziário Penteado & Irmãos	330.000	Vereador (1898 - 1902)	-	-
Irmãos Barros e Magalhães	315.000		-	-
Joaquim Botelho de Abreu Sampaio	300.000	Não exerceu cargo político	-	Embora não tenha exercido nenhum cargo político, seu pai - Joaquim José de Abreu Sampaio foi Juiz de Paz (1854), Chefe do Partido Conservador, Deputado Provincial (1876-1878)
João Evangelista de Toledo França	300.000	Não encontrado cargo político	Tenente Coronel, Capitão	-
Felicíssima de Campos Barros	300.000	-	-	-
Affonso Botelho de Abreu Sampaio	300.000	Vereador (1905-1907, 1908-1910), Presidente da Câmara Municipal (1906-1908)	-	-
Anna Luiza do Amaral & Filhos	300.000	Não encontrado cargo político	-	Embora não tenha exercido nenhum cargo político, seu marido - Carlos Augusto do Amaral exerceu o cargo de juiz de paz (1869), foi Chefe do Partido Conservador (1874) e Representante Agrícola no Rio de Janeiro (1878).

Continua na próxima página...

Quadro 5: Continuação...**(c) Dados gerais para os principais proprietários de terra**

Fazendeiros de Café	Área Fazendas (Alqueires)	Cargo Político	Patente / Título Nobiliárquico	Observações
Elisario Penteado & Irmãos	5.097	Vereador (1898 - 1902)	-	
Ellis & Netto	3.000	Deputado Federal (1891 - 1899), Deputado (1900-1902), Senador (1903-1905, 1906-1908, 1909-1911, 1912-1915, 1915-1917, 1918-1920, 1921-1923, 1924-1925).	-	-
Paulino Carlos & Filhos	2.230	Deputado Federal (1889 - 1908), 1824 (fez parte da Constituinte), 1893 (participou da Revolta Armada)	Coronel	
Condessa do Pinhal	2.035	Não exerceu cargo político	-	Embora a Condessa não tenha exercido nenhum cargo político, seu marido - o Conde do Pinhal teve uma grande importância política (como já descrito no Quadro 3).
José Ignácio de Camargo Penteado	1.808	Juiz de Paz (1869 e 1874), Juiz Municipal Suplente (1876 e 1880), Vereador (1887-1890), Presidente da Câmara Municipal (1865 a 1890), Chefe do Partido Liberal (1878), Fundador do Partido da Lavoura (1892), Fundador do Partido Republicano em São Carlos	Major	-
José Augusto de Oliveira Salles	1.333	Vereador (1898-1902; 1908-1911; 1911-1914), Juiz de Paz eleito (1901), Presidente da Câmara (1911)	Coronel	-
Maria Izabel de Oliveira Botelho & Filhos	1.333	Não exerceu cargo político	-	Embora Maria Izabel de Oliveira Botelho não tenha exercido nenhum cargo político, seu marido - Bento Carlos de Arruda Botelho exerceu vários cargos políticos (como descritos no quadro 2).
Procópio Carlos Botelho	1.300	Não exerceu nenhum cargo político	-	-
Antonio Moreira de Barros	1.275	Não exerceu cargo político	-	Embora Antonio Moreira de Barros não tenha exercido nenhum cargo político, foi formado em Advocacia. Seu pai, de mesmo nome, foi um influente político exercendo os cargos de Presidente da Província de Alagoas (1867-1868), Ministro das Relações Exteriores (1879-1880), Presidente da Câmara dos Deputados (1883-1885).
Francisco Domingues de Sampaio	1.200	Não foi encontrado nenhum cargo político exercido por este fazendeiro.	-	-

Comparando os Quadros 3, 4 e 5, podemos destacar cinco importantes informações:

1. A origem do fazendeiro vindo a São Carlos, assim como sua permanência ou não como elite do município entre os anos de 1873, 1896 e 1904. Além disso, também é possível investigar se membros familiares tornaram-se proprietários rurais ou se a riqueza do próprio fazendeiro foi deixada para seus descendentes.
2. Sobrenomes comuns em geral revelam as relações de consanguinidade entre membros das famílias de elite entre 1873, 1896 e 1904. Estas, por sua vez, possibilitarão o conhecimento dos matrimônios realizados entre membros da própria família e compreender o modo pelo qual estas famílias, consideradas de elite em São Carlos, se perpetuavam ao longo do tempo.
3. As relações de afinidade definidas e estabelecidas entre membros das famílias de elite do município de São Carlos a fim de manter ou expandir as riquezas.
4. A extensão, bem como a propriedade de terras dos maiores fazendeiros de café do município (1904).
5. O exercício de cargos políticos, principalmente municipais, por membros destas famílias.

Baseando-se nos Quadros 3, 4 e 5, pode ser feita uma análise a fim de averiguar como uma família considerada elite (representada pelo fazendeiro descrito na lista nominativa), em 1873, mantinha-se ou não como elite nos anos de 1896 e 1904, e, também, investigar se estas famílias dominavam ou não o setor político, principalmente municipal. Para tanto, foi feito um estudo detalhado, caso a caso, baseando-se na origem dos fazendeiros de café que

vieram para o município de São Carlos, nos laços de parentesco estabelecidos pelos matrimônios, na propriedade de terras destes fazendeiros e nos cargos políticos exercidos por membros destas famílias consideradas elite.

4.1 Localidade de Origem dos Fazendeiros de 1873

Observando a origem dos fazendeiros de café do município de São Carlos, em 1873, descrita na Quadro 3, podemos identificar as cidades e regiões provenientes dos fazendeiros para a composição da elite são-carlense neste período. Nota-se que, para alguns casos, há duas ou mais cidades descritas no local de origem que representam as localidades vividas, por um determinado tempo, por estes proprietários antes de chegarem a São Carlos. Portanto, para esta pesquisa, será considerada como origem o último local de permanência do proprietário antes de destinar-se a São Carlos.

De um total de 55 fazendeiros, foi encontrada a origem⁴³ de 30 deles. Dentre estes, 23 vieram do Estado de São Paulo, 06 são de Minas Gerais e 01 é de origem estrangeira. Cabe, aqui, uma explanação a respeito deste fazendeiro de origem imigrante que teve uma expressão econômica atípica no município de São Carlos. Seu nome era Aurélio Civatti e era um imigrante italiano da região de Florença. Era entalhador, arquiteto, político e cafeicultor. Foi contratado por Pedro Antonio de Barros (filho do barão de Campinas – Bento Manoel de Barros) para concluir as obras da igreja matriz de Limeira. Em 1876, finalizou-se a obra desta igreja matriz. Durante as obras, Aurélio Civatti casa-se com Lucinda de Barros, filha de Pedro Antonio de Barros e neta do barão de Campinas. Sendo assim, torna-se fazendeiro e proprietário de escravos. Transfere-se para o município de São Carlos, por volta de 1874, onde,

⁴³ As informações quanto à origem dos fazendeiros constam no Quadro 3.

além de fazendeiro de café, irá atuar na política municipal como vereador nos anos de 1887 a 1891 e na elaboração do projeto de construção da igreja matriz da cidade (Busch, 1967:277). Assim, conclui-se que a ascensão econômica deste fazendeiro é tida como incomum visto que era um imigrante. Porém, o fato de ter um ofício aprendido em sua terra natal e de ter se casado com a neta do barão de Campinas proporcionaram esta ascensão atípica e precoce a este imigrante italiano.

O Quadro 6 representa os dados referentes às origens dos fazendeiros que compuseram a elite econômica e política do município de São Carlos em 1873.

Quadro 6: Resumo das origens de 30 fazendeiros, do ano de 1873

Proprietários do Estado de São Paulo	
Localidade Proveniente	Número de fazendeiros
São Paulo	6
Piracicaba	5
Campinas	3
Itú	3
Araraquara	2
Jaú	1
Cotia	1
Porto Feliz	1
Taubaté	1

Proprietários do Estado de Minas Gerais	
Localidade Proveniente	Número de fazendeiros
Alfenas	1
Campanha	1
Do Estado de Minas Gerais	4

Imigrante	
Localidade Proveniente	Número de fazendeiros
Itália	1

De acordo com as informações descritas neste quadro, é possível agregar a origem dos fazendeiros, vindos para São Carlos no ano de 1873, em cinco regiões principais⁴⁴ de origem, sendo elas o Quadrilátero do Açúcar; São Paulo, Margem Leste do rio Tietê, Sul de São Paulo; Minas Gerais; Município vizinho a São Carlos,

⁴⁴ Esta divisão foi feita de acordo com a Divisão Territorial da Província de São Paulo, agrupada segundo regiões, feitas por Bassanezi *et al.* (2008:129) e adaptadas por Truzzi *et al.* (2013:26).

Vale do Paraíba. O Quadro 7, a seguir, nos apresenta um panorama das regiões e das cidades de origem dos fazendeiros, bem como, a quantidade de fazendeiros que vieram destas regiões para o município de São Carlos.

Quadro 7: Principais regiões de origem dos fazendeiros do ano de 1873.

Número de Fazendeiros	Regiões De Origem	Cidades
12	Quadrilátero do Açúcar	Piracicaba, Campinas, Itú, Porto Feliz
9	São Paulo, Margem leste do rio Tietê, Sul de São Paulo	São Paulo, Jaú, Cotia
6	Minas Gerais	Alfenas, Campanha, do Estado de Minas
2	Município vizinho a São Carlos	Araraquara
1	Vale do Paraíba	Taubaté

O Quadro 7 apresenta que a maioria dos fazendeiros vindos para o município de São Carlos, em 1873, era proveniente da região do quadrilátero do açúcar. Outra leva significativa de fazendeiros era proveniente da região da cidade de São Paulo e, em menor proporção, mas também significativa, da província de Minas Gerais.

O quadrilátero do açúcar situava as terras localizadas no planalto paulista entre os rios Mogi-Guaçu, Piracicaba e Tietê, entre as cidades de Sorocaba, Piracicaba, Jundiaí e Mogi-Guaçu. Estas quatro cidades mais outras circunvizinhas – como Itú, Porto Feliz, Campinas, também foram consideradas como pertencentes a esta região e relevantes na produção açucareira.

É possível afirmar que vários fatores influenciaram a vinda de fazendeiros de outras regiões (como descritas no Quadro 7) para o Oeste Paulista e, conseqüentemente, para São Carlos. O fato de o município localizar-se, como já dito, nos sertões de Araraquara lhe proporcionava estar em uma região de fronteira, recém aberta à exploração econômica, e com seus campos e matos propícios à expansão da pecuária.

Além disso, a decadência da mineração levou muitos fazendeiros, principalmente mineiros, a se direcionarem para as áreas inexploradas dos sertões de Araraquara. Isto porque, com o declínio da exploração de ouro, os mineiros passaram a se dedicar à pecuária, mas em terras mais férteis, uma vez que a prática da mineração esgotava o solo tanto para a prática da agricultura quanto para a pecuária. Desta maneira, estes fazendeiros passaram a se apossar ou adquirir carta de sesmaria a fim de obter terras virgens para a prática da pecuária. A este respeito, Brioschi (1999:44) nos explica que, entre o final do século XVIII e início do XX,

“[...] o declínio da exploração do ouro e a migração de mineiros para São Paulo tornam-se evidentes, pois as regiões mineradoras não eram, no seu conjunto, favoráveis nem à agricultura, nem à pecuária. E a população em excesso, com a decadência das minas, começa a se dispersar num movimento centrífugo, em busca de sobrevivência. [...] A corrente demográfica ultrapassa os limites mineiros e invade São Paulo”.

Além da crise econômica, gerada pela decadência da mineração, que levou muitos mineiros a migrarem para terras da província de São Paulo e, conseqüentemente, para o Oeste paulista, perturbações políticas, em particular, a tentativa revolucionária de 1842⁴⁵, vieram reforçar as partidas dos mineiros para

⁴⁵ A Revolução de 1842 foi um conflito ocorrido entre o Partido Conservador e o Partido Liberal. A eleição do Cacete, realizada em 1840, gerou o agravamento dos conflitos entre os Conservadores e os Liberais. Isto porque os liberais fraudaram as eleições com capangas armados a fim forçar os eleitores a votarem em seus candidatos. O Conselho de Ministros, formado na maioria por Conservadores, solicitou a D. Pedro II que se anulassem os votos da Eleição do Cacete, feita em 1840. Em 1842, o Ministério Liberal foi dissolvido e os Conservadores, novamente, retornaram ao poder. Não aceitando a troca de ministério, os Liberais iniciaram uma revolta que ficou conhecida como Revolução Liberal de 1842. Liberais de duas províncias aderiram à revolução, São Paulo e Minas Gerais. Em São Paulo, a Revolta Liberal iniciou-se na Cidade de Sorocaba. Na província paulista, o movimento foi liderado pelo ex-regente Antônio Feijó e pelo Brigadeiro Tobias de Aguiar. As cidades de Taubaté, Pindamonhangaba, Lorena e Silveira, também decidiram apoiar os Liberais. Em Minas Gerais, a liderança da revolução ficou nas mãos de Teófilo Otoni. As cidades de Santa Luzia, Santa Bárbara, Caeté e Sabará apoiaram os liberais mineiros. Queriam os rebeldes liberais retomar o governo por meio da luta armada. Eles formariam a Coluna Libertadora que marcharia até ao Rio de Janeiro para derrubar o Governo Conservador. O Governo Imperial decidiu continuar com seu apoio aos conservadores. Para combater os revoltosos liberais, foram organizadas tropas lideradas pelo Barão de Caxias. Tanto os liberais de São Paulo quanto os liberais de Minas Gerais foram derrotados e presos pelos comandados de Caxias. Os que conseguiram escapar do cerco de Caxias se refugiaram no Rio Grande do Sul, onde foram acolhidos pelos Revolucionários Farrroupilhas. Com a subida do Partido Liberal ao poder em 1844, todos os liberais envolvidos na Revolta Liberal de 1842 foram anistiados (Carvalho, 2012).

novas terras. Além disso, a Guerra do Paraguai, ocorrida entre 1864 e 1870, levou um número de mineiros a preferir correr os riscos da vida no sertão a sujeitar-se ao alistamento militar (Monbeig, 1984:133).

Além da expansão da pecuária e o declínio da mineração, a presença de solo fértil foi um grande atrativo aos fazendeiros de outras regiões que já cultivavam café em áreas decadentes, como a do Vale do Paraíba e na província de São Paulo. Segundo Monbeig (1984:168), a presença de terras mal cuidadas atingidas pela erosão aliada a uma mão de obra insuficiente desde a Abolição da Escravatura faziam com que os cafezais do Vale do Paraíba detivessem os mais baixos rendimentos de todo o Estado. Já em São Paulo, o café foi introduzido por volta de 1806. Sendo assim, a exaustão do solo era evidente visto que havia a criação de novas plantações a cada década (Love, 1982).

Além disso, segundo Queiróz (1950), havia diferenças significativas entre os fazendeiros do Vale do Paraíba e os fazendeiros de São Paulo. Para a autora, os fazendeiros do Vale eram titulares do Império, dominavam a política, consideravam suas fortunas sólidas e indestrutíveis, e iludiam-se com a ideia de que os escravos, quando bem tratados pelos senhores, continuariam a trabalhar para eles. Ademais, estes fazendeiros do Vale do Paraíba “[...]imbuídos de preconceitos os mais diversos, asfixiavam a imigração por meio de decretos absurdos; assim paralisada, não podia a imigração dar bons resultados e a falta de êxito se refletia então no pessimismo dos fazendeiros do Vale [...]” (Queiróz, 1950:217). Discorrendo sobre os fazendeiros do Oeste Paulista, a autora descreve que estes formavam a burguesia comercial. Segundo a autora, estes fazendeiros não eram unicamente fazendeiros, pois investiam em sociedades anônimas comerciais e em bancos. Nas palavras da autora,

“[...] Os fazendeiros do Oeste Paulista, mais frugais e modestos, cultivando terras frescas, puderam desviar capitais para sociedades anônimas e bancos, criaram novos interesses que os impeliam a pugnar pela abolição que lhes obstruía os passos para o alargamento do mercado interno” (Queiróz, 1950:218).

Aliada a estes fatores, a existência da terra roxa e de boas condições climáticas nos sertões de Araraquara favoreciam o cultivo e garantiam uma boa produção dos grãos de café. Deste modo, Love (1982:20) aponta que “[...] famílias de fazendeiros compravam terras virgens para serem usadas em operações futuras, muitas vezes localizadas bem longe de suas propriedades originais”. Esta ocorrência era frequente entre os fazendeiros de visão, pois preocupavam-se com o esgotamento do solo gerado pelas plantações de café e com o clima adequado para seu cafezal. Os fazendeiros do Oeste paulista, portanto, eram dinâmicos, tinham visibilidade econômica e política, e uma grande capacidade de se adequarem a novas transformações, ao contrário, por exemplo, dos fazendeiros do Vale do Paraíba.

Por volta de 1850, os fazendeiros, que, até então, se dedicavam ao cultivo da cana-de-açúcar, começaram a investir na produção de café, visto que esta gerava maior lucratividade e tinha um mercado consumidor em expansão. A sobressalência do cultivo do café sobre o da cana-de-açúcar, aliada ao clima e solo favoráveis na região dos sertões de Araraquara, conseqüentemente no município de São Carlos, propiciaram a vinda e despertaram o interesse dos fazendeiros de outras regiões direcionando-os para cá. A respeito da relevância da produção do café ao da cana, Milliet (1939:46) demonstra que,

“[...] Depois de 1850-1851, temos uma exportação de café sempre maior do que a de açúcar ... O destino da lavoura canavieira já está decidido, portanto, a partir de 1846-1847, mas torna-se mais patente a começar a segunda metade do século. O 'quadrilátero do açúcar' deixou de sê-lo, para se dedicar com verdadeira obsessão à cultura do café”.

Sendo assim, é possível afirmar que a ampliação das fronteiras para o Oeste Paulista e, especificamente para São Carlos, foi gerada pela expansão da pecuária, a queda na mineração, a presença de terras virgens e de solo e clima favoráveis ao cultivo da cultura em expansão – o café – que motivaram os fazendeiros localizados em outras regiões a deslocarem seu foco de interesse para terras do Oeste Paulista. Pela posse, compra ou solicitação de cartas de sesmarias, adquiriram terras nos sertões de Araraquara e, conseqüentemente, no futuro município de São Carlos.

Monbeig (1984) explica que este deslocamento das fronteiras para o Oeste Paulista – a “marcha para o oeste” – é uma ocorrência tipicamente paulista. Ou seja, somente pode ser entendida na província de São Paulo. Nas palavras do autor,

“[...] a marcha para o oeste, é essencialmente paulista e continua a sê-lo, mesmo ao penetrar territórios de outros Estados, porque não somente o impulso é dado por São Paulo, como a maior parte dos homens provem desse Estado e as relações econômicas se fazem sobretudo com São Paulo e Santos. Nem sempre foi assim. Sabe-se que foi a cultura do café que desencadeou essa progressão: ela começou por fora de São Paulo, em regiões já povoadas, havia muito tempo, embora as culturas mal as tenham atingido. Frequentemente descreveu-se o itinerário do café, que começou nas partes montanhosas do Estado do Rio de Janeiro, no segundo quartel do século XIX, acompanhou o vale do Paraíba do Sul, penetrando assim nas terras paulistas; depois na segunda metade do mesmo século, expandiu-se pelo interior de São Paulo. Foi por volta de 1870-1880 que o movimento se intensificou, alcançando os planaltos ocidentais, como vaga que engrossa e, talvez, logo reventará [...]” (Monbeig, 1984:23).

O café proporcionou, tanto para a província de São Paulo quanto para o município de São Carlos, uma mudança nas tradições. A venda do café para o mercado interno e externo permitiu a mercantilização deste produto gerando uma série de mudanças no meio rural paulista e o conseqüente surgimento de uma elite empreendedora e comercial. A este respeito, Monbeig (1984:97) explica que:

“[...] Assim, não se introduziu uma cultura nova (a do café), sem que se fizesse uma revolução na sociedade rural paulista. Como cultura comercial, a do café contribuía para que se formasse uma classe numericamente reduzida, mas econômica e financeiramente onipotente; desferia uma chicotada nos homens mais apegados ao

passado (às tradições). A essa cultura nova, correspondiam novos modos de pensar. A sociedade dos ricos fazendeiros, os do “oeste” ainda mais do que os do “norte”, tirava sua força da dupla origem, rural e mercantil ao mesmo tempo; a riqueza e o espírito de empreendimento. Soube ela utilizar essas duas forças, para aproveitar-se das ocasiões que se lhe ofereciam e enfrentar audazmente as dificuldades”.

O Oeste Paulista era sinônimo de expansão e de disponibilidade de terras, e São Carlos, enquadrado nesta região, também era. Os fazendeiros que vieram para o Oeste Paulista, e, especificamente, para São Carlos, tinham uma perspectiva de desenvolvimento, de comercialização, de abertura às novas formas de utilização da mão de obra (de escrava para imigrante) – visto que o momento histórico – chegada da Abolição da Escravidão – solicitava a busca de novas alternativas para substituir a força de trabalho escrava, possuíam rendimentos investidos não somente em escravos, mas também em bancos, casas comissárias etc., tinham visibilidade quanto aos investimentos necessários para a introdução de uma certa tecnologia (como a introdução do arado e do despolpador, e a construção de ferrovias) para aumentarem seus lucros. Dentro deste contexto, é possível afirmar que os fazendeiros do município de São Carlos modificaram uma série de elementos do ponto de vista econômico, político e estrutural, e formaram um grupo econômico restrito, econômica e financeiramente influentes na sociedade do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

4.2 Laços de Parentesco das Famílias da Elite de São Carlos

A configuração das famílias de elite visa, primeiramente, definir quem seriam essas “famílias”. Para tanto, é importante salientar que não é possível fazer uma relação direta dos nomes dos fazendeiros visto que, com os casamentos, há mudanças de sobrenomes. Deste modo, as famílias dos fazendeiros de café serão agrupadas

baseando-se nos laços de consanguinidade e afinidade estabelecidos entre membros destas famílias por meio do matrimônio. O Quadro 8, a seguir, faz este agrupamento, apresentando os laços de consanguinidade entre os membros da mesma família, bem como, a permanência do mesmo fazendeiro de café nos anos de 1873 e 1896. Nos vários exemplos mostrados neste Quadro, são verificados casamentos entre parentes da mesma família, deixando evidente que os laços de consanguinidade são utilizados como forma de manutenção ou de reforço da presença de uma determinada família na elite, como será discutido a seguir.

O Quadro 9, por outro lado, já representa os laços de afinidade adquiridos e estabelecidos pelo casamento entre integrantes de diferentes famílias da elite do município de São Carlos nos anos de 1873 e 1896. Da mesma forma, os casamentos entre diferentes famílias são utilizados como maneira de retenção e a permanência de seus membros na elite.

Quadro 8: Fazendeiros de café e os Laços de Consanguinidade.

Fazendeiros de Café	Anos			Grau de Parentesco	Designação
	1873	1896	1904		
Francisco da Cunha Bueno				Francisco da Cunha Bueno era tio e sogro de Alfredo Ellis, com quem fez uma sociedade para exportação de café. Alfredo Ellis casa-se com a primeira filha de Cunha Bueno, chamada Sebastiana Eudóxia da Cunha Bueno.	Ellis & Netto
Bueno Ellis & Netto					
Ellis & Netto					
Luiz Antonio de Souza Barros				Era pai de Estevão de Souza Barros, o mesmo Conde de Barros que aparece em 1896. Felicíssima era esposa de Luiz Antonio de Sousa Barros. É o Conde de Barros, filho de Luiz Antonio de Sousa Barros. Seu nome é Estevão de Sousa Barros (como descrito no ano de 1873). É filho de Luiz Antonio de Sousa Barros. Segunda esposa de Luiz Antonio de Sousa Barros. Era sobrinho e genro de Luiz Antonio de Sousa Barros, pois casou-se com sua filha - Amélia Hygina de Souza Barros. Era tio do genro de Luiz Antonio de Sousa Barros. O genro de Luiz Antonio de Sousa Barros, Antonio Paes de Barros Filho (filho do barão de Piracicaba), casou-se com Maria Paes de Barros - filha de Luiz Antonio de Sousa Barros.	Souza Barros
Estevão de Souza Barros					
Conde de Barros					
Felicíssima de Campos Barros					
José Manoel de Mesquita					
Bento Paes de Barros					
Antonio Franco de Camargo Lacerda & Irmãos				Eram irmãos.	Franco de Lacerda
Cândido Franco de Lacerda					
Antonio Carlos de Arruda Botelho (Conde do Pinhal)				O mesmo fazendeiro permanece em 1873, 1896 e sua família permanece em 1904. Segunda esposa do Conde - Anna Carolina de Mello Oliveira Filho de Antonio Carlos de Arruda Botelho (Conde).	Arruda Botelho
Condessa do Pinhal					
Carlos José Botelho					
Paulino Carlos de Arruda Botelho				O mesmo fazendeiro permanece em 1873 e 1896. Era irmão de Antonio Carlos de Arruda Botelho (Conde) Esposa de Bento Carlos de Arruda Botelho	
Maria Izabel de Oliveira Botelho					
Bento Carlos de Arruda Botelho				Irmão do Conde do Pinhal e de Paulino Carlos de Arruda Botelho	
Antonio de Abreu Sampaio				Irmão de Joaquim José de Abreu Sampaio. Tio de seus filhos descritos a seguir. Era cunhado do Conde Pinhal, de Bento Carlos e de Paulino Carlos de Arruda Botelho. Era pai de Affonso Botelho de Abreu Sampaio, Joaquim Botelho de Abreu Sampaio, Raphael de Abreu Sampaio Vidal. Era sobrinho e genro de Paulino Carlos de Arruda Botelho, pois casou-se com sua filha Maria Botelho de Abreu Sampaio. Era filho da irmã de Paulino Carlos de Arruda Botelho (Eulalia Carolina de Meira). Filho de Joaquim José de Abreu Sampaio com Eulália C. de Meira Botelho. Sobrinho do Conde. Segunda esposa de Joaquim José de Abreu Sampaio. Filho de Joaquim José de Abreu Sampaio com Maria das Dores Vidal.	Abreu Sampaio
Joaquim José de Abreu Sampaio					
Joaquim Botelho de Arruda Sampaio					
Affonso Botelho de Abreu Sampaio					
Maria das Dores C. Sampaio (ou Maria das Dores Vidal)					
Raphael de Abreu Sampaio Vidal					
Carlos Augusto do Amaral				Pai de Carlos Alberto do Amaral. Filho de Carlos Augusto do Amaral. Filho de Carlos Augusto do Amaral.	Amaral
Orosimbo Augusto do Amaral					
Carlos Alberto do Amaral					
Francisco Jeronymo Bittencourt Coelho				Marido de Francisca Leocádia Bittencourt Coelho. Esposa de Francisco Jeronymo Bittencourt Coelho.	Bittencourt Coelho
Francisca Leocádia Bittencourt Coelho					
Jacinto Mendes da Silva				O mesmo fazendeiro permanece em 1873 e 1896.	Mendes da Silva
Jacinto Mendes da Silva					
Estanislau de Campos Salles				Pai de José Augusto de Oliveira Salles Filho de Estanislau de Campos Salles	Campos Salles
José Augusto de Oliveira Salles					
Elias de Camargo Penteadado				Era tio do major José Ignácio de Camargo Penteadado. Sobrinho de Elias de Camargo Penteadado (Elias era irmão do pai do major)	Camargo Penteadado
José Ignácio de Camargo Penteadado					

Quadro 9: Laços de Afinidade entre diferentes famílias da elite do município de São Carlos

Fazendeiros de Café	Anos			Laços de Afinidade
	1873	1896	1904	
Firmiano de Moraes Pinto	-			Era genro de Antonio Carlos de Arruda Botelho (Conde do Pinhal), fazendeiro de 1873 e em 1896), pois casou-se com sua filha, Cândida de Arruda Botelho.
Joaquim José de Abreu Sampaio		-		
José Augusto de Oliveira Salles	-			Era genro de Elias de Camargo Penteados, pois casou-se com sua filha, Maria Anunciação Camargo Penteados.

Analisando os Quadros 8 e 9, é possível observar a permanência e a continuidade de várias famílias da elite do município de São Carlos entre os anos de 1873, 1896 e 1904 gerada pelos laços de parentesco. Estas famílias possuíam terras, escravos, cargos políticos, enfim, possuíam vários atributos de pertencimento à elite, como descritos por Bacellar (1997). Deste modo, nota-se que os membros da elite, que representavam a minoria, utilizavam-se do atributo da riqueza, defendido por Mosca (1939) como sendo fundamental para a sua organização.

Além disso, os laços de consanguinidade ou afinidade, mantidos por meio dos casamentos, contribuía para a reprodução social das elites, como Love (1982) nos aponta. Desta forma, a manutenção das riquezas e das posses também estaria garantida. Considerando os quadros acima, alguns casos de laços de parentesco por consanguinidade ou afinidade serão analisados.

O casamento realizado entre Alfredo Ellis (cafeicultor e médico) com a sua prima Sebastiana Eudóxia da Cunha Bueno permite identificar que há relação de consanguinidade entre eles. Sebastiana era filha do tio paterno de Alfredo Ellis – Francisco da Cunha Bueno. Ou seja, Alfredo Ellis era sobrinho e genro de Francisco da Cunha Bueno. Aqui é relevante explicitar, rapidamente, o valor que era dado à mulher e aos dotes que, conseqüentemente, eram dados aos cônjuges com os

casamentos. Percebe-se que o papel da mulher, até meados do século XIX, era sinônimo de transmissão da herança por meio dos dotes⁴⁶ remetidos aos cônjuges quando da ocorrência do casamento. O dote, portanto, viabilizaria a transmissão material (riquezas, terras, escravos etc.) da família e era um meio de viabilizar a união conjugal, sendo raro a moça rica e com dote que não se casasse. Gordinho (2004), ao descrever sobre o casamento e as núpcias do casal Antonio Carlos de Arruda Botelho (o Conde do Pinhal) e sua segunda esposa Anna Carolina de Mello Oliveira (filha do Visconde de Rio Claro) nos apresenta uma ideia da ocorrência do dote nesta família. Ao discorrer sobre a vinda do casal, que havia se casado e passado as núpcias em Rio Claro, para a Fazenda do Pinhal, em São Carlos, Gordinho (2004:55) destaca que: “[...] Anna Carolina levava consigo sua mucama Celestina, mais um ou duas escravas e tudo mais que fazia parte do dote”. Assim, é interessante observar que o dote era composto por escravos, terras, mobílias, moeda corrente e outros pertences de valor da família. É possível afirmar que a prática do dote era comum entre as famílias da elite, como também das do município de São Carlos do século XIX. Porém, é importante salientar que a prática do dote⁴⁷ era uma representação simbólica do prestígio e influência de uma determinada família de elite em uma ou mais regiões do interior paulista ou do território nacional. O dote, afinal, evidenciava uma das práticas utilizadas pela elite para possibilitar o aumento das oportunidades econômicas e políticas que irão surgir para as famílias de elite.

Na família Souza Barros, temos exemplos de casamentos consanguíneos entre as filhas do Comendador Luiz Antonio de Souza Barros. Inicialmente, em poucos

⁴⁶ O Código Civil Brasileiro, promulgado em 1916, sob a égide republicana, vigorou no Brasil até 2002. Estabelecia o regime dotal como uma modalidade do regime de bens entre os cônjuges, o qual deveria constar na escritura antenupcial.

⁴⁷ Sobre a prática do dote desde o período colonial até o seu desaparecimento, consultar Nazzari (2001).

parágrafos, tentarei expor quem foi o Comendador Luiz Antonio de Souza Barros, o que auxiliará em maior compreensão por parte do leitor.

Luiz Antonio de Souza Barros (1809 – 1887) era filho de Luiz Antonio de Souza e Genebra Leite de Barros. Nasceu em Itu e foi o único dos filhos a herdar o sobrenome da mãe. Teve 5 irmãos, sendo que era irmão do barão de Limeira (Vicente de Souza Queiroz) e do barão de Souza Queiroz (Francisco de Souza). Ainda menino, com 8 anos apenas, foi enviado à Portugal para estudar. Com o falecimento de seu pai, em 1819, Luiz Antonio de Souza Barros retorna ao Brasil e irá viver na casa de sua irmã – Ilídia Mafalda (futura Marquesa de Valença) e de seu cunhado – o desembargador Estevão Ribeiro de Rezende (futuro barão de Rezende), em São Paulo. Luiz Antonio de Souza Barros é considerado pela historiografia tradicional como sendo um dos grandes nomes da aristocracia imperial paulistana de meados do século XIX. Cafeicultor, senhor de escravos e moderno capitalista, foi um dos organizadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Possuía posses, escravos e propriedades em São Paulo, Piracicaba, Campinas e São Carlos. Tinha uma vida ligada tanto à São Paulo quanto ao Rio de Janeiro, nos meios sociais e nos meios políticos. Vivía na Corte e na Província Paulista, nos salões aristocráticos do Rio de Janeiro numa exibição de luxo e bom gosto ou nos meios mais modestos e provincianos de São Paulo, com costumes ainda nitidamente coloniais, ou ainda nas fazendas de cana do interior paulista (Torres, 2010). Luiz Antonio de Souza Barros entrou para o cenário político da Província de São Paulo assumindo e exercendo o cargo de Prefeito de São Paulo (foi o primeiro prefeito da província paulista). Seu governo foi duramente criticado, pois

“[...] mais lavrador do que político, mais habituado à administração e aos problemas da zona rural do que aos da zona urbana, não obstante sua elevada posição social e econômica, o novo prefeito é duramente criticado mais de uma vez, pelos vereadores,

principalmente pela sua ausência. Pedira logo uma licença que lhe fora concedida pelo então vice-presidente da província, o senador Queiroz (Torres, 2010:28)”.

Após sua renúncia, assumiu a presidência da Câmara Municipal da Província de São Paulo. Recebeu os títulos de Comendador de Cristo (título de origem portuguesa) e Dignatário da Rosa⁴⁸ (título de origem brasileira).

Tendo, inicialmente, investido em engenhos de açúcar, principalmente em Piracicaba (como na Fazenda São Lourenço, por exemplo), substituiu suas plantações de cana-de-açúcar pelas do café. Foi favorável à implantação da mão de obra estrangeira em suas fazendas e investiu em maquinários para o beneficiamento do café. Embora fosse para Piracicaba e para suas outras fazendas em períodos de colheitas, morava em São Paulo. Assim,

“[...] a família Souza Barros vive como a maior parte das famílias de recursos, como quase todos os grandes fazendeiros, assistindo às procissões religiosas, discutindo política, em meio a festas familiares, durante uma parte do ano, em São Paulo, e, durante o outro período na fazenda que é a fonte de seus amplos recursos financeiros” (Torres, 2010:60).

Morando na casa de sua irmã, ao retornar de Portugal para o Brasil, apaixonou-se pela sua sobrinha (Ilídia Rezende) e casa-se com esta. Tiveram 9 filhos: Ilídia de Souza Whitaker (casada com seu primo João Guilherme de Aguiar Whitaker); Luiza Augusta de Souza Vergueiro (casada com seu primo Joaquim Vergueiro); Francisca de Souza Barros (casada com seu primo Bento Aguiar de Barros); Estevão de Souza Barros casado com Leonor Assumpção Barros); José de Souza Barros (casado com

⁴⁸ “[...] Destinada a premiar civis e militares, nacionais ou estrangeiros que se distinguissem por sua fidelidade à pessoa do Imperador e por serviços prestados ao Estado, apresentava a mais absoluta originalidade - nem palmas de ramos de oliveira, nem folhas de carvalho, mas rosas como as do vestido da linda princesa de 17 anos, de olhos azuis, rosas como a do seu toucado, no retrato enviado a D. Pedro por Barbacena, rosas, as flores prediletas da que seria imperatriz do Brasil por tão pouco tempo” (Torres, 2010:68).

Josefina Dias Aguiar e, depois, com Luiza De La Floret), Francisco de Souza Barros (casado com Francisca Ferraz do Amaral); Amélia Hygina de Souza Barros (casada com seu primo José Manoel de Mesquita); Izabel de Souza Barros (casada com seu primo Bento Francisco de Paula Souza); e Luiz de Souza Barros (falecido sem casar-se).

Viúvo em 1847, casou-se novamente, em 1850, com D. Felicíssima de Almeida Campos, filha do tenente Domingos de Almeida Campos e D. Maria Inácia Leite. Desta união, teve 10 filhos: Maria de Souza Barros (casada com seu primo Antonio Paes de Barros – filho do barão de Piracicaba); Luiz de Souza Barros (sem informações de casamento); Eliza de Souza Barros (casada com Ignácio Xavier Paes de Campos Mesquita); Antonio de Souza Barros (casado com Augusta Loureiro de Souza Barros); Fernando de Souza Barros (casado com sua prima Candia Paes de Barros); Adelina de Souza Barros (sem identificação de casamento); Felicíssima de Souza Barros (sem identificação de casamento); Roberto de Souza Barros (casado com Maria de Camargo); Eugenia de Souza Barros (casada com João Theen); e Antonia de Souza Barros (casada com Carlos Ralston).

Ao analisarmos os casamentos dos filhos do Comendador Luiz Antonio de Souza Barros, é possível notar a permanência de muitos laços de consanguinidade adquiridos e mantidos por membros de sua família. Embora tivesse tido 19 filhos, encontrei a descrição dos cônjuges de apenas 15 de seus filhos. Dos 15 matrimônios realizados por seus filhos, 7 matrimônios foram realizados com parentes – entre primos e primas. Ou seja, quase 50% dos casamentos de seus filhos e filhas foram realizados entre membros de sua própria família. Desses 7 casamentos consanguíneos, 6 eram casamentos de suas filhas com seus primos e 1 casamento foi de seu filho com uma prima. Ou seja, a maioria dos matrimônios consanguíneos recaía sobre as

mulheres. Uma hipótese para esta peculiaridade pode ser explicada pela doação do dote que era costume ser feito aos cônjuges no ato do matrimônio. Deste modo, estes dotes, como já explicado anteriormente, significavam a transferência das riquezas da família para outra. Sendo o casamento realizado entre parentes, esta riqueza continuaria na mesma família. Já para os homens, havia, também, casamentos arranjados, mas como não havia a transferência do dote, conseqüentemente, o casamento dos filhos com mulheres que eram parentes era em número reduzido.

Analisando especificamente o casamento consanguíneo ocorrido entre parentes da família Souza Barros com fazendeiros de café do município de São Carlos, encontramos o matrimônio de Amélia Hygina de Souza Barros (filha do Comendador) com seu primo José Manoel de Mesquita. Este aparece como fazendeiro do município de São Carlos, em 1896, com uma produção de cerca 120.000 Kg de café, quantidade esta considerável para o destaque na produção cafeeira. Este casal teve 4 filhos, sendo Felicíssima de Souza, José Manoel de Mesquita, Gertrudes de Mesquita e Ilídia de Mesquita.

Desta forma, como nos aponta Pareto (Hollanda, 2011), nota-se que há uma circulação dos membros das famílias de elite que assegura o seu equilíbrio, bem como, sua longevidade e reprodução social. Estas famílias vão formando uma minoria seleta (composta por parentes ou por membros de famílias que já pertenciam à elite) e compondo uma oligarquia detentora de poder econômico e político, como Michels (1982) nos apresenta.

Baseando-se nos Quadros 8 e 9, na família Arruda Botelho, temos como exemplo de casamento consanguíneo realizado entre Joaquim Botelho de Abreu Sampaio com Maria Botelho de Abreu Sampaio – filha de Paulino Carlos de Arruda Botelho. Joaquim era filho de Eulália Carolina de Meira, irmã de Paulino Carlos de

Arruda Botelho. Portanto, Joaquim era sobrinho e genro de Paulino Carlos de Arruda Botelho. Com este casamento, além da riqueza permanecer na mesma família, ocorreu a ligação entre a família Arruda Botelho com a Abreu Sampaio.

Analisando agora alguns laços de afinidade, é possível notar o parentesco adquirido entre membros de famílias de elite. O casamento realizado entre Joaquim José de Abreu Sampaio (fazendeiro de 1873) e Maria Botelho de Abreu Sampaio indica que a família Abreu Sampaio e Arruda Botelho se tornaram afins. Maria Botelho era filha de Paulino Carlos de Arruda Botelho e sobrinha do Conde do Pinhal (Antonio Carlos de Arruda Botelho). Consequentemente, este casamento gerou os laços de afinidade entre estas duas famílias de elite. Estas famílias foram consideradas elites, pois Joaquim José de Abreu Sampaio compõe a lista nominativa de fazendeiros de café de 1873, bem como Paulinho Carlos de Arruda Botelho e o Conde do Pinhal. Tanto a família Abreu Sampaio como a Arruda Botelho permanecem como produtoras de café nos anos de 1873, 1896 e 1904. Deste modo, a riqueza é mantida entre estas famílias.

Outro exemplo de afinidade é visto no casamento realizado entre Firmiano de Moraes Pinto e Cândida de Arruda Botelho. Firmiano de Moraes Pinto, embora não tivesse consanguinidade com Cândida de Arruda Botelho, também era membro da elite. A seu respeito, a Genealogia Paulistana (vol. IV:142) nos diz que Firmiano era bacharel em Direito. De acordo com informações colhidas no Quadro 4, seu nome aparece na listagem de fazendeiros de café com uma produção de 375.000 kg de café, ficando na 7ª posição dos maiores produtores de café deste ano em São Carlos. Ocupou diversos e altos cargos políticos, como o de Secretário da Fazenda e Agricultura no ano de 1902, quando o governador de São Paulo era Bernardino de Campos. Também foi Deputado Federal e Secretário da Agricultura do Estado de São

Paulo. Era filho de Antonio José Pinto e de Francisca Miquelina de Moraes. Por sua vez, Cândida de Arruda Botelho (sua esposa) era filha de Antonio Carlos de Arruda Botelho – o Conde do Pinhal. Cândida de Arruda Botelho nasceu no dia 08 de abril de 1868 e se casou em 1886, aos 18 anos de idade. Nota-se, portanto, que ambos cônjuges eram membros da elite. Em 1891, o Conde do Pinhal funda o Banco União de São Carlos e coloca na gerência desse seu genro, Firmiano de Moraes Pinto. Deste modo, é possível notar que os membros “adquiridos” por afinidade também faziam parte dos negócios da família Arruda Botelho.

Dando continuidade aos exemplos de casamentos por afinidade, encontramos o casamento realizado entre o Coronel José de Augusto de Oliveira Salles e Maria Anunciação Camargo Penteado. José Augusto de Oliveira Salles era filho de Estanislau de Campos Salles e de Maria Perpétua de Oliveira Salles. Era primo (por parte de pai) de Manuel Ferraz de Campos Salles – o presidente Campos Salles eleito em 1898 a 1902. Também era primo de Antônio de Pádua Salles – ministro da Agricultura no governo Delfim Moreira (1918 a 1919). Foi fazendeiro de café no município de São Carlos, inicialmente, assumindo a propriedade de seu pai (que aparece na listagem de fazendeiros de 1873) e, nos anos de 1896 e 1904, já aparece como fazendeiro de café depois de adquirir sua própria fazenda. Além disso, também assumiu cargos políticos locais, como o de juiz de paz eleito, vereador (estes cargos serão mais bem descritos no item sobre os cargos políticos). Maria Anunciação Camargo Penteado (ou Maria de Assumpção Camargo ou Maria de Camargo Salles⁴⁹) era, por sua vez, filha de Elias de Camargo Penteado. O pai da noiva aparece na lista

⁴⁹ Nos documentos pesquisados, o nome da filha de Elias de Camargo Penteado aparece com várias denominações. Na Certidão de Nascimento de um dos filhos do casal – Paulo de Camargo Salles, consta o nome Maria de Camargo Salles. Já no livro “Caminhos do Tempo”, encontra-se a denominação de Maria da Anunciação de Camargo Penteado. Em documentos da família Salles (generosamente apresentados para mim por Gina Salles Picchi – bisneta do Coronel José de Augusto de Oliveira Salles), encontra-se a denominação Maria de Assumpção Camargo.

nominativa dos fazendeiros de 1873 (morre em 1879), assumiu cargos de vereador no município. Também era tio do Major José Ignácio de Camargo Penteadado. O noivo José Augusto de Oliveira Salles casa-se com 21 anos e a noiva, Maria Anunciação Camargo Penteadado, casa-se com 12 anos. Nota-se aqui que a noiva era 9 anos mais nova que o noivo. Neste casamento por afinidade, é possível compreender características típicas dos casamentos “arranjados” entre os membros da elite, tais como o casamento com um(a) cônjuge que também fosse da elite, possuindo terras, produção de café, escravos e, geralmente, a noiva era bem mais nova que o noivo, os dotes que seriam transmitidos aos noivos ficariam em famílias que já tinham posses.

Observando, agora, os laços de consanguinidade não adquiridos por meio do casamento, mas sim pelo sobrenome da própria família (incluindo pais, filhos, primos, avós, sobrinhos etc.), temos vários exemplos de famílias dos fazendeiros do município de São Carlos que se mantiveram como elite nos anos de 1873, 1896 e 1904. Iniciarei com o exemplo da família Franco de Lacerda. Em 1873, a sociedade Antonio Franco de Camargo Lacerda & Irmãos destaca-se no Almanaque da Província de São Paulo como sendo produtora de café. Segundo Silva (2011:16),

“[...] A sociedade agrícola Lacerda & Irmãos, segundo o contrato assinado na vila de Araras, foi composta pelos filhos de José de Lacerda Guimarães: os irmãos Antonio Franco de Lacerda, José Franco de Lacerda e Candido Franco de Lacerda. A Lacerda & Irmãos tinha sede na vila de São Carlos do Pinhal, tendo como propriedade social a fazenda Paraíso, no bairro da Babilônia, sendo seu fundo social no montante de 80 contos de réis”.

Nos anos de 1896 e 1904, a família Franco de Lacerda permanece em destaque com a produção cafeeira aparecendo na listagem, em ambos os anos, o nome de Candido Franco de Lacerda. Deste modo, nota-se que esta família permanece nos três anos estudados por esta pesquisa com os irmãos Franco de Lacerda.

Outra família com grande destaque na produção cafeeira do município, nos

anos de 1873, 1896 e 1904, por meio do parentesco entre irmãos, filhos e esposas, é a família Arruda Botelho. Nota-se que o Conde do Pinhal – Antonio Carlos de Arruda Botelho, seu irmão Paulino Carlos de Arruda Botelho e seu irmão Bento Carlos de Arruda Botelho permanecem como fazendeiros em 1873. Por sua vez, em 1896, aparece na listagem dos maiores fazendeiros de café a denominação Conde do Pinhal (Antonio Carlos de Arruda Botelho), do filho do Conde – Carlos José Botelho, de seus irmãos Paulino e Bento Carlos de Arruda Botelho. Em 1904, o nome da Condessa do Pinhal⁵⁰ – Anna Carolina de Mello Oliveira – aparece na listagem de fazendeiros de café, bem como, o da esposa⁵¹ de Bento Carlos de Arruda Botelho (o irmão do Conde) – Maria Izabel de Oliveira Botelho e o nome de seu irmão Paulino Carlos de Arruda Botelho, que permanece presente neste ano.

Outra família que se reproduz como elite nos anos de 1873, 1896 e 1904 é a família Amaral. Em 1873, Carlos Augusto do Amaral aparece na lista nominativa de 1873 como fazendeiro de café. Em 1896, aparece na listagem estatística – nominativa o nome de Viúva Amaral & Filhos com uma produção de cerca de 270.000 kg de café, alcançando a 17ª posição na produção cafeeira. No mesmo ano, seus filhos, Orosimbo Augusto do Amaral e Carlos Alberto do Amaral, destacam-se na produção cafeeira do município de São Carlos, respectivamente, na 22ª (225.000 Kg) e 40ª (120.000 kg) posição no ranking de produção de café em 1896. No ano de 1904, a esposa de Carlos Augusto do Amaral – Anna Luiza do Amaral & Filhos – aparece na 7ª posição da produção de café em arrobas, totalizando a produção de 20.000 arrobas (equivalente a 293.800 kg).

Dando continuidade, temos a família Camargo Penteadado. Elias de Camargo Penteadado aparece como fazendeiro em 1873. Seu sobrinho, o major José Ignácio de

⁵⁰ Em 1904, aparece o nome da Condessa do Pinhal na listagem de fazendeiros de café visto que o Conde do Pinhal falece em 1901.

⁵¹ Bento Carlos de Arruda Botelho – irmão do Conde do Pinhal falece em 1896 com 55 anos.

Camargo Penteado, aparece na listagem estatística-nominativa de fazendeiros de café no ano de 1896 e em 1904. O major José Ignácio ocupou a 25ª posição na produção de café em 1896, alcançando a cifra de 195.000 kg. Já em 1904, o major aparece na 5ª posição dentre os dez maiores proprietários de terra, tendo cerca 1.808 alqueires de terra no município de São Carlos.

Desta maneira, é possível concluir que os fazendeiros de café também mantinham e reproduziam suas riquezas por meio dos laços de parentesco obtidos por intermédio dos casamentos realizados entre seus consanguíneos ou entre seus afins e, também, pelos laços de parentesco gerados pela hereditariedade (pai, filho, neto, bisneto, sobrinho). Com estes vínculos estabelecidos, a garantia da reprodução social das elites, bem como, de um poder articulado entre seus membros estavam relativamente garantidos.

4.3 Análise Detalhada das Famílias com Maior Relevância Econômica.

4.3.1 Principais Fazendeiros Segundo a Área de suas Propriedades

Uma vez que o item 4.2 propriamente define as relações de parentesco entre as famílias, a análise de sua importância econômica, seja pela propriedade de terras seja pela produção de café, é fundamental para se entender que a posse de riquezas garantia às famílias dos fazendeiros a detenção do poder, bem como, sua reprodução social perante a maioria da população. Para esta análise, os principais fazendeiros dos anos 1896 e 1904 podem ser ordenados, em termos de produção ou quantidade de terras, para uma análise mais detalhada. É importante salientar que não existem dados estatísticos para realizar o mesmo para o ano de 1873. Já para o ano de 1896, foi possível coletar a quantidade de produção de café de cada fazendeiro. Porém, os dados mais completos são apresentados para o ano de 1904, visto que Carlos Botelho, filho de Antonio Carlos de Arruda Botelho – o Conde do Pinhal, e então secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, realizou um Censo Agrícola e Estatístico neste mesmo ano em todo o estado. Dando ênfase, nesta pesquisa, às famílias da elite, as análises concentraram-se nas 10 maiores famílias identificadas em 1904. Tendo, portanto, os dados estatísticos, nominativos e os cargos políticos dos fazendeiros de café do município de São Carlos nos anos focados por esta pesquisa, é possível vislumbrar em que grau estas famílias se reproduziram econômica e politicamente ou não nestes anos. As ponderações econômicas serão apresentadas nos próximos parágrafos e as políticas no item a seguir.

Para melhor elucidação, são elencados os fazendeiros seguindo a ordem do Quadro 5c, fazendo-se, na medida da disponibilidade das fontes, as devidas

ponderações que indicam como estes maiores proprietários de terras em 1904 surgiram, se reproduziram e se mantiveram como elites nos anos de 1873, 1896 e 1904.

I – Eliziário Ferreira Penteado & Irmãos

1873: Seu pai – José de Camargo Penteado Filho – era fazendeiro em 1873. Pertence ao tronco da família Camargo Penteado (a mesma do fazendeiro de 1873 – Elias de Camargo Penteado e do major José Ignácio de Camargo Penteado – fazendeiro em 1896 e 1904).

1896: Seu irmão – Antonio Ferreira Penteado – era fazendeiro em 1896. Produziu 150.000 kg de café. Ocupava a posição de 29º produtor de café.

1896: Eliziário Penteado & Irmãos aparecem na quinta posição como maiores produtores de café (375.000 kg).

1904: Eliziário Penteado & Irmãos permanecem como primeiro maior proprietário de terras (5097 alqueires), o quarto maior proprietário de pés de café (479.000) e o quarto maior produtor de café (330.000 kg).

II – Ellis & Netto (genro e sobrinho de Francisco da Cunha Bueno)

1873: Francisco da Cunha Bueno, tio e genro de Alfredo Ellis, aparece como fazendeiro de café.

1896: Surge a denominação da sociedade Bueno Ellis & Netto⁵² (entre Francisco da Cunha Bueno⁵³ e Alfredo Ellis) com uma produção de 750.000 kg de café. Esta quantidade garante a esta sociedade a posição de primeira maior produtora de café do município de São Carlos em 1896.

⁵² A Companhia Cunha Bueno Ellis & Netto foi considerada a maior produtora de café tipo exportação do Brasil de 1881 a 1918. O café de Santa Eudóxia, conhecido internacionalmente como “Saint Eudóxia Coffee”, deu o título de Land Lords of Brazil a Francisco da Cunha Bueno e a Alfredo Ellis, considerados produtores de café de excelente qualidade.

⁵³ Francisco da Cunha Bueno (1829 – 1903) foi tropeiro, fazendeiro, vereador em Rio Claro, chefe do Partido Conservador em São Carlos. Recebeu o título de barão de Itaqueri, Barão de Cunha Bueno e Visconde de Cunha Bueno. Alfredo Ellis (1850 – 1925) foi médico, cafeicultor, deputado federal (1891-1899, 1900-1902) e senador (1903-1905, 1906-1908, 1909-1911, 1912-1915, 1915-1917, 1918-1920, 1921-1923, 1924-1925); e seu filho Alfredo Ellis Jr. (1896 – 1974) foi historiador, sociólogo, ensaísta, promotor público, combatente na Revolução de 1932, deputado estadual (1925-1930, 1934-1937), ocupou a cadeira 18 da Academia Paulista de Letras.

1904: Com sociedade anterior já extinta, Alfredo Ellis (agora denominado Ellis& Netto) aparece como o segundo maior proprietário de terras (3000 alqueires), o primeiro maior proprietário de pés de café (1.000.000) e o primeiro maior produtor de café (675.000 kg).

III – Paulino Carlos de Arruda Botelho & Filhos (irmão do Conde do Pinhal)

1873: Paulino Carlos era fazendeiro de café.

1896: Produz 300.000 kg de café e está na posição de 13º de produtor de café.

1904: É o terceiro maior proprietário de terras do município de São Carlos. Não aparece na escala dos dez primeiros proprietários de pés de café em 1904. Porém, seu genro Joaquim Botelho de Abreu Sampaio (casado com sua prima Maria Botelho de Abreu Sampaio) aparece na sexta posição na produção de café em arrobas (225.000 kg).

IV – Condessa do Pinhal (esposa do Conde do Pinhal – Antonio Carlos de Arruda Botelho)

1873: Antonio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal, aparece como fazendeiro em 1873. Em 1873, seu irmão João Carlos de Arruda Botelho também aparece na listagem como fazendeiro de café.

1896: Viúva Botelho & Filhos (esposa de Bento Carlos de Arruda Botelho) aparece na 22ª posição de produtora de café (225.000kg). Também aparecem na listagem de 1896, Conde do Pinhal na 52ª posição na produção de café. Carlos José Botelho (filho do Conde do Pinhal) aparece na posição 18ª como produtor de café em 1896 (225.000 kg). Paulino Carlos de Arruda Botelho e Bento Carlos de Arruda Botelho (irmãos do Conde do Pinhal) aparecem como fazendeiros em 1873 e em 1896.

1896: Neste ano, Paulino Carlos de Arruda Botelho ocupou a 13ª posição de café (300.000 kg). Os herdeiros de Bento Carlos de Arruda Botelho (falecido em 1896) ocuparam a 26ª posição na produção de café (180.000 kg). Também havia a sociedade Botelho & Irmãos, em 1896, que produziu 150.000 kg de café.

1904: Paulino Carlos de Arruda Botelho é o terceiro maior proprietário de terras do município de São Carlos. Não aparece na escala dos dez primeiros proprietários de pés de café em 1904. Porém, seu genro Joaquim Botelho de Abreu Sampaio (casado

com sua prima Maria Botelho de Abreu Sampaio) aparece na sexta posição na produção de café, produzindo 330.000 kg.

IV – José Ignácio de Camargo Penteado (sobrinho de Elias de Camargo Penteado)

1873: Elias de Camargo Penteado, que é tio do major (Elias é irmão de seu pai), é fazendeiro em 1873.

1896: José Ignácio de Camargo Penteado é fazendeiro e aparece na 24ª posição da produção de café (195.000 kg). Seu irmão – Theodoro Leite de Almeida Camargo – aparece na 23ª posição de produção de café em 1896 (210.000 kg).

1904: José Ignácio de Camargo Penteado aparece na quinta posição dos maiores proprietários de terra (1808 alqueires), mas não aparece entre os dez maiores produtores de café no ano de 1904.

VI – José Augusto de Oliveira Salles (genro de Elias de Camargo Penteado e parente do major José Ignácio de Camargo Penteado – sobrinho de Elias)

1873: José Augusto de Oliveira Salles não aparece como fazendeiro de café. Porém, seu sogro Elias de Camargo Penteado está na lista nominativa de fazendeiros de café de 1873. Por certo, também tinha um laço de parentesco com o major José Ignácio de Camargo Penteado, visto que este era sobrinho de seu sogro.

1896: Seu pai – Estanislau de Campos Salles – aparece na terceira posição na produção de café em 1896 (525.000kg).

1896: José Augusto de Oliveira Salles aparece na 44ª posição de produtor de café (120.000 kg).

1904: José de Augusto de Oliveira Salles aparece na sexta posição de maior proprietário de terras (1333 alqueires). Aparece, em 1904, na terceira posição de maior proprietário de pés de café e, também, na terceira posição como produtor de café (600.000 kg).

VII – Maria Izabel de Oliveira Botelho & Filhos (esposa de Bento Carlos de Arruda Botelho – irmão do Conde do Pinhal. Era neta do Visconde de Rio Claro, portanto, era sobrinha da esposa do Conde do Pinhal).

1873: Seu marido Bento Carlos de Arruda Botelho aparece como fazendeiro de café.

1896: Bento Carlos de Arruda Botelho e herdeiros aparece na 26ª posição na produção de café (180.000 kg).

1904: A esposa de Bento Carlos – Maria Izabel de Oliveira Botelho & Filhos – aparece na sétima posição de maior proprietária de terras (1333 alqueires). Mas não está entre os dez maiores produtores de café.

VIII – Procópio Carlos Botelho (filho e herdeiro de João Carlos de Arruda Botelho – irmão do Conde do Pinhal).

1873: Seu pai – João Carlos de Arruda Botelho – aparece como fazendeiro de café.

1896: Nem seu nome nem o nome de seu pai foram encontrados dentre os 55 primeiros em 1896. Ele aparece na 90ª (de uma listagem de 348 nomes de fazendeiros) posição de produtor de café (60.000 kg). Porém, a família Arruda Botelho domina a produção de café, bem como, a posse de terras em São Carlos.

1904: Procópio Carlos Botelho aparece na oitava posição de maior proprietário de terras (1300 alqueires). Porém, não aparece entre os dez maiores proprietários de pés de café em 1904 nem entre os dez maiores produtores de café em 1904.

XIX – Antonio Moreira de Barros (genro do Conde do Pinhal – casado com Eliza Maria Botelho – filha do Conde)

1873: Não aparece na listagem de fazendeiros de café. Porém, a família Arruda Botelho (família de sua esposa) aparece na listagem nominativa de 1873.

1896: É o segundo maior produtor de café (600.000 kg). Antonio Moreira de Barros casa-se com a filha do Conde em 1889. Antes disso, ele não tinha nenhuma expressividade na produção de café no município.

1904: Ocupa a nona posição entre os maiores proprietários de terra (1275 alqueires). Ocupa a segunda posição entre os maiores proprietários de pés de café (764.750). Ocupa a segunda posição entre os dez maiores produtores de café (630.000 kg).

X – Francisco Domingos de Sampaio (ligado às famílias Paes de Barros, Arruda Botelho).

(Era casado com Anna Miquelina. A mãe de sua esposa chamava-se Anna Miquelina Paes de Barros (portanto, pertencia à família Paes de Barros). O pai de sua esposa chamava-se José Ferraz de Arruda. Desta maneira, Francisco Domingos de Sampaio tinha ligações com a família Paes de Barros e com a família Arruda Botelho. Além disso, a neta (Ida de Arruda Botelho Lancia) do irmão do Conde – João Carlos de Arruda Botelho, casou-se com Francisco de Sampaio Leite, que era filho de Francisco

Domingos de Sampaio. Portanto, Francisco Domingos de Sampaio tem parentesco por afinidade com a família Arruda Botelho.

1873: Vários fazendeiros da família Arruda Botelho aparecem no ano de 1873.

1896: Francisco Domingos de Sampaio aparece na 29ª posição na produção de café (180.000 kg).

1904: Aparece na décima posição como maior proprietário de terras (1200 alqueires). Porém, seu nome não aparece dentre os maiores proprietários de pés de café nem dentre os maiores produtores de café.

Por fim, é interessante observar que, analisando a listagem dos dez maiores proprietários de terras do município do ano de 1904, é possível afirmar que a família Arruda Botelho domina, também, a produção local de café. De um total de 10 maiores fazendeiros produtores de café, 3 pertencem à família Arruda Botelho, sendo eles, Antonio Moreira de Barros (cunhado do Conde), Joaquim Botelho de Abreu Sampaio (cunhado do Conde) e Affonso Botelho de Abreu Sampaio (sobrinho do Conde). Após esta família, a Camargo Penteado ostenta grande produção de café, tendo 2 membros (Eliziário Penteado & Irmãos e José Augusto de Oliveira Salles) dentre os dez maiores produtores de café do município de São Carlos em 1904.

O fazendeiro Ellis & Netto, além de possuir a maior quantidade de terras do município de São Carlos em 1904, também é o maior produtor de café, alcançando a quantia de 675.000 kg de café.

4.3.2 Fazendeiros Agrupados em Famílias

Ao analisarmos os dez maiores proprietários de terra descritos anteriormente, é possível observar que, das famílias mais importantes em relação à propriedade de terras, vários nomes da mesma família aparecem na mesma listagem. Por exemplo, de um total de dez fazendeiros mais importantes do município de São Carlos em 1904, seis pertencem à família Arruda Botelho. Desta forma, o Quadro 10 abaixo foi montado, agrupando os integrantes das principais famílias. A análise foi feita para o ano de 1904, pela existência de mais dados. Este agrupamento não é preciso, visto que existem muitas relações de parentesco entre famílias e, assim, não é possível fazer uma divisão precisa se um fazendeiro pertence à família A ou B. É o caso da família Sampaio, que, por estar muito próxima, foi considerada juntamente com a Arruda Botelho. Porém, este levantamento nos apresenta um panorama plausível.

Quadro 10: Famílias agrupadas, produção de café e quantidade de terras para o ano de 1904.

Famílias	Produção de café (Kg)	Terras (ha)	% Produção Total
Arruda Botelho	3.226.200	12.369	19,6%
Salles & Penteado	1.909.500	10.306	11,6%
Souza Barros	1.365.000	2.298	8,3%
Ellis & Netto	675.000	3.000	4,1%
Amaral	570.000	703	3,5%
Araujo Cintra	502.500	1.659	3,1%
de Paula	490.500	1.089	3,0%
Toledo França	480.000	925	2,9%
Araujo	375.000	618	2,3%
Banco	322.500	727	2,0%
Campos	270.000	685	1,6%
Souza Campos	270.000	373	1,6%
D'Oliveira	262.800	1.514	1,6%
Camargo & F.	255.000	320	1,6%
TOTAL	10.974.000	36.585	67%

Detalhes para as 5 primeiras famílias, que representam quase 50%

Famílias	Produção de café (Kg)	Terras (ha)	% Produção Total
Arruda Botelho	3.226.200	12.369	19,6%
Antonio Moreira de Barros (Dr.)	630.000	1.275	3,8%
Affonso Botelho de Abreu Sampaio	300.000	301	1,8%
Joaquim Botelho de Abreu Sampaio	300.000	900	1,8%
Carvalho Sampaio & C.	240.000	456	1,5%
Maria I. de O. Botelho & F. (D.)	225.000	1.333	1,4%
Francisco Domingues de Sampaio	225.000	1.200	1,4%
Antonio de A. Botelho	180.000	200	1,1%
Procopio Carlos Botelho	180.000	1.300	1,1%
Condessa do Pinhal	150.000	2.035	0,9%
Carlos José Botelho (Dr.)	120.000	228	0,7%
Frutuoso C. Arruda Botelho	120.000	288	0,7%
Paulino Carlos & Filhos	120.000	2.230	0,7%
Raphael Sampaio Vidal (Dr.)	120.000	195	0,7%
Joaquim Manoel de Sampaio	120.000	148	0,7%
José Rodrigues Sampaio	105.000	70	0,6%
João Monteiro A. Sampaio	60.000	149	0,4%
Francisco de Sampaio Leite	22.500	19	0,1%
Leite, Irmão & Arruda	4.500	15	0,0%
José Carlos de Arruda Pinto	3.000	4	0,0%
Maria Jacintha M. Botelho	750	16	0,0%
Luiz Carlos de Arruda Mendes	450	8	0,0%
Salles & Camargo Penteado	1.909.500	10.306	11,6%
José Augusto de Ora Salles (Cel.)	600.000	1.333	3,6%
Elizario Penteado & Irmãos	330.000	5.097	2,0%
José de Camargo Penteado (herdeiros)	150.000	550	0,9%
João Manoel de C. Penteado	135.000	96	0,8%
José de Camargo Penteado	135.000	93	0,8%
Reginaldo de Salles	120.000	548	0,7%
Elizario Camargo Penteado	105.000	250	0,6%
Julio de Salles	105.000	120	0,6%
José Ignacio de C.go Penteado	90.000	142	0,5%
Eliza de Salles Malta	60.000	158	0,4%
Alberto Ferreira Penteado	45.000	35	0,3%
Sebastião de Salles Cunha	22.500	41	0,1%
Delfino Penteado & Cunhados	12.000	36	0,1%
José Ignacio de C. Penteado	0	1.808	0,0%
Barros	1.365.000	2.298	8,3%
Irmãos Barros & Magalhães	315.000	480	1,9%
Felicíssima de Campos Barros (D.)	300.000	385	1,8%
Victor Leite de Barros	270.000	184	1,6%
Bento Paes de Barros (Dr.)	180.000	249	1,1%
Luiz Teixeira de Barros	180.000	660	1,1%
Antonio de Barros (Dr.)	120.000	340	0,7%
Ellis & Netto	675.000	3.000	4,1%
Ellis & Netto	675.000	3.000	4,1%
Amaral	570.000	703	3,5%
Anna Luiza do Amaral & F. (D.)	300.000	200	1,8%
Souza Queiroz Amaral & C.	82.500	189	0,5%
Carlos Alberto do Amaral	75.000	70	0,5%
Queiroz Amaral & C.	45.000	162	0,3%
José Augusto do Amaral Silva	30.000	21	0,2%
Vicente do Amaral Silva	22.500	40	0,1%
José A. Amaral Silva	15.000	21	0,1%
Vicente do Amaral Silva	1500	40	0,1%

A primeira família a se destacar é a Arruda Botelho, sendo que seis de seus integrantes aparecem individualmente como maiores produtores. São eles: Paulino Carlos & Filhos (irmão do Conde do Pinhal), Condessa do Pinhal (esposa do Conde), Maria Izabel de Oliveira Botelho & Filhos (cunhada do Conde), Procópio Carlos Botelho (sobrinho do Conde) e Antonio Moreira de Barros (genro do Conde). Com muitas relações de parentesco e afinidade, encontra-se a família Sampaio, que foi também classificada aqui como parte da Arruda Botelho. Por exemplo, Francisco Domingos de Sampaio era pai do marido da neta do irmão do Conde. Além disso, em relação à produção de café, alguns fazendeiros que não estavam na listagem de maiores proprietários de terras se apresentaram como os maiores produtores de café. É o caso de Joaquim Botelho de Abreu Sampaio e Affonso Botelho de Abreu Sampaio. Ambos são parentes do Conde do Pinhal, sendo o primeiro cunhado do Conde e o segundo era seu sobrinho.

A família também está presente a rigor desde a sesmaria adquirida por Carlos Bartholomeu de Arruda, em 1786, até 1904 como fazendeiros de café. Joaquim Botelho de Abreu Sampaio teve uma produção de 300.000 kg de café em 1896 e a mesma quantidade em 1904. Em ambos os anos, este fazendeiro constou entre os dez primeiros maiores produtores de café. Affonso Botelho de Abreu Sampaio apresenta uma produção de 270.000 kg de café em 1896 e de 300.000 kg de café em 1904. Aparece na 14ª posição na produção de café em 1896 e na nona posição em 1904.

Também foi possível observar que, desde 1873, período mais remoto que se tem informações nominativas, passando pelo ano de 1896 e 1904 (estes dois últimos anos já com informações estatísticas e nominativas), a família está presente em todos estes períodos. Sendo assim, é possível concluir que a família Arruda Botelho se

reproduz por meio dos laços de consanguinidade, de afinidade, como também pelo domínio econômico no município de São Carlos durante o período de 1873 a 1904.

Em seguida, temos a família Camargo Penteado e Oliveira Salles. Só para lembrar, estas duas famílias tinham laços de parentesco por afinidade, visto que José Augusto de Oliveira Salles casou-se com a filha de Elias de Camargo Penteado, que era tio do major José Ignácio de Camargo Penteado. Devido a estes laços, agrupei as duas famílias como sendo a segunda família que mais se apresenta em relação aos dez maiores proprietários de terras em São Carlos no ano de 1904. Ou seja, dos dez maiores proprietários de terras em São Carlos no ano de 1904, três pertenciam à família Camargo Penteado e Oliveira Salles, sendo eles: Eliziário Ferreira Penteado, José Ignácio de Camargo Penteado e José Augusto de Oliveira Salles. Não foi possível identificar qual o grau de parentesco ou qual o ancestral em comum entre Eliziário Ferreira Penteado e o major José Ignácio de Camargo Penteado.

Já a fazendeira Felicíssima de Campos Barros é a esposa do Comendador Luiz Antonio de Barros. A família também está presente na lista de fazendeiros de café desde 1873 a 1904. Em 1896, produz 270.000 kg de café, ficando na 19ª posição dos produtores de café. Já em 1904, está entre os dez maiores produtores de café, permanecendo na oitava posição, com 300.000 kg de café. Não foram encontradas informações sobre os Irmãos Barros & Magalhães. Não foi possível obter dados sobre os integrantes desta sociedade e a genealogia desses.

Em menor número, porém não em menor importância, está a família de Ellis & Netto. Era representada, no ano de 1904, pelo fazendeiro Alfredo Ellis – sobrinho (maior fazendeiro individual), genro e sócio de Francisco da Cunha Bueno. Desde 1873, esta família aparece como produtora de café e, nos anos de 1896 e 1904, é a família com a maior produção de café do município de São Carlos. A sobressalência

econômica foi um dos fatores que garantiu a recepção e a hospedagem do imperador D. Pedro II no palacete⁵⁴ de Francisco da Cunha Bueno, no ano de 1886, no município de São Carlos; além disso, cita-se a concessão de títulos de barão e visconde.

Já a fazendeira Anna Luiza do Amaral & Filhos era esposa do fazendeiro Carlos Augusto do Amaral. Ele aparece como fazendeiro em 1873. Em 1896, aparece na lista nominativa e estatística o nome de Viúva Amaral & Filhos na 16ª posição na produção de café, gerando 270.000 kg de café neste ano. Em 1896, quanto a seus filhos: Orosimbo Augusto do Amaral tem uma produção de 225.000 kg de café (ficando na 21ª posição) e Carlos Alberto do Amaral produz 120.000 kg de café neste ano, alcançando a 39ª posição na produção das fazendas do município. Já em 1904, sob a denominação Anna Luiza do Amaral & Filhos, apresenta uma produção de 300.000 kg, ficando entre os dez maiores produtores de café alcançando a décima posição.

Algumas exceções a estas cinco famílias são observadas, como o fazendeiro João Evangelista de Toledo. Ele aparece em destaque na sétima posição (300.000 kg) da produção de café em 1904, aparece na 31ª posição em 1896 (com 150.000 kg de café) e não está na listagem nominativa de 1873. Ou seja, tipicamente, seria um novo produtor que veio a São Carlos entre 1873 e 1896, não estando presente desde o surgimento do município.

Mesmo assim, é possível afirmar que as cinco grandes famílias dominam tanto a quantidade de terras quanto a produção de café no ano de 1904 em São Carlos, sendo elas a família Arruda Botelho (incluindo Sampaio), Camargo Penteado & Salles, a família Barros, Ellis & Netto e a família Amaral.

⁵⁴ O palacete Visconde da Cunha Bueno localiza-se na Rua 13 de Maio nr. 2319 (na esquina com a Rua Dom Pedro II). Atualmente, o palacete abriga a Sociedade São Vicente de Paula. Segundo informações colhidas no site da Fundação Pró-Memória de São Carlos, este edifício foi declarado como sendo de interesse histórico e cultural. Porém, ainda não está em processo de tombamento histórico. (www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br - acessado dia 2012/14).

Ou seja, grande parte da riqueza do município de São Carlos estava concentrada nas “mãos” de poucas famílias. Sendo assim, é possível concluir que uma minoria detém o poder efetivo, como dito por Mosca, Pareto e Michels no município de São Carlos durante os anos de 1873 a 1904. O atributo econômico, riqueza, contribuía para a monopolização do poder de um pequeno número de fazendeiros sobre um grande número de pessoas (escravos, trabalhadores livres etc.).

Embora o atributo econômico fosse comum aos membros da elite, é imprescindível destacar que havia uma disputa política em nível local entre os fazendeiros do município de São Carlos. Basicamente, a família Arruda Botelho, liderando o Partido Liberal, irá dominar a política local por meio do revezamento de seus membros até 1873. A partir deste ano, o partido Conservador inicia uma participação mais ativa na política local e vence, pela primeira vez, a eleição contra a oligarquia Arruda Botelho (Kerbaui, 1979). A este respeito, Braga (1894) explica que esta vitória dos conservadores foi possível graças ao descontentamento de um grande número de liberais em relação à direção dada aos negócios públicos locais.

Abordando sobre os mecanismos eleitorais utilizados no município de São Carlos, Braga (1894) explana que a eleição era indireta e a maioria dos votantes era analfabeta e, no período das eleições, eram retirados de seus lides da roça para votarem. Davam-lhe uma roupa sendo que “[...] o casaco longo e largo, não raro contrastava com os sapatos, curtos e apertados” (Braga, 1894:XXVI), ou seja, vestiam este pobre roceiro a fim de garantir o seu voto e utilizavam da violência tanto física quanto simbólica para atingir este fim. Sobre a realização das eleições no município de São Carlos, em 1873, Braga (1894:XXVII) descreve que:

“Três dias durava a chamada dos votantes; e, durante as noites intermediárias, as urnas recebiam a honraria de uma guarda,

permanente e armada, que as espreitasse de assalto possível da parte de agentes da facção derrotada. O votante caboclo era tutelado como preciosidade: se saía à rua, era acompanhado por pessoa que não permitisse à cabala do adversário enredar o ingênuo camponês. Cada partido tinha o quartel-general de suas forças: o do liberal, no prédio em que agora funciona o Banco União de São Carlos, o do conservador, ou da liga, o atual dos herdeiros de Carlos A. Amaral, à rua de São Carlos, esquina com o largo da matriz. A essas casas de hospedagem da caboclada rústica chamava o vulgo – viveiros – para elas eram enviados na véspera da eleição diversos contingentes que o esforço de cada chefe conseguira reunir”.

O partido Conservador ganha força no município de São Carlos a partir de 1910 sob o comando do major José Ignácio de Camargo Penteado. A partir de 1914, Elias de Camargo Salles – filho do Coronel Salles, irá representar a facção política adversária à corrente botelhistas. Elias de Camargo Salles (corrente sallista) irá dominar o poder político local até 1921. Neste ano, os Arruda Botelho conseguem eleger, para o Poder Executivo, o Dr. Teixeira de Barros e a política do município de São Carlos volta para as mãos dos botelhistas, saindo destas somente após a Revolução de 30.

Ambas as facções políticas do município de São Carlos, liberais e conservadores, eram militantes do PRP – Partido Republicano Paulista⁵⁵ (Kerbaux, 1979). Deste modo, nota-se que, embora houvesse uma disputa política em nível local, esta era uma disputa intraelite. Ou seja, entre as elites, havia nítidas diferenças políticas, mas, em ambos os partidos, os coronéis, representantes das oligarquias locais, monopolizavam o poder político local e forçavam o eleitor a votar em seus candidatos a vereadores e prefeitos (intendentes). Além disso, indicavam e nomeavam juízes de paz, promotores públicos, delegados e chefes de polícia fortalecendo os vínculos e os favoritismos.

⁵⁵ Antonio Carlos de Arruda Botelho (o Conde do Pinhal) era liberal e monarquista. Seus irmãos, Paulino Carlos e Bento Carlos, eram republicanos. Antonio Carlos era um defensor do Império, tendo recebido os títulos de barão, visconde e conde. Após a Proclamação da República, em 1889, o Partido Liberal mantém suas forças em São Carlos e, mesmo após a morte de Antonio Carlos (1901), os liberais e republicanos preponderam na cena política local.

Pautando-se na ideia de Mosca de que sempre há uma razão para o exercício do poder político pelo grupo dominante, é legítimo afirmar que, para os fazendeiros do município de São Carlos, a razão de domínio deste grupo era manter-se no poder, incentivando o protecionismo ao café e, conseqüentemente, sua permanência como grupo dominante econômica e politicamente. Nota-se, também, assim como nos apresenta Mosca e Pareto, a existência de uma ambigüidade no que tange o exercício das decisões políticas em um regime democrático. Isso porque quem domina, na verdade, é um grupo restrito de pessoas. No caso de São Carlos, os fazendeiros de café.

Pelos dados mostrados nos itens 4.3.1 e 4.3.2, das análises dos cafeicultores individuais e das famílias consolidadas, conclui-se, portanto, que, durante os anos de 1873, 1896 e 1904, a elite econômica do município de São Carlos não se altera, mesmo com todas as mudanças políticas e econômicas, tais como a extinção do tráfico negreiro, a abolição da escravidão, a imigração, a proclamação da República. A elite local apresenta uma capacidade de adaptação a estas novas mudanças que lhe permite continuar se reproduzindo, e se mantendo detentora do poder econômico e político garantido pela produção e comercialização do café.

4.4 Fazendeiros de Café de São Carlos nos Anos de 1873, 1896 e 1904: Cargos Políticos, Patentes da Guarda Nacional e Títulos Nobiliárquicos.

Com o intuito de analisar se a elite econômica confunde-se ou não com a elite política do município de São Carlos, os dados dos Quadros 3, 4 e 5 serão, novamente, utilizados.

Para o ano de 1873, como já citado, consta uma lista nominativa com 55 fazendeiros. Destes, temos um total de 29 fazendeiros com alguma participação política como juiz de paz, vereador, intendente, deputado federal, senador, presidente da Câmara e chefe do partido Conservador. Deste total, 12 fazendeiros exerceram apenas um cargo político, durante apenas uma legislatura, e 17 exerceram dois ou mais cargos políticos, em diferentes legislaturas.

Fazendo uma análise mais específica dos cargos políticos exercidos pelos fazendeiros, descritos no Quadro 3, exclusivamente no município de São Carlos como vereadores, temos a seguinte configuração política. De um total de 55 fazendeiros descritos em 1873, 14 exerceram cargo de vereador no município de São Carlos em diferentes períodos. O Quadro 11 abaixo sintetiza esta elite econômica e, conjuntamente, política no município de São Carlos no ano de 1873.

Quadro 11: Elite econômica de 1873: vereadores em São Carlos.

1873: Elite econômica e Elite política	
Fazendeiro/vereadores locais	Legislatura
Antonio Franco de Camargo Lacerda	1877-1881
Aurélio Sivatti	1887-1890, 1891
Bento Carlos de Arruda Botelho	1891
Bento Luis de França	1869-1874
David Ferreira de Camargo	1874-1877
Elias de Camargo Penteado	1865-1869
Jeronymo Franco de Arruda	1874-1877
João Baptista de Siqueira Serra	1865-1869, 1869-1874, 1881-1883
Joaquim Roberto Rodrigues Freire	1865-1869, 1877-1881
José Alves Delfino	1874-1877
José Eufrosino da Silva	1865-1869
Manoel José de Mesquita Jr.	1877-1881
Paulino Carlos de Arruda Botelho	1923-1926
Theodoro de Camargo Penteado	1869-1874, 1874-1877
Victor Augusto de Oliveira	1865

Em relação às patentes da Guarda Nacional⁵⁶, para o ano de 1873, temos um total de 15 fazendeiros possuidores de patentes da Guarda Nacional e um possuidor de patente da polícia civil. Destes, dois eram coronéis – Antonio Carlos de Arruda Botelho e João Franco de Moraes Octavio, três tenentes-coronéis – Francisco da Cunha Bueno, Paulino Carlos de Arruda Botelho, dois majores – João Baptista de Arruda, Joaquim Roberto Rodrigues Freire, seis capitães-mor – Antonio Vicente da Silveira, Floriano de Camargo Penteado, João Carlos de Arruda Botelho, José de Camargo Penteado, José Gonçalves de Araújo Bueno, um alferes – Francisco de Paula Camargo, um Comendador – Luiz Antonio de Sousa Barros, e um subdelegado – Manoel José de Mesquita Júnior. No contexto das patentes da Guarda Nacional e civis, ainda é interessante observar que, do total de 16 fazendeiros, observa-se que dois possuíam uma patente da Guarda Nacional e uma patente civil. É o caso de Antonio Carlos de Arruda Botelho, que foi coronel e delegado de polícia, e de João Carlos de

⁵⁶ Nesta contagem inicial, foi considerada a patente do mais alto posto da Guarda Nacional. Porém, se o fazendeiro tivesse sido coronel e tenente-coronel, foi contabilizado o posto de coronel, visto que este é o mais alto posto da hierarquia da Guarda Nacional. Quando digo que alguns fazendeiros possuíam duas ou mais patentes não significa as tinham ao mesmo tempo, mas que, entre os anos de 1873 e 1896, estes possuíam estas patentes em algum momento de sua carreira militar.

Arruda Botelho, que foi Capitão e delegado de polícia. O total de dez fazendeiros possuía apenas uma patente da Guarda Nacional. Estes fazendeiros são representados por Antonio Vicente da Silveira (capitão), Bento Paes de Barros (capitão), Floriano de Camargo Penteado (capitão), Francisco da Cunha Bueno (tenente-coronel), Francisco de Paula Camargo (alferes), João Baptista de Arruda (major), João Franco de Moraes (capitão), Joaquim Roberto Rodrigues Freire, José de Camargo Penteado (capitão), e José Gonçalves de Araújo Bueno (capitão). O total de dois fazendeiros possuía duas patentes da Guarda Nacional, dentre eles, Joaquim José de Abreu Sampaio (tenente e coronel) e Luiz Antonio de Sousa Barros (Comendador e Brigadeiro). Havia, também, um fazendeiro, que galgou, ao longo dos anos, três patentes da Guarda Nacional e uma civil, este é o caso de Paulino Carlos de Arruda Botelho. Além destes, havia um fazendeiro detentor de uma patente civil, sendo este representado por Manoel José de Mesquita Júnior.

No tocante à titulação nobiliárquica do ano de 1873, temos quatro fazendeiros de café possuidores de algum título de nobreza. Deste total, apenas um foi detentor de três títulos nobiliárquicos. Este era representado por Antonio Carlos de Arruda Botelho, que recebeu o título de barão do Pinhal, visconde do Pinhal e conde do Pinhal. Francisco da Cunha Bueno representa o fazendeiro da listagem nominal de 1873, com dois títulos nobiliárquicos, sendo o de barão de Itaqueri ou barão Cunha Bueno e o de visconde Cunha Bueno. Com apenas um título nobiliárquico, temos os fazendeiros Bento Paes de Barros (1º barão de Itu) e Estevão de Sousa Barros (Conde Barros).

O Quadro abaixo, sistematiza, para o ano de 1873, a quantidade de fazendeiros possuidores de cargos políticos, patentes da Guarda Nacional e títulos nobiliárquicos.

Quadro 12: Fazendeiros de 1873: cargos políticos, patentes da Guarda Nacional e títulos nobiliárquicos

Fazendeiros	Ano 1873			
	Cargo Político	Patente Militar	Patente Civil	Título Nobiliárquico
29	x			
15		x		
1			x	
4				x

Para o ano de 1896, como já citado, consta uma lista nominativa com 54 fazendeiros de café. Destes, temos um total de 17 fazendeiros com alguma participação política como juiz de paz, vereador, intendente, deputado federal, senador, presidente da Câmara, chefe do partido Conservador. Deste total, seis fazendeiros exerceram apenas um cargo político durante apenas uma legislatura e 11 exerceram dois ou mais cargos políticos em diferentes legislaturas.

Para o mesmo ano, temos o seguinte cenário relacionado ao exercício do cargo de vereador por fazendeiros locais. De um total de 54 fazendeiros descritos em 1896, 14 exerceram cargo de vereador no município de São Carlos em diferentes períodos. O Quadro 13 abaixo sintetiza esta elite econômica e, conjuntamente, política no município de São Carlos no ano de 1896.

Quadro 13: Elite econômica de 1896: vereadores em São Carlos

1896: Elite econômica e Elite política	
Fazendeiro/vereadores locais	Legislatura
Paulino Carlos de Arruda Botelho	1923-1926
Affonso Botelho de A. Sampaio	1905-1908
Orosimbo Augusto do Amaral	1881-1883
Theodoro Leite de Almeida Camargo	1865-1869, 1874-1877
José Ignácio de Camargo Penteado	1887-1890
Aurélio Civatti	1887-1890, 1891
Francisco de Paula Novaes	1890-1891
Joaquim José Gonçalves Braga	1892-1895
Julio de Salles	1895-1898
Raphael de Abreu Sampaio Vidal	1899-1901
José Augusto de Oliveira Salles	1898-1902, 1908-1911, 1911-1914
José Manoel de Mesquita	1877-1881
Elisário Ferreira Penteado	1898-1902
José de Araújo Cintra	1891-1895, 1898-1902, 1908-1911

Em relação às patentes, para o ano de 1896, temos um total de sete fazendeiros possuidores de patente da Guarda Nacional, dois possuidores de patente da polícia civil, e um detentor de uma patente da Guarda Nacional e uma patente civil, respectivamente. Dos sete fazendeiros com uma patente da Guarda Nacional, quatro deles tinham apenas uma patente da Guarda Nacional, sendo os seguintes: Elisiário Penteado (major), Júlio de Salles (major), José Augusto de Oliveira Salles (coronel), Joaquim Araújo Cintra (major); três possuíam duas patentes da Guarda Nacional, sendo representados por Joaquim Manoel Alves (tenente-coronel e comendador) e Paulino Carlos de Arruda Botelho (tenente-coronel e capitão). Os fazendeiros Theodoro Leite de Almeida Camargo e Francisco de Paula Novaes tiveram uma patente civil, sendo esta a de delegado de polícia da cidade. Já o fazendeiro José Ignácio de Camargo Penteado foi major e delegado de polícia, acumulando, assim, uma patente da Guarda Nacional e uma civil.

A seguir, o Quadro reproduz os dados descritos acima.

Quadro 14: Fazendeiros de 1896: cargos políticos e patentes da Guarda Nacional e/ou Civil

Fazendeiros	Cargo Político	Ano 1896	
		Patente Militar	Patente Civil
17	x		
7		x	
2			x
1		x	x

No ano de 1904, temos a listagem com os nomes dos dez principais proprietários de terras e produtores de café no município de São Carlos. Dentre os dez maiores proprietários de terras, é possível observar que cinco fazendeiros exerceram cargos políticos e cinco não exerceram nenhum cargo político. Entre estes cinco que não exerceram cargos políticos, três possuem familiares que exerceram vários cargos

políticos. Um exemplo típico deste caso é o da Condessa do Pinhal que, embora isenta de cargos políticos, seu marido – o Conde do Pinhal – exerceu muitos cargos políticos em nível local, estadual e nacional (como já descritos no Quadro 3). Desta forma, o número reduzido de fazendeiros com cargos políticos em 1904 pode ser explicado pela denominação de parentes (esposa, filho, pai) na listagem nominativa dos fazendeiros devido à morte do proprietário. Não foram encontrados dados políticos referentes aos fazendeiros Procópio Carlos Botelho (sobrinho do Conde) e Francisco Domingos de Sampaio.

Analisando os dez maiores proprietários de terras, abordados no Quadro 5c, observa-se que quatro deles foram vereadores municipais. Já entre os dez maiores produtores de café, descritos no Quadro 5b, dois exerceram o cargo de vereador no município de São Carlos. O Quadro 15 abaixo sintetiza a participação esta elite econômica, descrita para o ano de 1904, na política local. É válido notar que dois grandes produtores de café (1904) que possuíram cargo político municipal também estão entre os maiores proprietários de terras de 1904.

Quadro 15: Elite econômica de 1904: vereadores em São Carlos

1904: Elite econômica e Elite política	
Maiores proprietários/vereadores locais	Legislatura
Elisiário Penteado	1898-1902
Paulino Carlos de Arruda Botelho	1923-1926
José Ignácio de Camargo Penteado	1887-1890
José Augusto de Oliveira Salles	1898-1902,1908-1911, 1911-1914
Maiores produtores/vereadores locais	Legislatura
José Augusto de Oliveira Salles	1898-1902,1908-1911, 1911-1914
Elisiário Penteado	1898-1902
Affonso Botelho de Abreu Sampaio	1905-1908

Observando as patentes da Guarda Nacional dos maiores proprietários de terras de 1904, foi possível encontrar três grandes proprietários de terras do município de São Carlos detentores de patentes, sendo que dois eram coronéis (Paulino Carlos

de Arruda Botelho) e um era major (José Ignácio de Camargo Penteado).

Prosseguindo com as análises, foi possível verificar que, dentre os dez maiores produtores de café do município de São Carlos em 1904, quatro deles exerceram e tiveram cargos políticos. Destes, dois tiveram cargos políticos em nível estadual e federal, como é o caso de Alfredo Ellis e Paulino Carlos de Arruda Botelho. Também averiguou-se que, dentre os seis maiores produtores que não exerceram nenhum cargo político, três deles tinham parentes (sogro, pai, marido) que, quando vivos, exerceram cargos políticos municipais, estaduais e federais.

O quadro abaixo sistematiza os dados descritos acima para melhor compreensão e visualização.

Quadro 16: Fazendeiros de 1904: cargos políticos e patentes da Guarda Nacional

Fazendeiros (10 maiores proprietários)	Ano 1904	
	Cargo Político	Patente da Guarda Nacional
5	x	
3		x

Fazendeiros (10 maiores produtores)	Ano 1904	
	Cargo Político	Patente da Guarda Nacional
4	x	
3		x

Importante também é comparar os três anos estudados em termos gerais. Para o ano de 1873, mais da metade de todos os fazendeiros teve alguma participação política e cerca de 25% possuíam patentes (civis ou da Guarda Nacional). Em nível municipal, tivemos cerca de 25% de participação destes fazendeiros, ou seja, desta elite econômica na política local. Para 1896, um em cada três dos mais relevantes fazendeiros (produção até 90.000 kg) possuiu cargos políticos. Em nível local, os fazendeiros representaram cerca de 26% dos cargos de vereadores no município. Cerca de 20% possuíam patentes. Já para 1904, a análise dos dez maiores produtores e

dez maiores proprietários, de forma conjunta, mostra que cerca de metade possuía cargos políticos e, também, cerca de 20% a 30% com patentes da Guarda Nacional. De acordo com estes dados, é possível concluir que, em todos os anos pesquisados, os fazendeiros de São Carlos possuíram grande participação no campo político, muitos deles detentores de patentes da Guarda Nacional ou civis.

Para entender este cenário, resgatam-se as análises de Mosca (1939) e Pareto (Grynszpan, 1996). Em São Carlos, no período estudado, nota-se que a questão da hereditariedade era tida como uma das principais vias de acesso destas famílias que compunham uma minoria dirigente. Este fato é comprovado pela presença de filhos, genros e cunhados no comando da política local.

A família Arruda Botelho, por exemplo, possuía vários membros familiares com cargos políticos locais. Antonio Carlos de Arruda Botelho, seus irmãos Paulino Carlos de Arruda Botelho e Bento Carlos de Arruda Botelho, e seu cunhado Firmiano de Moraes Pinto tiveram mais de cinco cargos políticos. Joaquim José de Abreu Sampaio e seu filho Raphael de Abreu Sampaio exerceram cargos políticos locais. Carlos Augusto do Amaral e seu filho Orosimbo Augusto do Amaral também fizeram parte do quadro político do município de São Carlos. Deste modo, como afirma Pareto (Grynszpan, 1996), as decisões políticas eram tomadas por um grupo restrito de pessoas, representados, em São Carlos, pelos fazendeiros e seus familiares. Esta minoria que domina e delega é considerada, por Michels (1982), como sendo uma oligarquia formada pelos mandatários, ou seja, pelos poucos detentores das decisões para a sociedade.

4.5 Comparativo Geral dos Anos de 1873, 1896 e 1904

Os itens anteriores mostraram, em detalhes, a origem dos cafeicultores (4.1), seus laços de parentesco (4.2), sua relevância econômica (4.3), bem como, a participação política, por meio da análise dos dados levantados pela presente pesquisa e dispostos nos Quadros 3 a 5. Ao longo desses itens, foram, também, mostrados diversos pontos que reforçam a presença das mesmas famílias como expoentes da elite em todo o período estudado. Porém, uma análise sintetizada é também interessante e proposta no presente item a partir da elaboração do Quadro 17 abaixo.

De modo a avaliar a hegemonia das principais famílias, foram escolhidas as cinco principais famílias, agrupando vários cafeicultores, dispostas no Quadro 10. A relevância destas famílias é, então, observada, olhando para os anos anteriores, em 3 principais aspectos e de maneira binária: a relevância econômica (alta ou baixa), a participação política e participação militar. Estes dados, dispostos no Quadro 17, indicam que a situação de dominância destas famílias não se altera. Com exceção das patentes civis ou da Guarda Nacional, que parecem sofrer mais alteração após a Proclamação da República (data em que os títulos nobiliárquicos são extintos), tanto a relevância econômica quanto a política dessas 5 famílias prevalece em todos os anos.

Portanto, a análise do Quadro 17 esclarece que a situação das elites não é alterada de maneira significativa nos anos estudados. No âmbito econômico, o café continua sendo o grande motor do país e da riqueza do Oeste Paulista no século XIX. Assim, as famílias de elite cafeeira, que mantêm esta riqueza, mostram capacidade de se adaptar às mudanças políticas e sociais do século XIX. No cenário político, mesmo passando para a República, as oligarquias cafeeiras, por meio de seus partidos políticos – PRP (principalmente no estado de São Paulo), mantiveram-se articuladas,

presentes e influentes nas decisões e medidas governamentais de incentivo ao café (Fausto, 2003). Já na esfera social, a eliminação da mão de obra escrava, uma das grandes mudanças do século XIX, é contornada pelo uso da mão de obra livre, especialmente do imigrante. Consequentemente, pode ser afirmado que, uma vez mantido o poder econômico baseado no café, a elite são-carlense adapta-se nas demais esferas e mantém-se desde a fundação do município até o início do século XX.

Quadro 17: Principais famílias da elite agrupadas, produção e quantidade de terras para o ano de 1904.

Famílias e Principal Representante	1873			1896			1904		
	Ec.	Pol.	Pat.	Ec.	Pol.	Pat.	Ec.	Pol.	Pat.
Arruda Botelho (Antônio Carlos de Arruda Botelho)	ALTA	SIM	SIM	ALTA	SIM	SIM	ALTA	SIM	NÃO
Salles & Camargo Penteado (José Augusto de Oliveira Salles)	ALTA	SIM	NÃO	ALTA	SIM	SIM	ALTA	SIM	SIM
Barros (Luiz Antônio de Souza Barros)	ALTA	SIM	SIM	ALTA	SIM	NÃO	ALTA	NÃO	NÃO
Ellis & Netto (Francisco da Cunha Bueno)	ALTA	SIM	SIM	ALTA	SIM	SIM	ALTA	SIM	NÃO
Amaral (Carlos Augusto do Amaral)	ALTA	SIM	NÃO	BAIXA	SIM	NÃO	ALTA	NÃO	NÃO

Ec. = Participação econômica; Alta = entre os 10 primeiros ou presente na lista nominativa de 1873; Baixa = não está entre os 10 primeiros.

Pol. = Participação política. **Pat.** = Patente Civil ou da Guarda Nacional. Sim = algum membro (fazendeiro) da família possuía no ano em questão. Não = nenhum fazendeiro da família possuía.

4.6 Mudanças Esperadas Após 1900

Antes de analisar as mudanças esperadas no século XX, é importante olhar a situação da economia baseada no café do século XIX do Oeste paulista. É certo que, no ano de 1896, houve uma safra recorde de café no planalto ocidental de São Paulo (onde se localiza o município de São Carlos). Porém, os preços do café começaram a reduzir e os estoques começaram a aumentar. Segundo Holloway (1978), em 1896, os cafeicultores de São Paulo convocaram uma convenção para discutir os problemas da lavoura cafeeira. Durante os dez primeiros anos da República, o mil réis foi desvalorizado e a dívida do governo federal com credores estrangeiros aumentou. Consequentemente, os baixos preços do café provocaram um desfavorecimento na balança comercial, acarretando prejuízos aos fazendeiros que tinham estoques de café. Durante o governo de Campos Salles (1898 – 1902), foi feito um empréstimo da Inglaterra – Funding Loan – no qual o Brasil obteve um crédito de 10 milhões de libras. Segundo Fausto (2003), parte deste crédito foi utilizada para a consolidação e para o refinanciamento da dívida pública. A receita do direito alfandegário foi utilizada como garantia do empréstimo. Porém, este empréstimo não conseguiu conter a desvalorização do mil réis e a produção de café também estava atingindo altos índices. Em 1901, houve uma grande safra. Para tentar conter esta superprodução, São Paulo decretou o pagamento, por um período de cinco anos, de uma taxa de 2 mil contos de réis a cada novo alqueire plantado. Porém, os efeitos desta lei só puderam ser sentidos após 1906. Em 1902, segundo Holloway (1978), uma geada queimou grande parte da região cafeeira de São Paulo, o que contribuiu para a redução da produção nos anos de 1904 e 1905. A crise do café foi se estendendo até que, em agosto de 1905, representantes dos três principais estados produtores de café – São

Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e do Governo Federal se reuniram para encontrar uma possível solução conjunta para levantar os preços do café. Estas tentativas deram origem ao Convênio de Taubaté, criado em 1906 a fim de valorizar o café, principal produto econômico do país no momento.

É certo que a produção cafeeira tenha iniciado uma crise a partir de 1896. Porém, as intervenções feitas a fim de gerar uma valorização do preço do café fizeram com que este produto permanecesse como fonte de riqueza na economia do Brasil e amenizou, inicialmente, a falência dos cafeicultores. Estas medidas também foram favoráveis para que os fazendeiros do município de São Carlos não falissem imediatamente após esta crise. De acordo com Fausto (2003:282),

“[...] nem tudo eram flores para os negócios cafeeiros, mas a renda da cafeicultura foi assegurada, nos anos críticos de excesso de oferta e preços baixos, pelo apoio do governo paulista e, em menor medida, do governo federal aos planos de valorização”.

Os números da produção de café pelos fazendeiros do município comprovam que, mesmo com esta possível crise, inicialmente, a produção continuou ativa e não reduziu drasticamente. Para entendermos melhor, darei alguns exemplos. O maior fazendeiro de café de 1896 – Francisco da Cunha Bueno – teve uma produção de 750.000 kg em 1896 e de 675.000 kg em 1904. Ou seja, entre estes anos de possível crise, teve uma redução de apenas 75.000 kg, o que equivale a cerca de 10% de sua produção. Antonio Moreira de Barros produziu 600.000 kg de café em 1896 e 630.000 kg em 1904. Ou seja, teve um aumento de 5% em sua produção de café durante estes anos de crise. Joaquim Botelho de Abreu Sampaio produziu 300.000 kg de café em 1896 e a mesma quantidade em 1904.

Assim sendo, foi possível constatar que a produção dos cafeicultores do município de São Carlos não se alterou ou pouco se alterou, mesmo com a primeira crise do café iniciada a partir de 1896. Isto explicaria a permanência e a manutenção

dos mesmos fazendeiros de café do município nos anos de 1873, 1896 e 1904. É fato que os lucros e os valores de venda das sacas de café destes fazendeiros neste período não foi pesquisada. Porém, todo o cenário apresentado indica que a elite local se manteve economicamente presente e dominante no município de São Carlos durante os anos pesquisados.

Para estudos futuros, a análise do comportamento desta elite pós-Convênio de Taubaté torna-se interessante a fim de verificar em qual momento histórico e social esta elite deixa de se manter e reproduzir no domínio político e econômico local.

5. CONCLUSÕES

As análises feitas sobre a elite de São Carlos, desde o surgimento do município em meados do século XIX até o início do século XX, possibilitaram a compreensão de sua configuração. Deste modo, foi possível observar que havia uma concentração dos poderes econômico e político em poucas famílias (ou seja, em uma minoria) e alguns expoentes muito relevantes. Assim, é possível citar como representantes desta elite articulada a figura de Antonio Carlos de Arruda Botelho, Elias de Camargo Penteado, José Augusto de Oliveira Salles, Francisco da Cunha Bueno, Alfredo Ellis, Luiz Antonio de Sousa Barros, dentre outros. Durante o estudo, notou-se que a elite do município de São Carlos mantinha entre si seus laços políticos, econômicos e de parentesco, pois isto lhe auxiliava na prática das suas relações de poder.

A propriedade de terras, aliada a um grande contingente de escravos, e, depois, de imigrantes, a expansão do mercado consumidor cafeeiro, a chegada da ferrovia e as exportações do café foram elementos preponderantes para estas famílias da elite, pois permitiram aos seus integrantes dominarem e estabelecerem as relações de poder sobre a massa, até então, desarticulada e excluída de qualquer participação social, econômica ou política.

Notou-se, também, que algumas famílias de elite possuem mais indicativos de pertencimento à elite do que outras. Alguns exemplos aqui estudados preenchem todos os quesitos de uma autêntica elite (terras, escravos, cargos políticos ou títulos/patentes da Guarda Nacional): membros da família Arruda Botelho, Camargo Penteado & Salles, Barros, Cunha Bueno & Ellis.

No que tange a relação destas famílias de elite de São Carlos com a política local, temos, para todos os anos, uma participação relevante, com cerca de metade dos principais fazendeiros exercendo cargos nos anos estudados.

Os laços de parentesco, por sua vez, foram fundamentais para a preservação das riquezas entre os membros pertencentes à elite, além de serem facilitadores no que tange a permanência e o acesso de membros da própria família de elite ao poder.

Por fim, tendo como base as análises realizadas, foi possível constatar que existiu uma manutenção das famílias da elite são-carlense no período estudado, anos de 1873, 1896 e 1904, exercendo seu poder econômico e político no município. Organizada e articulada entre si, seus membros possuíam cargos públicos, participavam ativamente das decisões políticas do município (muitos participaram ativamente das decisões políticas em nível estadual e nacional), vinculavam-se entre si por meio de uma rede de parentesco e negócios. Sendo assim, esta elite consegue se adaptar às mudanças políticas e sociais deste período permanecendo ativa e influente na economia e política do município de São Carlos de 1873 a 1904.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, Philips. *Historical Sociology*. Cornell University Press: Ithaca, New York, 1982.
- ALBERTONI, Ettore A. *Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1990.
- ALMANACH de São Carlos do Pinhal – 1894. Editora e Empresa d’O Popular.
- ALMANACH ALBUM de São Carlos – 1905. São Carlos do Pinhal, Editor: Joaquim Augusto.
- ALMANACH de São Carlos – 1915. São Carlos do Pinhal, Editor: Sebastião de Camargo. Tipografia de Joaquim Augusto.
- ALMANACH de São Carlos – 1915 a 1916. São Carlos.
- ALMANACK Anuario de São Carlos. Editora da Universidade Federal de São Carlos. Ano 1, nr. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Carlos (SP): EDUFSCar, 2007.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado & BRIOSCHI, Lucila Reis (Orgs). *Na Estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os Senhores da Terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1997.
- BARNABÉ, Israel Roberto. *Elite, Classe Social e Poder Local*. Revista Estudos de Sociologia, v. 4, n. 7, 1999.
- BASSANEZI, Maria Silvia B. et. al. *Atlas da Imigração Internacional em São Paulo, 1850-1950*. São Paulo: UNESP, 2008.
- BILAC, Maria Beatriz Bianchini. *As elites políticas de Rio Claro: Um estudo sobre a formação dos setores dirigentes em um município paulista*. Dissertação de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 1995
- BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre ciência política na Itália*. Tradução de Maria Celeste F. F. Marcondes. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, 320 p.
- BOTTOMORE, Thomas. *As elites e a Sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- BOUCHARD, Gérard, GOY, J. (dirs.) *Transmettre, hériter, succéder: la reproduction sociale en milieu rural France-Québec - XVIIIe-XXe siècles*, Lyon, PUL, 1992.
- BRAGA, Cincinato. de C. *Contribuição ao estudo da história e geografia da cidade e do município de São Carlos do Pinhal*. In: (Org.). Almanach de 1894. São Carlos: EDUFSCar, 1984.
- BRIOSCHI, Lucila Reis. *Criando História: paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo, 1725-1835*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de História Social. São Paulo: (mimeo), 1995.
- _____. *Caminhos do Ouro*. In: BACELLAR, C. A. P. & BRIOSCHI, L. R. *Na Estrada do Anhangüera*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.
- BRÜGGER, SílviaMaria Jardim. *Minas Patriarcal - família e sociedade (São João Del Rei, séculos XVII e XIX)*. UFF, Niterói, 2002 (tese de doutorado).
- BUSCH, Reynaldo Kuntz. *História de Limeira*. Prefeitura Municipal de Limeira, v.1, 1967.

CAMARGO, José Ferraz. *Breve notícia histórica e geográfica sobre a cidade e município de São Carlos*. In: Almanach de São Carlos 1928. São Carlos: EDUFSCar, 1928.

CARVALHO, José Murilo de. “*As metamorfoses do coronel*”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. A-9, 6 maio 2001.

CARVALHO, José Murilo de (org.). “*A construção nacional: 1830-1889*”. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

CORADINI, Odaci Luiz. *As elites como objeto de estudo*. In: Coradini, O. L.. (Org.). *Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: Algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, v. , p. 7-18.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. *História social de Araraquara (1817 a 1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: FFCL-USP, 1967.

CORRÊA, Mariza. *Repensando a família patriarcal brasileira*. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 37, pp. 5-16, maio 1981.

DAMIANO, Carlos Octavio. *Caminhos do Tempo: titulares de logradouros e instituições públicas de São Carlos*. São Carlos: EDFUSCar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

DEAN, Warren. *Um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Trad. Waldívnia Portinho, Paz e Terra, 1977.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Tenente-Coronel Francisco da Cunha Bueno*. São Paulo: Linográfica Editora, 1960.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FERRAZ, Maria Cecília B. *São Carlos do Pinhal: sua fundação e sua história*. Editora Cupolo, 1955.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *História – Série Novo Ensino Médio*. Editora Ática, 2003.

GODOY, José Henrique Artigas de. *Da opulência à ganância: Coronelismo e mudança social no Oeste Paulista (1889-1930)*. Dissertação de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Universidade de São Paulo. 2006.

GORDINHO, Margarida Cintra. *A casa do Pinhal*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

GRYNSZPAN, Mario. *A teoria das elites e sua genealogia consagrada*. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*. Rio de Janeiro, n. 41, 1º semestre de 1996, pp. 35-83.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Teoria das elites*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

HOLLOWAY, Thomas H. *Vida e Morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Coleção Estudos Brasileiros, v. 31. Tradução de Marcio Doctors. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Tradução de Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JUNQUEIRA, M.P. *A força transformadora das epidemias e da imigração; Cidade de São Carlos-SP no final do século XIX*. *Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, v.1, p.art.8, 2010.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *Poder político local: do coronelismo ao populismo. Um estudo de caso: São Carlos*. São Paulo, 1979, 189 págs. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1979.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Agricultura e Mercado de Trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850 – 1890*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 37, nr. 2, págs. 353-372, Abril-

Junho, 2007.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o regime representativo no Brasil*. 6ª impressão. Editora Nova Fronteira, 1997

LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat. v1 ao v9, 1903.

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Tradução Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência - 1808 a 1821*. Editora Companhia das Letras, 2000.

MARTINEZ, Paulo. *A teoria das elites*. São Paulo: Scipione, 1997.

MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas. 1800-1850*. CMU/UNICAMP, 1996.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias*. 2 ed. São Paulo: Editora Alfa Omega 1974.

MESSIAS, Rosane Carvalho. *O cultivo de café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão de obra no período de transição – 1830-1888*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília. UNB, 1982.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo de história econômica e social do Brasil*. São Paulo: s.n., 1939.

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MONSMA, Karl. *Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista*. Dados, Rio de Janeiro, v.53, n.3, pág. 509 – 543, 2010.

MORILA, Ailton. P. *Vuoi tu venire in Merica? Venturas e desventuras da imigração italiana em São Carlos*. Revista de História Regional 15(1): 194-228, Verão, 2010.

MOSCA, Gaetano. *The Ruling Class. Elementi di Scienza Política*. New York, Toronto, London, McGraw-Hill, 1939.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote – mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PEDROZA, Manoela. *Estratégias de reprodução social de famílias senhoriais cariocas e minhotas (1750 – 1850)*. Revista Análise Social, v. XLV (194), p. 141-163, 2010.

PERISSINOTTO, Renato M. *Dossiê Elites Políticas*. Revista de Sociologia Política. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 7-15, jun. 2008.

_____. *História e Sociologia: um par necessário*. Revista de Sociologia Política. Curitiba, v. 13, p. 201-207, nov. 1999.

_____. *As elites políticas: questões de teoria e método*. Curitiba: IBPEX, 2009.

PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. *Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política*. Revista Brasileira de Ciência Política, nr.2, Brasília, Julho-Dezembro de 2009, pp. 243-270.

PETRONE, Maria. Thereza. S. *A lavoura canavieira em São Paulo*. Expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PICCHI, Gina Salles. **Família Salles**: depoimento [12 de Dezembro, 2014]. São Carlos. Entrevista concedida a Carla Fernandes da Conceição.

- PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*. Coleção Repensando a História. 18 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo Colônia*. 17.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.81
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *A estratificação e a mobilidade social nas comunidades agrárias do Vale do Paraíba, entre 1850-1888*. Revista de História. Ano I, nr. 2, Abril a Junho de 1950, pág. 195-218.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *O Mandonismo loca na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: FAUSTO, Boris (org.) *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, (HGCB, t. III, v.1), p. 153-190.
- REIS, Elisa Pereira. *Processos e escolhas: estudos de Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- RIZZOLI, Álvaro. *Inventário Analítico: a escravidão em São Carlos*. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 1995.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A história da família no Brasil*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.9, nr.17, pp. 07-35, Set.88/Fev.89.
- _____. *Novas imagens da família “à brasileira”*. Revista de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, v.3, nr.1- 2, pp. 59-66, 1992.
- SCKOPCPOL, Theda. *A imaginação histórica da Sociologia*. Revista Estudos de Sociologia, Araraquara, v.16, pp. 7 -29, 2004.
- _____. *Emerging agendas and recurrent strategies in Historical Sociology*. Vision and Method in Historical Sociology. Cambridge University Press. Cambridge, 1984.
- SCOTT, Ana . Silvia. Volpi. *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*, Guimarães, NEPS — Universidade do Minho, 1999.
- _____. *As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil*. História: *Questões e Debates*. Curitiba, n. 51, p. 13-29, jul-dez. 2009.
- SILVA, Gustavo Pereira. *Família e riqueza na economia paulista: das origens à diversificação do capital dos Lacerda Franco (1803 – 1897)*. 2011. (Tese Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2011.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes; DIAS, Janaína. *Nas fendas da escravidão: crime e suicídio em São Carlos do Pinhal (1869-1888)*. Revista Raízes, Campina Grande, vol. 21, nr. 02, p. 212-226, jul./dez. 2002.
- SOUZA, Samuel Candido de. *Elites Políticas em Caraguatatuba*. São Carlos. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política. Centro de Educação de Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos. 2010.
- STONE, Lawrence. *Prosopografia*. Revista Sociologia Política, Curitiba, v.19, n.39, p. 115-137, Jun. 2011.
- TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *A formação das famílias livres e o processo migratório: Campinas, 1774 - 1850*. São Paulo, FFLCH-USP, Departamento de História - Programa de História Econômica, tese de doutorado, 2005, 284 p.
- TOLEDO, Vera V. de., GANCHO, Cândia V. *Sua Majestade o Café*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Desafios).
- TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Um lavrador paulista do tempo do Império*. Piracicaba – SP: Equilíbrio, 2010, 99 págs.

- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (Org.) FONTES ESTATÍSTICO – NOMINATIVAS DA PROPRIEDADE RURAL EM SÃO CARLOS (1873-1940). São Carlos: EdUFSCar, 2004. (Coleção Nossa História). 212p.
- TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Café e indústria: São Carlos: 1850-1950*. 3.ed. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.
- _____. BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. *População e Economia Cafeeira: São Carlos, 1907*. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu - MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2008.
- _____. FOLLIS, Fransérgio. *A ocupação dos sertões de Araraquara: das sesmarias e apossamentos à Lei de Terras de 1850*. São Carlos: EdUFSCar, 2012, 268 p.
- _____. et. al. *Migrações na formação inicial da população do oeste paulista: uma aproximação por meio dos registros paroquiais de casamento no pré-abolição em São Carlos, SP*. In: Processos Migratórios no Estado de São Paulo – Estudos Temáticos. BAENINGER, Rosana, DEDECCA, Claudio (Orgs.). Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/UNICAMP, 2013, págs. 25 – 36.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, p. 107-113, 1989.
- VELOSO, Mariza. *Gilberto Freyre e o horizonte do modernismo*. Sociedade e Estado, vol.15, n.2, pp. 361-386, 2000.
- WEBER, Max. *A política como vocação*. IN: Economia e Sociedade. Brasília, Editora UnB, 2003.

APÊNDICE

Muitas das informações presentes nos Quadros e nas discussões do item 4 foram obtidas por meio de análises detalhadas das informações das famílias relevantes. Nestas análises, três famílias se destacam, seja pela relevância econômica dos seus membros (de maneira consolidada) seja pela importância individual de um fazendeiro. Três delas foram escolhidas para, então, serem avaliadas detalhadamente. Porém, estas avaliações não foram colocadas ao longo do texto, a fim de manter a coesão do texto nas análises estatística e política. Sendo assim, é apresentada neste item de apêndice.

A primeira família escolhida foi a Arruda Botelho, pela sua clara importância desde a fundação do município e do Conde do Pinhal. A segunda, do Cunha Bueno, visto que possui grande relevância individual como o maior fazendeiro, assim como seu herdeiro (Alfredo Ellis), que não possui seu sobrenome por relações de parentesco maternas. Por fim, a família Salles que, relacionada à Camargo Penteado, possui grande influência nos três anos em questão.

APÊNDICE A: Família Arruda Botelho

A família Arruda Botelho, como já visto anteriormente, exerceu grande influência no município de São Carlos desde a sua fundação até o período abordado por este estudo. Grande parte das terras onde hoje se encontra o município de São Carlos, fizeram parte da antiga Sesmaria do Pinhal e foram adquiridas na década de 1780, por herdeiros da Família Arruda Botelho.

Na figura de Antonio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal, é que a família teve mais destaque na história de São Carlos. Seus irmãos Paulino Carlos de Arruda Botelho, Bento Carlos de Arruda Botelho e João Carlos de Arruda Botelho também tiveram cargos políticos municipais além de possuírem destacável participação na produção de café do município.

Antonio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal, nasceu no dia 23 de Agosto de 1927 em Piracicaba. Casou-se primeiramente com Francisca Theodora Coelho, em 1853, com quem teve um filho – Carlos José Botelho. Após o falecimento de Francisca, casou-se com Anna Carolina de Oliveira, filha dos viscondes de Rio Claro e teve grande descendência. Teve vários cargos políticos a nível municipal, estadual e federal (como já citado anteriormente). Contribuiu para o desenvolvimento do município de São Carlos com várias iniciativas tais como a implantação da linha ferroviária, fundou o Banco União de São Carlos, o Banco de São Paulo (depois absorvido pelo Banespa). Faleceu em São Carlos no dia 11 de Março de 1901.

João Carlos de Arruda Botelhonasceu no dia 13/10/1830 em Piracicaba. Casou-se na sede da Sesmaria do Pinhal no então "Sertão de Araraquara" com Dona Maria Amália Ferraz Coelho, filha de Fructuoso José Coelho natural da Ilha Graciosa no Arquipélago dos Açores e de Dona Antônia da Silva (Leme) Ferraz. Maria Amália era umas das quatro irmãs Coelho, que se casaram com quatro dos irmãos Botelho.

João Carlos foi um dos fundadores e primeiro Delegado de Polícia de São Carlos. Formou a Fazenda Santa Cândida, nome dado em memória à sua mãe, fazenda essa formada em terreno da Sesmaria do Pinhal que lhe coube de herança paterna. O capitão João Carlos faleceu em 20/01/1892 e está sepultado na necrópole municipal de São Carlos.

Paulino Carlos de Arruda Botelho casou-se com Anna Flora Leme Ferraz Coelho (filha de Fructuoso José Coelho e Antonia da Silva Ferraz). Tiveram 23 filhos, sendo 6 gêmeos. Foi membro do Partido Liberal, depois do Republicano. Fez parte da Constituinte e, a partir disso, até o seu falecimento sempre foi reeleito deputado federal (Damiano, 2007).

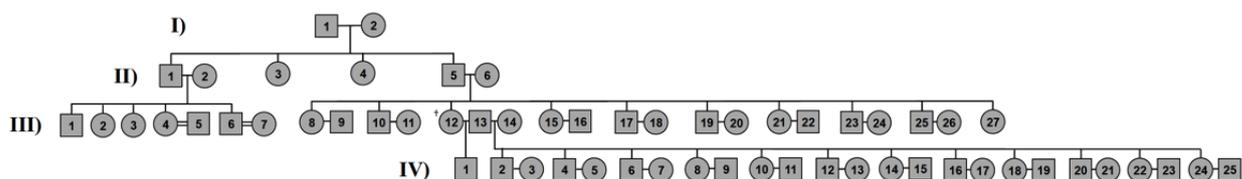
Bento Carlos de Arruda Botelhonasceu no dia 29 de Março de 1841, na Fazenda Pinhal, em São Carlos. Foi casado, em 1870, com Maria Isabel de Oliveira Borges, filha dos barões de Dourado e neta do Visconde de Rio Claro. O pai dela era Antonio Galdino de Oliveira e a mãe era Eulália Carolina de Oliveira Borges. O Antonio Galdino era irmão da Condessa do Pinhal. Portanto, era neta do Visconde de Rio Claro esobrinha da Condessa do Pinhal. Republicano exerceu vários cargos municipais tais como juiz de paz, juiz municipal suplente, vereador, presidente da Câmara. Faleceu no dia 16 de Junho de 1896.

É interessante lembrar que os laços de parentesco (por consanguinidade ou por afinidade) proporcionaram à família Arruda Botelho a constância e a reprodução social de seus membros em gerações.

Abaixo será apresentada a árvore genealógica da família Arruda Botelho. Explicarei brevemente o que será representado nesta árvore genealógica. Na primeira geração estão apresentados os avós paternos do Conde (Fig.1). Na segunda geração são descritos os nomes dos tios e pai do Conde (Fig.1). Na terceira geração

temos os nomes dos primos do Conde e de seus irmãos (Fig.1). Na quarta geração serão indicados os nomes dos filhos do Conde do Pinhal (Fig.1) e de seus irmãos (Fig.1.a, 1.b, 1.c) citados acima uma vez que estes são os representantes com maior expressividade na história do município de São Carlos. Representei os filhos de João Carlos de Arruda Botelho, Paulino Carlos de Arruda Botelho e Bento Carlos de Arruda Botelho em particular aos do Conde do Pinhal, visto que são muitos nomes e esta disposição facilita a compreensão e visualização por parte do leitor.

Figura 1: Heredograma da família Arruda Botelho.



Continuação do heredograma da família Arruda Botelho: IV geração

Figura 1.a: Filhos do casal 17-18 da III geração (João Carlos de Arruda Botelho – Maria Amália Ferraz Coelho)

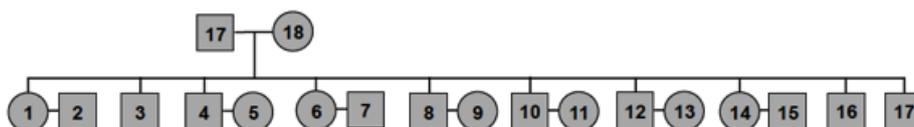


Figura 1.b: Filhos do casal 23 - 24 da III geração (Paulino Carlos de Arruda Botelho – Anna Flora Leme Ferraz)

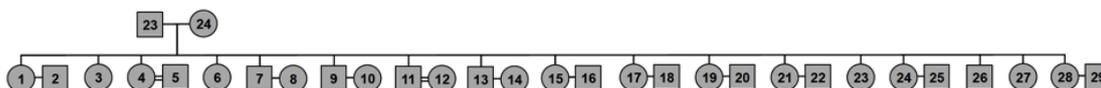
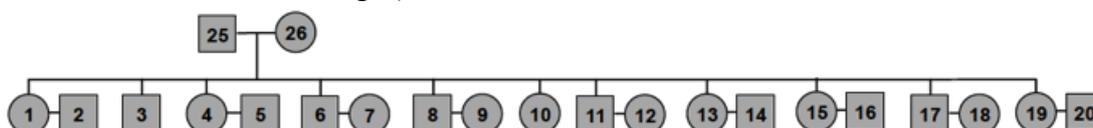


Figura 1.c: Filhos do casal 25 - 26 da III geração (Bento Carlos de Arruda Botelho – Maria Izabel Borges)



Legenda:

Os numerais romanos indicam as gerações da família, sendo que I representa a primeira geração, II a segunda e III a terceira.

Os quadrados representam o sexo masculino, os círculos o sexo feminino. Os losangos representam quem não se tem conhecimento do sexo dos indivíduos retratados.

Os números dentro das figuras geométricas representam as pessoas retratadas. Os nomes destas serão descritos abaixo.

As linhas que ligam os indivíduos representam as relações mantidas entre estes. Os traços horizontais representam que os indivíduos são casados, mas não possuem nenhum laço de parentesco. Os traços horizontais duplos representam que os indivíduos são casados e, além disso, possuem algum laço de parentesco.

Descrição dos nomes das pessoas retratadas:**I – Geração**

- 1 – Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho
- 2 – Maria de Meira Siqueira

II – Geração

- 1 – Manoel Joaquim Pinto de Arruda
- 2 – Anna Josepha de Sampaio
- 3 – Maria Francisca de Arruda (falecida solteira)
- 4 – Eugenia Antonia de Arruda (falecida solteira)
- 5 – Carlos José Botelho (o “Botelhão”)
- 6 – Candida Maria do Rosário

III – Geração

- 1 – Manoel Joaquim Pinto de Arruda Filho
- 2 – Anna Brandina de Sampaio
- 3 – Maria Joaquina de Arruda
- 4 – Candida Mathilde de Arruda (casada com seu primo)
- 5 – José Joaquim de Sampaio
- 6 – José Carlos de Arruda Botelho (casado com sua prima)
- 7 – Maria Jacintha de Meira
- 8 – Maria Jacintha de Meira (casada com seu primo)
- 9 – José Carlos de Arruda Botelho
- 10 – Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho
- 11 – Marianna da Silva Gordo
- 12 – Francisca Theodora Coelho (irmã das esposas dos irmãos de Antonio Carlos de Arruda Botelho - Conde do Pinhal: João Carlos de Arruda Botelho, Joaquim de Meira Botelho, Paulino Carlos de Arruda Botelho)
- 13 – Antonio Carlos de Arruda Botelho
- 14 – Anna Carolina de Oliveira
- 15 – Cândida Maria da Pureza (ou Cândida Maria do Rosário)
- 16 – Major Baptista de Arruda
- 17 – João Carlos de Arruda Botelho
- 18 – Maria Amália Ferraz Coelho (irmã da primeira esposa de Antonio Carlos de Arruda Botelho- Conde do Pinhal)
- 19 – Joaquim de Meira Botelho
- 20 – Brazilina Coelho (irmã da primeira esposa de Antonio Carlos de Arruda Botelho - Conde do Pinhal)
- 21 – Eulália Carolina de Meira Botelho
- 22 – Joaquim José de Abreu Sampaio
- 23 – Paulino Carlos de Arruda Botelho
- 24 – Anna Flora Coelho (irmã da primeira esposa de Antonio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal)
- 25 – Bento Carlos de Arruda Botelho
- 26 – Maria Izabel Borges
- 27 – Rita de Cássia de Meira (filha natural de Carlos José Botelho)

IV – Geração**Filhos, genros e noras do casal 12-13-14 da III geração (Francisca Theodora Coelho – Conde do Pinhal – Anna Carolina de Oliveira)**

- 1 – Carlos José Botelho (filho único do casal 12-13)
- 2 – José Estanislau de Arruda Botelho
- 3 – Anna Brandina de Queiróz Aranha (de Arruda Botelho)
- 4 – Antonio Carlos de Arruda Botelho

- 5 – Genoveva Junqueira Botelho
- 6 – Martinho Carlos de Arruda Botelho
- 7 – Alexandra de Machoff Arruda Botelho
- 8 – Cândida de Arruda Botelho (Pinto)
- 9 – Firmiano de Moraes Pinto
- 10 – Elisa de Arruda Botelho (Moreira de Barros)
- 11 – Antonio Moreira de Barros
- 12 – Carlos Augusto de Arruda Botelho
- 13 – Maria Luiza Ataliba (de Arruda Botelho) – Mariquinha
- 14 – Maria Carlota de Arruda Botelho (Klingelhoerfer) – Cóta
- 15 – Cristiano Klingelhoerfer
- 16 – Carlos Américo de Arruda Botelho (Carrito)
- 17 – Carmen Nogueira de Arruda Botelho
- 18 – Sophia de Arruda Botelho (Soares Brandão)
- 19 – Francisco Carvalho Soares Brandão
- 20 – Carlos Amadeu de Arruda Botelho
- 21 – Brasília Whitaker de Oliveira Lacerda (de Arruda Botelho)
- 22 – Anna Carolina de Arruda Botelho (Soares Brandão) – Nenê
- 23 – João Soares Brandão
- 24 – Antonia de Arruda Botelho (Pereira Bueno) – Tonica
- 25 – Bento Pereira Bueno

Filhos, genros e noras do casal 17-18 da III geração (João Carlos de Arruda Botelho – Maria Amália Ferraz Coelho)

- 1 – Antônia Coelho de Arruda Botelho
- 2 – Ernesto Lancia
- 3 – Procópio Carlos de Arruda Botelho (morreu solteiro)
- 4 – Álvaro Carlos de Arruda Botelho (bacharel)
- 5 – Maria Andrade Egas
- 6 – Cândida Coelho de Arruda Botelho
- 7 – Eugênio de Andrade Egas
- 8 – Frutuoso Carlos de Arruda Botelho
- 9 – Amélia Cordeiro da Silva Braga
- 10 – Leonardo Carlos de Arruda Botelho
- 11 – Francisca de Abreu Sampaio
- 12 – Vicente Carlos de Arruda Botelho
- 13 – Ernestina de Arruda Botelho Lancia
- 14 – Hermínia Coelho de Arruda Botelho
- 15 – Elías Eufrásio de Arruda Mendes
- 16 – Carlos José de Arruda Botelho (morreu solteiro)
- 17 – Antonio Carlos de Arruda Botelho (morreu solteiro)

Filhos, genros e noras do casal 23-24 da III geração (Paulino Carlos de Arruda Botelho – Anna Flora Leme Ferraz Coelho)

- 1 – Cândida de Arruda Botelho Braga
- 2 – Joaquim José Gonçalves Braga
- 3 – Laura de Arruda Botelho (morreu solteira)
- 4 – Maria de Arruda Botelho de Abreu Sampaio
- 5 – Joaquim Botelho de Abreu Sampaio
- 6 – Maria Paulina de Arruda Botelho (morreu solteira)
- 7 – Antonio Paulino de Arruda Botelho (major)
- 8 – Maria Leite de Barros Botelho
- 9 – Paulino Carlos de Arruda Botelho Filho (capitão)
- 10 – Anna Borlenska
- 11 – João Paulino de Arruda Botelho (tenente-coronel)
- 12 – Maria de Mello Coelho
- 13 – Justiniano Paulino de Arruda Botelho (capitão)
- 14 – Elisa de Moraes Botelho
- 15 – Anna Flora de Arruda Botelho Faria
- 16 – Felipe Ladeira Faria
- 17 – Sebastiana de Arruda Botelho Vieira
- 18 – Serafim Vieira de Almeida
- 19 – Escolástica de Arruda Botelho
- 20 – Horácio Pires de Castro

- 21 – Eulália de Arruda Botelho Freitas Pinto
- 22 – Feliciano de Freitas Pinto
- 23 – Nazaríia de Arruda Botelho (morreu solteira)
- 24 – Bárbara de Arruda Botelho Pereira
- 25 – Hernani Pereira
- 26 – Carlos Paulino de Arruda Botelho (morreu solteiro)
- 27 – Elisa de Arruda Botelho (morreu solteira)
- 28 – Helena de Arruda Botelho Waldefogel
- 29 – Henrique Leme Waldefogel

Filhos, genros e noras do casal 25 - 26 da III geração (Bento Carlos de Arruda Botelho – Maria Izabel Borges)

- 1 – Cândida Botelho do Amaral
- 2 - José Bonifácio do Amaral
- 3 – Carlos de Arruda Botelho (morreu solteiro)
- 4 – Maria Isabel Botelho Sampaio Vidal
- 5 – Bento de Abreu Sampaio Vidal
- 6 – Bento Carlos de Arruda Botelho Filho
- 7 – Antonieta Novais de Arruda
- 8 – José Carlos de Arruda Botelho
- 9 – Maria Braga Botelho
- 10 – Eulália de Arruda Botelho (morreu solteira)
- 11 – Leonardo Carlos de Arruda Botelho
- 12 – Suzana Matos de Arruda Botelho
- 13 – Sophia Botelho Procópio Ferraz
- 14 – José Procópio de Araújo Ferraz
- 15 – Amália Botelho da Silva Pinto
- 16 – Paulo da Silva Pinto
- 17 – João Carlos de Arruda Botelho
- 18 – Antonieta Melo Oliveira de Arruda Botelho
- 19 – Elisa Botelho Procópio de Araújo
- 20 – Mário Procópio de Araújo

APÊNDICE B: Francisco da Cunha Bueno (& Ellis Netto): traços de família patriarcal e laços de parentesco

O fazendeiro Francisco da Cunha Bueno foi escolhido para este estudo de caso pelo sua expressividade na quantidade de terras: consta na lista de 1873 e, em 1896, teve a maior produção de café do município de São Carlos, chegando a uma produção de 750.00kg de café. Sendo assim, estes indícios apontam para um apossamento de diversos lotes de terra, de diversos tamanhos e em diversas localidades (como em Itaqueri - atual Itirapina), Morro Pelado – atual Rio Claro e Indaiatuba). A investigação foi feita partindo dos casamentos realizados na primeira, segunda e terceira geração do tenente-coronel Francisco da Cunha Bueno. Estes casamentos

indicarão os laços de consaguinidade e de parentesco presentes entre os familiares de Cunha Bueno. Deste modo, é possível investigar se a endogamia foi mesmo um dos fatores determinantes e marcantes de algumas famílias consideradas de elite do município de São Carlos.

O tenente-coronel Francisco da Cunha Bueno, de São Paulo, casou-se em 1851 com Eudóxia Henriqueta de Oliveira, em Indaiatuba. Esta era filha do Capitão João Batista de Oliveira e de Anna Rufina Teixeira do Prado. Tiveram 5 filhos: Sebastiana da Cunha, Joanna Netto, Maria da Cunha Bueno, Francisco da Cunha Bueno, Henrique da Cunha Bueno.

Sua primeira esposa falece em 1874. Em uma viagem a São Paulo, Francisco da Cunha Bueno deixou Eudóxia Henriqueta (carinhosamente chamada por ele de Dócinha) hospedada em Campinas, na residência da irmã de Eudóxia, a senhora Francisca Amalia de Oliveira, casada com Agostinho Rodrigues de Camargo (conhecido como Agostinho Tibiriçá). Eudóxia levou consigo Dita, sua escrava camareira de confiança. Ao amanhecer, Dita misturou veneno com o café de Eudóxia, lhe causando uma intoxicação violenta e fulminante denominada de uremia.

Francisco da Cunha Bueno casa-se novamente somente em 1889, com Theresa de Campos Aguirre ou Theresa da Cunha Bueno, a Viscondessa Cunha Bueno. Porém, não teve herdeiros com a sua segunda esposa.

Analisando os casamentos realizados por seus filhos e suas filhas foi possível constatar que:

1) Sebastiana Eudóxia da Cunha Bueno casou-se com o seu primo, o médico Dr. Alfredo Ellis. Ellis era o segundo filho da irmã mais velha de Cunha Bueno, D. Maria do Carmo da Cunha Bueno com Willian Ellis. Portanto, era primo legítimo de Sebastiana e, além de sobrinho de Cunha Bueno, tornou-se seu genro.

Sebastiana da Cunha Bueno e Alfredo Ellis tiveram seis filhos, sendo eles: Alfredo Ellis Júnior, Maria do Carmo, Sophia, Eudoxia, Francisco Ellis, Adalberto.

2) Joanna Netto casou-se com o médico Dr. João de Almeida Netto. O casal teve dois herdeiros: Zuleica e Paulo. Ambos morreram solteiros.

3) Maria Francisca da Cunha Bueno casou-se com seu primo Joaquim da Cunha Bueno. Joaquim era filho único de Thomaz da Cunha Bueno (irmão de Francisco da Cunha Bueno) com Delphina da Cunha.

Maria Francisca da Cunha Bueno e Joaquim da Cunha Bueno tiveram dez filhos, sendo eles: Francisco da Cunha Bueno Neto (1878-1932), João Batista da Cunha Bueno (n.1896- não encontrada a data falecimento), Joaquim da Cunha Bueno Júnior (1876-1934), Maria Antonieta da Cunha Bueno, Raul da Cunha Bueno (1886-1946), Mário da Cunha Bueno (1889-1968), Fábio da Cunha Bueno, Tomás da Cunha Bueno, Eudóxia da Cunha Bueno (1885-1922), Heitor da Cunha Bueno (f.1941).

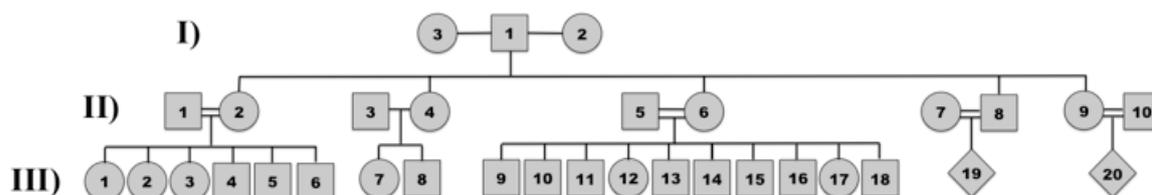
4) Francisco da Cunha Bueno casou-se com sua prima Marietta Bueno, filha do coronel João Baptista de Mello e de Sophia Ellis. Marietta era filha da irmã (portanto, era sobrinha) de Alfredo Ellis (casado com a primeira filha do tenente-coronel). Sophia Ellis era filha de Maria do Carmo da Cunha, irmã mais velha de Francisco da Cunha. Francisco da Cunha Bueno e Marietta Bueno tiveram geração. Porém, não foi possível identificar a quantidade bem como a nomeação dos herdeiros.

5) Henrique da Cunha Bueno casou-se com sua prima Anna de Oliveira. O pai de Anna de Oliveira, chamado Firmino de Oliveira casado com Narciza Braga, era irmão de sua mãe, Eudóxia Henriqueta de Oliveira.

O casal teve herdeiros, porém, foi possível encontrar a informação que, em 1903, os seus filhos eram pequenos. Ainda não foi possível identificar a quantidade bem como a nomeação destes herdeiros.

Após esta breve descrição dos personagens históricos abordados, segue abaixo a estruturação familiar através de um heredograma⁵⁷ para melhor visualização e identificação dos laços de parentesco por consanguinidade ou afinidade.

Figura 2: Heredograma da família de Francisco da Cunha Bueno



Legenda:

Os numerais romanos indicam as gerações da família, sendo que I representa a primeira geração, II a segunda e III a terceira.

Os quadrados representam o sexo masculino, os círculos o sexo feminino. Os losangos representam que não se tem conhecimento do sexo dos indivíduos retratados.

Os números dentro das figuras geométricas representam as pessoas retratadas. Os nomes destas serão descritos abaixo.

As linhas que ligam os indivíduos representam as relações mantidas entre estes. Os traços horizontais representam que os indivíduos são casados, mas não possuem nenhum laço de parentesco. Os traços horizontais duplos representam que os indivíduos são casados e, além disso, possuem algum laço de parentesco.

Descrição dos nomes das pessoas retratadas:

Geração I:

- 1 – Francisco da Cunha Bueno
- 2 – Eudóxia Henriquetta de Oliveira (falecida em 1874)
- 3 – Theresa de Campos Aguirre ou Theresa da Cunha Bueno

Geração II:

- 1 – Alfredo Ellis
- 2 – Sebastiana da Cunha
- 3 – João de Almeida Netto
- 4 – Joanna Netto
- 5 – Joaquim da Cunha Bueno
- 6 – Maria Francisca da Cunha Bueno
- 7 – Marietta da Cunha Bueno
- 8 – Francisco da Cunha Bueno
- 9 – Anna de Oliveira
- 10 – Henrique da Cunha Bueno

Geração III:

- 1 – Alfredo (falecido na infância, em 1876)
- 2 – Maria do Carmo Bueno Ellis (1877 – 1898)
- 3 – Sophia Bueno Ellis (1878 – 1899)
- 4 – Alfredo (nascido em 1880 e falecido em 1892)
- 5 – Anthony (nascido em 1880 e falecido no mesmo ano)
- 6 – Eudóxia Bueno Ellis (1881 - ?)
- 7 – Francisco Bueno Ellis (1883 – 1923)
- 8 – Guilherme Ellis Netto (nascido em 1885 e falecido no mesmo ano)
- 9 – Adalberto Bueno Ellis (1886 – 1923)

⁵⁷ Heredograma é um diagrama utilizado para descrever a história familiar em termos de ascendência, descendência e incidência de determinada característica.

- 10 – Alfredo Ellis Júnior (1896 – 1974)
- 11 – Zuleica
- 12 – Paulo
- 13 – Francisco da Cunha Bueno Neto (1878-1932)
- 14 - João Baptista da Cunha Bueno (1896 - ?)
- 15 – Joaquim da Cunha Bueno Júnior (1876 – 1934)
- 16 – Maria Antonieta da Cunha Bueno
- 17 – Raul da Cunha Bueno (1886 – 1946)
- 18 – Mário da Cunha Bueno (1889 – 1968)
- 19 – Fábio da Cunha Bueno
- 20 – Tomás da Cunha Bueno
- 21 – Eudóxia da Cunha Bueno (1885 – 1922)
- 22 – Heitor da Cunha Bueno (falecido em 1941)
- 23 – Os herdeiros deste casal não foram identificados.
- 24 – Os herdeiros deste casal não foram identificados.

Como se nota, alguns dados do heredograma acima não foram encontrados. Os documentos pesquisados para coleta das informações descritas incluíram dois livros escritos por Alfredo Ellis Júnior (neto de Francisco da Cunha Bueno e filho de Alfredo Ellis) e a Genealogia Paulista que deram-me informações relevantes referentes tanto a descendência e a linhagem familiar quanto aos laços de parentesco estabelecidos entre familiares, bem como `as características físicas e pessoais⁵⁸ de membros da família Cunha Bueno. Pesquisando os arquivos na Fundação Pró-Memória de São Carlos não foi possível encontrar registros que continham estas informações.

Portanto, muitas vezes os dados e registros trazidos pelos documentos são e/ou estão incompletos, dificultando um maior detalhamento dos fatos bem como uma maior exatidão das informações a serem descritas na pesquisa. Como exemplo destas lacunas trazidas pelas fontes é possível citar o casamento do casal 7 e 8 da II geração. Este casal é formado pelos cônjuges Marietta da Cunha Bueno e Francisco da Cunha Bueno (primos). Os nomes de seus filhos não foram identificados. A Genealogia Paulistana traz as seguintes informações quanto aos filhos do casal “[...] Com filhos menores”; “[...] Com filhos menores em 1903” mas, ambos os trechos, não indicam os nomes e nem quantos filhos o casal teve. O livro “ Tenente Coronel Francisco da Cunha Bueno”⁵⁹ não traz informações sobre a geração deste casal. Também não foi

⁵⁸ Embora o texto dos livros trouxessem informações quanto `as características físicas e pessoais dos membros da família Cunha Bueno, nota-se uma exaltação no depoimento destas características. Não podemos nos esquecer que o autor do livro era neto de Francisco da Cunha Bueno e filho de Alfredo Ellis. Portanto, há em muitas passagens do livro uma tentativa de heroização, de exaltação da coragem, da figura masculina patriarcal, de atos desbravadores e de uma personalidade forte.

⁵⁹ ELLISJÚNIOR, Alfredo. Tenente-Coronel Francisco da Cunha Bueno. São Paulo: Linográfica Editora, 1960.

encontrado o inventário de Francisco da Cunha Bueno na Fundação Pró Memória de São Carlos. Este seria significativo no que tange aos nomes dos filhos, dos genros e noras, aos bens deixados a eles, aos laços de parentesco que poderiam ser explicitados.

Tendo como referência os dados obtidos anteriormente, é possível afirmar que Cunha Bueno não teve muitos filhos, apenas cinco⁶⁰, comparando à outras famílias de elite, como a de D. Alexandrina, que teve 16 filhos. Porém, é válido lembrar que mesmo sua primeira esposa tendo falecido, Cunha Bueno não teve herdeiros com a sua segunda esposa. Este fato pode comprovar a visão de Samara (1989), que elucida que havia também famílias com poucos filhos entre os séculos XVIII e XIX e não somente famílias numerosas como é comum se pensar quando olhamos para este período. A este respeito, Samara (1989:64), nos diz que

“Ter muitos filhos e parentes sob um mesmo teto é outra imagem típica da família brasileira. Casamentos precoces e partos sucessivos, numa vida monótona e pacata, parece ter sido o destino de muitas mulheres, segundo este quadro. Em São Paulo, no entanto, as cenas de família são diferentes. Entre 1836, dentre 1449 chefes de domicílio (considerando-se aqui, os solteiros, casados, viúvos, divorciados), 46,4% não tinham filhos, 15,7% tinham um e apenas 9,8% tinham mais de cinco filhos”.

O fato de algumas famílias terem poucos filhos também poderia ser explicado pelos altos índices de mortalidade infantil no final do século XIX e início do XX. Vários fatores influenciaram a constatação destes altos índices, como a falta de água encanada, de saneamento básico, de recolhimento de lixo, de métodos eficazes e modernos – como as vacinas - para o combate e prevenção de doenças e epidemias. Em relação a São Carlos, a partir de 1890 leis são promulgadas e regulamentadas para a limpeza e higienização pública das ruas, para o recolhimento do lixo, para a criação de uma rede de água encanada. Em 1900, obras para a construção da rede de esgotos foram iniciadas e finalizadas em 1903 (Junqueira,

⁶⁰ Francisco da Cunha Bueno e Eudóxia Henriqueta de Oliveira tiveram dois filhos falecidos anteriormente ao nascimento de Sebastiana Eudóxia, (Ellis, 1960). Os dados referentes aos filhos, bem como dos bisnetos foram obtidos através da consulta na Genealogia Paulistana, bem como nas obras escritas por seu neto, Alfredo Ellis Júnior. Portanto, estes filhos são considerados “filhos oficiais”, não há informações oficiais de filhos bastardos.

2004). Ou seja, estas melhorias foram geradas com a expansão da lavoura cafeeira que gerou recursos e investimentos nas cidades.

A manutenção dos laços de parentesco é observada, neste caso, através da ocorrência de muitos casamentos restritos ao mesmo círculo de parentes. Dessa forma, a multiplicação da família estava ligada, em muitos casos obrigatoriamente, aos laços de consanguinidade. Os casamentos realizados entre integrantes da própria família de Cunha Bueno, ressaltam o interesse pela permanência da riqueza na mesma família. A origem geográfica dos noivos e noivas poderiam ser distintos, mas, como já citado, os casamentos anulavam os fatores exclusivamente físicos. Alfredo Ellis, por exemplo, esposo de Sebastiana Eudóxia (que nasceu em Itaqueri – atual Itirapina), primeira filha de Cunha Bueno, era nascido e vivia em São Paulo. Joaquim da Cunha Bueno, esposo de Maria Francisca, a terceira filha de Cunha Bueno era nascida e vivia em Limeira. A esposa de Henrique da Cunha Bueno, Anna de Oliveira, viveu até se casar em Indaiatuba. Portanto, o fato é que a endogamia estava presente nesta família de traços patriarcais contribuindo para a compreensão de que esta era realizada com frequência por famílias da elite paulista com finalidades econômicas e políticas.

Doravante, a figura de um homem dominante, provedor do sustento econômico e representante da família é evidente em descrições feitas sobre o tenente-coronel Cunha Bueno. Trechos da obra de seu neto, filho de Sebastiana Eudóxia, Alfredo Ellis Júnior, elaborada em 1960, retrata e refere-se a figura de seu avô como um autêntico patriarca. Além de utilizar expressões como “patriarca pioneiro da cafeicultura no Oeste”, “homem enérgico e másculo”, “decidido, enérgico e dinâmico”, Ellis nos assinala que o tenente-coronel Cunha Bueno tinha uma “...marca gigantesca de sua vincada personalidade” (Ellis Jr., 1960:XIII), era um tropeiro valente de um temperamento irrequieto e impertinente, sempre participando de

expedições em busca de novas terras. Além disso, a obra também explicita que o tenente-coronel Cunha Bueno sempre cavalgava por suas propriedades, verificando a produção de café bem como vigiando os trabalhadores e o trabalho. Sobre Cunha Bueno, Ellis Jr. (1960:391), pontua que “[...] Nesse tempo de mercado patriarcalismo, se assinalava por imenso respeito e devoção quase divina dos descendentes à aureolada personalidade do velho patriarca, chefe de toda a volumosa família”.

Sendo assim, estas características nos indicam que o tenente-coronel Cunha Bueno, tinha os traços de um patriarca dominador tradicional, como apresentado por Gilberto Freyre (1933), levando a supor que mantinha o poder sobre todas as suas propriedades e sobre todos os seus. Deste modo, ao analisarmos a definição de dominação explanada por Weber, verifica-se que o tipo de dominação exercida por este cafeicultor é a tradicional, sendo esta incontestável. Sobre a dominação tradicional, Weber (2003:99), explica que “[...] é o domínio tradicional exercido pelo patriarca e pelo príncipe patrimonial de outrora.(...) A do dom da graça (carisma) extraordinário e pessoal e a confiança pessoal na revelação, heroísmo ou outras qualidades da liderança individual”.

APÊNDICE C: A Genealogia da Família Salles

A família Salles, representada na figura do Coronel José de Augusto de Oliveira Salles, exerceu expressiva participação política e econômica no município de São Carlos principalmente a partir de 1896. Analisando as informações anteriores, nota-se que esta família era grande proprietária de terras e detentora de uma expressiva produção de café. Além disso, vários membros da família Salles tiveram destaque na política local, estadual e federal. Estes indícios nos apontam que esta a importância desta família é relevante para ser melhor conhecida e estudada. Irei descrever os familiares da I, II, III e IV geração do coronel José Augusto de Oliveira Salles. Porém, na quarta geração irei descrever somente os filhos de Paulo de Camargo Salles e Anna de Arruda Campos visto que estes eram os avós de minha entrevistada Gina Salles Picchi.

Segundo informações obtidas na Genealogia Paulistana (v. VIII:260), José Augusto de Oliveira de Salles (1858-1921) era filho de Estanislau de Campos Salles e Maria Perpétua de Oliveira Salles. Era irmão de Antonio de Pádua Salles (senador estadual e membro da comissão diretora do Partido Republicano Paulista – PRP). Era primo de Manuel Ferraz de Campos Salles – o ex presidente da República Campos Salles que governou o Brasil entre os anos de 1898 a 1902. Segundo Damiano (2007), o coronel Salles ou Nhonhô Salles, como era conhecido José Augusto de Oliveira Salles, nasceu em Campinas no dia 7 de Setembro de 1858. Em 1878, deixa sua cidade natal e transfere-se para São Carlos para cuidar da fazenda de seu pai. Além desta, fundou sua própria fazenda “Palmeiras”, na qual dedicou-se ao cultivo de café. Casou-se em 1879 com Maria da Anunciação Camargo Penteadó (1867- 1943) ,

filha de Elias de Camargo Penteado. Segundo Gina Salles Picchi⁶¹ (bisneta do coronel José Augusto de Oliveira Salles) sua bisavó casou-se com 12 anos de idade e seu avô tinha 21 anos de idade. De acordo com Gina, vários itens que compuseram o enxoval da noiva e vários utensílios da casa foram importados. O casal teve 12 filhos, sendo eles:

1. Elias Augusto de Camargo Salles (também encontrei o nome do mesmo como Elias Augusto de Oliveira Salles).

Segundo Daminano (2007:74), Elias Augusto de Oliveira Salles também era conhecido como Nhozinho Salles. Nasceu em 1883, em São Carlos. Foi capitão da Guarda Nacional e o principal chefe do Partido Republicano Paulista. Além disso, exerceu três vezes o cargo de prefeito municipal nos períodos de 1917-1920, 1922-1923, 1936-1937. Casou-se em 31/01/1906 com Martha de Almeida, de 20 anos, falecida em 02/06/1954. Elias faleceu em 20 de Outubro de 1937 devido ao desentendimento “[...] com um comerciante local, Vicente Celli, culminando em uma mútua agressão a tiros em que ambos perderam a vida, acontecimento que consternou e traumatizou nossa população” (Damiano, 2007:75).

2. Maria Augusta de Camargo Salles (conhecida como Nina) foi casada com Joaquim Roberto de Almeida Leite.

3. Carlos de Camargo Salles

Nasceu no dia 6 de Julho de 1894, em São Carlos e era conhecido como Carlito Salles. Segundo Damiano (2007:53) foi titular do Cartório do Registro Civil de São Carlos. Além disso, foi o primeiro prefeito eleito do município de 1938 a 1941, exerceu o cargo de vereador de 1948 a 1951 e também foi presidente do Órgão

⁶¹ Gina Salles Picchi, bisneta do coronel José Augusto de Oliveira Salles, gentilmente me concedeu informações a respeito de seu bisavô materno e de sua família no dia 12.12.2014. É filha de Cyra de Arruda Salles e José Dyonísio Picchi. Cordialmente, abriu a porta de sua casa para que eu pudesse conhecer melhor sua família e colher dados importantes referentes à genealogia e detalhes da vida de seus familiares.

Legislativo (Câmara Municipal) são-carlense de 1948 a 1949. Casou-se com Cacilda Dias Correa. Faleceu no dia 22 de Setembro de 1971.

4. Paulo de Camargo Salles

Nasceu no dia 12 de Setembro de 1900. Casou-se, no dia 25 de Janeiro de 1922 com Anna de Arruda Campos (17 de Abril de 1900 – 11 de Agosto de 1975). Anna era filha do Major Manuel Rodrigues de Arruda Campos e de Balbina de Moraes Campos. Tiveram 6 filhos, dentre eles a mãe de minha entrevistada Cyra de Arruda Salles. Irei descrever os nomes dos demais filhos na árvore genealógica organizada a seguir. De acordo com a certidão de casamento de Paulo de Camargo Salles sua profissão era lavrador.

5. Anésio de Camargo Salles. Casado com Rosa Maria Leonardi.

6. Olivia de Camargo Salles

Nasceu em 03 de Setembro de 1892. Segundo a entrevistada Gina Salles Picchi, Olivia não teve filhos.

7. José de Camargo Salles. Casado com Octacilia Deiroz. Era chamado de Zezé pelos seus familiares.

8. Orlando de Camargo Salles

Segundo a entrevistada Gina, Orlando de Camargo Salles faleceu devido a sífilis que contraiu e solteiro.

9. Janjão (morreu quando criança)

10. Zeca (morreu quando criança)

11. Agenor (morreu quando criança)

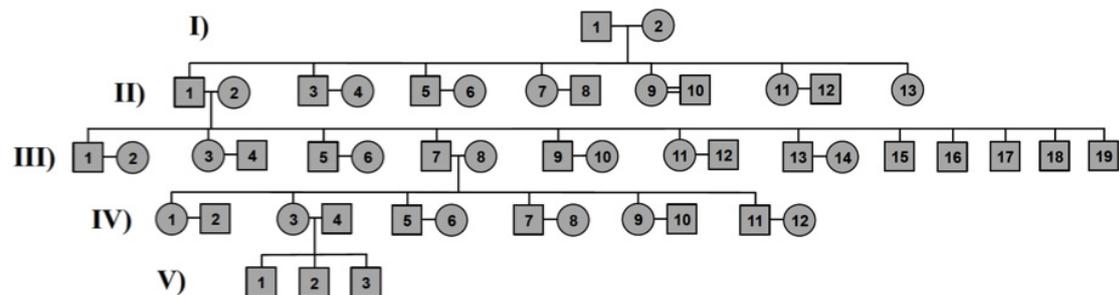
12. Raul (morreu quando criança)

Na primeira geração serão apresentados os nomes dos pais do coronel José Augusto de Oliveira Salles. Na segunda geração destacarei os nomes dos irmãos de José de Augusto de Oliveira Salles bem como de seus cônjuges. Na terceira terceira geração darei destaque aos nomes dos filhos do coronel José Augusto de Oliveira Salles. Não darei enfoque aos nomes dos demais integrantes da família visto que o coronel é o membro familiar que teve um histórico econômico e político mais focado no município de São Carlos. Na quarta geração focarei os filhos de Paulo de Camargo Salles, visto que este era o avô de minha entrevistada – Gina Salles Picchi. Na quinta geração darei enfoque aos filhos de Cyra de Arruda Salles, mãe de minha entrevistada.

É interessante observar abaixo que entre os familiares de José Augusto de Oliveira Salles retratados nesta árvore genealógica, ocorreu somente um casamento entre primos na segunda geração. Outro aspecto importante destacar é que 5 dos 6 filhos de Paulo de Camargo Salles (neto do coronel José Augusto de Oliveira Salles) casaram-se com imigrantes.

A seguir, árvore genealógica da família do coronel José Augusto de Oliveira Salles será representada.

Figura 3: Heredograma da família Salles



Legenda:

Os numerais romanos indicam as gerações da família, sendo que I representa a primeira geração, II a segunda e III a terceira.

Os quadrados representam o sexo masculino e os círculos o sexo feminino.

Os números dentro das figuras geométricas representam as pessoas retratadas. Os nomes destas serão descritos abaixo.

As linhas que ligam os indivíduos representam as relações mantidas entre eles. Os traços horizontais representam que os indivíduos são casados, mas não possuem laços de consanguinidade. Os traços horizontais duplos representam que os indivíduos possuem laços de parentesco por consanguinidade.

Descrição dos nomes das pessoas retratadas na árvore genealógica:**Geração I:**

- 1 – Estanislau de Campos Salles
- 2 – Maria Perpétua de Oliveira Salles

Geração II:

- 1 – José Augusto de Oliveira Salles
- 2 – Maria Anunciação de Camargo Salles
- 3 – Antonio de Pádua Salles
- 4 – Isolina Soares Salles
- 5 – Francisco de Oliveira Salles
- 6 – O nome da esposa de Francisco não foi identificado. Na Genealogia Paulistana aparece somente que ele é casado.
- 7 – Anna Carolina de Salles
- 8 – Raphael de Abreu Sampaio
- 9 – Maria Izabel de Oliveira Salles (casada com seu primo nr. 10)
- 10 – Reginaldo de Moraes Salles
- 11 – Francisca de Oliveira Salles
- 12 – Gabriel Dias da Silva
- 13 – Carolina (faleceu solteira)

Geração III:

- 1 – Elias Augusto de Camargo Salles
- 2 – Martha de Almeida
- 3 – Maria Augusta de Camargo Salles
- 4 – Joaquim Roberto de Almeida Leite
- 5 – Carlos de Camargo Salles
- 6 – Cacilda Dias Correa
- 7 – Paulo de Camargo Salles
- 8 – Anna de Arruda Campos
- 9 – Anésio de Camargo Salles
- 10 – Rosa Maria Leonardi
- 11 – Olivia de Camargo Salles
- 12 – Marido de Olivia (nome não encontrado)
- 13 – José de Camargo Salles
- 14 – Octacília Deiroz
- 15 – Orlando de Camargo Salles (solteiro)
- 16 – Janjão (solteiro)
- 17 – Zeca (solteiro)
- 18 – Agenor (solteiro)
- 19 – Raul (solteiro)

Geração IV:**(filhos do casal 7 e 8 da III geração – Paulo de Camargo Salles e Anna de Arruda Campos)**

- 1 – Maria José de Arruda Salles
- 2 – Rames Damha (turco)
- 3 – Cyra de Arruda Salles
- 4 – José Dyonísio Picchi (italiano)
- 5 – Fábio de Arruda Salles
- 6 – Camila da Silva (brasileira)
- 7 – Celso de Arruda Salles
- 8 – Rosa Fazari (espanhola)
- 9 – Olívia de Arruda Salles
- 10 – Audino Del Nero (italiano)
- 11 – Paulo de Arruda Salles
- 12 – Sonia Klein (alemã)

Geração V:

(filhos do casal 3 e 3 da IV geração – Cyra de Camargo Salles e José Dyonísio Picchi)

1 – José Dyonísio Marcelo Salles Picchi

2 – Claudio Salles Picchi

3 – Gina Salles Picchi

ANEXO

Anexo 1: Exemplo das Fontes Estatístico-Nominativas da Propriedade Rural em São Carlos (1873-1940)

Nomes dos contribuintes	Situação e denominação das Fazendas		Produção de café (kg)					
	Bairros	Nomes	1896	1897	1898	1899	1900	1901
Antonio Passos Caldas	Chibarro	São João	-	-	12.000	10.500	30.000	15.000
Antonio Paulino & Irmãos	Pinhal	Guaringa	45.000	75.000	15.000	30.000	30.000	15.000
Antonio Ricardo de Oliveira	-	-	4.500	-	-	-	-	-
Arlindo Lopes Barreto	Babylonia	-	-	-	-	-	60.000	33.000
Arthur da Costa Pires (Dr.)	Corrente	Boa Vista	120.000	180.000	-	-	-	-
Arthur da Costa Pires (Dr.) (herdeiros)	Corrente	Boa Vista	-	-	90.000	-	-	-
Arthur Joaquim de Carvalho	Chibarro / Água Vermelha	Boa Vista / São Pedro	12.000	15.000	21.000	22.500	30.000	30.000
Augusto Henrique de Paula Eduardo	Chibarro / Fortaleza/ Olhos d'Água	Santa Isabel	30.000	37.500	22.500	15.000	27.000	60.000
Aurélio Civatti	Babylonia	Floresta	180.000	255.000	150.000	225.000	300.000	240.000
Banco da Republica do Brasil	Água Vermelha / Ibaté	Santa Maria / B. Vista	600.000	750.000	375.000	360.000	-	435.000
Banco de Crédito Real de São Paulo	Água Vermelha	-	-	-	-	-	-	22.000
Banco Lavoura Comercio R. Janeiro	Visconde do Pinhal / Ibaté	B. Vista	-	-	-	180.000	180.000	225.000
Barros & Irmãos (Drs.)	-	Santa Maria e Evangelina	225.000	-	-	-	-	-
Barros & Irmãos Magalhães	Corrente / Visconde do Pinhal	Pau d'Alho	-	-	-	180.000	300.000	300.000
Belisario de Siqueira	-	-	7.500	-	-	-	-	-
Benedito S. Campos	Visconde do Pinhal / Ibaté	Lenheiro	-	-	-	15.000	15.000	-
Benjamin Antonio da Silva	Cancan / Água Vermelha	Retiro / B. Vista	-	4.500	450	4.500	3.000	3.000
Bento Arruda Campos	Água Vermelha	-	-	-	-	-	-	15.000
Bento Carlos de A. Botelho (herdeiros)	Pinhal	Santa Maria	180.000	450.000	-	-	-	-
Bento Correa da Silva Mello	Monjolinho	Tijuco Preto / Monjolinho	4.500	3.000	-	1.500	-	-
Bento de Almeida Prado (Dr.)	Babylonia	Cachoeira	82.500	150.000	97.500	105.000	225.000	127.500
Bento Paes de Barros	Pinhal / Jacaré	Santa Maria	-	120.000	60.000	120.000	150.000	150.000
Botelho & Irmãos	Jacaré	Santo Antonio	150.000	300.000	-	-	-	-
Braga & Cunha	Babylonia / Araras / S. Eudóxia	Fraternidade	-	120.000	60.000	75.000	-	90.000
Bueno Ellis & Netto	Quilombo / Santa Eudóxia	Santa Eudoxia	750.000	900.000	825.000	900.000	1.125.000	600.000
Camillo Antonio Moraes	Babylonia	Conceição	-	-	52.700	60.000	195.000	75.000
Campos, Filhos e Genro	-	-	-	-	-	33.000	37.500	-
Candida Botelho Braga	Pinhal	Santa Cândida	-	225.000	150.000	120.000	180.000	180.000
Cândida Maria Teixeira de Paula	Água Vermelha	Boa Vista	-	120.000	60.000	-	-	-
Candido Bueno de Oliveira	Cancan	Boa Vista do Cancan	3.000	4.500	4.500	-	-	-
Candido Ferraz de Mattos	Água Vermelha	Água Vermelha	45.000	30.000	10.500	15.000	-	-
Candido Franco de Lacerda	Babylonia	Paraíso	300.000	225.000	52.500	225.000	330.000	330.000
Candido Soares de Arruda	-	Algodual	30.000	-	-	-	-	-
Candido Tripeno	Ibaté	-	-	-	-	22.500	6.000	9.000
Carlos Alberto do Amaral	Água Vermelha	Cascata	120.000	150.000	84.000	75.000	120.000	120.000
Carlos Arthur	Monjolinho	B. Vista	-	-	-	-	3.750	6.000
Carlos Augusto Leite de Camargo	Monjolinho	Invernada	30.000	45.000	30.000	60.000	60.000	30.000
Carlos Gonçalves de Oliveira	Corrente / Monjolinho / Ibaté	Lagoa / P. Alto	-	3.000	3.000	4.500	4.500	4.500
Carlos Honório de Andrade	Água Vermelha	-	15.000	-	-	-	9.000	18.000
Carlos José Botelho (Dr.)	Pinhal	Santa Francisca do Lobo	225.000	180.000	150.000	120.000	180.000	180.000

Fonte: Truzzi (2004:37)